

ELENICE APARECIDA COUTINHO

**MOBILIDADE COTIDIANA CAMPO-CIDADE: O CASO DOS
MORADORES RURAIS DE CAJURI E COIMBRA/MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS-BRASIL
2014

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

C871m
2014 Coutinho, Elenice Aparecida, 1985-
Mobilidade cotidiana campo-cidade : o caso dos moradores rurais de Cajuri e Coimbra/MG / Elenice Aparecida Coutinho. - Viçosa, MG, 2014.

xv, 120f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 101-108.

1. Mobilidade cotidiana. 2. Pequenas cidades. 3. Modo de vida.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural.
Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

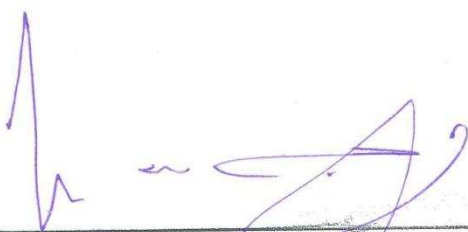
CDD 22. ed. 307.2

ELENICE APARECIDA COUTINHO

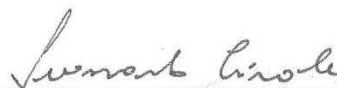
**MOBILIDADE COTIDIANA CAMPO-CIDADE: O CASO DOS
MORADORES RURAIS DE CAJURI E COIMBRA/MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

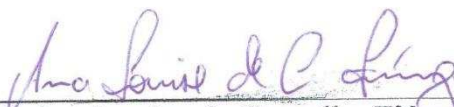
APROVADA: 10 de junho de 2014.



Márcio Mendes Rocha



Leonardo Civalé



Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Orientadora)

“Liberdade é pouco e
O desejo imenso.
A angústia demasiada,
e a espera é fatídica”.
Milton S. Passos

Dedico este trabalho
ao meu pai IbrahimS. Coutinho
e a minha mãe Maria Ilda Ambires.

“(...) O caminho não está pronto mas
É preciso sempre caminhar muito mais
O caminho se mostra enquanto persistente
Caminhar sempre pra frente (...)”

O Horizonte é Logo Alí
O Rappa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelos maravilhosos pais que tenho, Maria e Ibrahim, exemplos de trabalho, dedicação, confiança, apoio, sem os quais esta trajetória não teria se realizado. Aos meus irmãos Edim e Edmilson e a todos os familiares tio(a)s, primo(a)s, cunhadas e ao sobrinho Gabriel que torna minha vida mais alegre. A minha amiga Carina (cabeção) a qual partilho uma amizade verdadeira há tantos anos, a Carol Caputo pelo companheirismo, Anna Luiza Couto por ser sempre a melhor host, as companheiras de república de toda a trajetória (Arandela – até o Mestrado), às amigas slackline (em especial a Valdênia e Eliane) e à Valeska pelos conselhos. Muito obrigada a Camila CIS doçura de pessoa, a Mariane B. da Geo, a torcida do querido casal Maria e Jordan e às lindas irmãs Luale e Laíce.

Não poderia deixar de agradecer a cada pessoa que dedicou seu tempo para participar desta pesquisa: meu muito obrigada a cada respondente do questionário. Também a Emater de cada cidade representada pelos técnicos Ângela, Cristiano e Maria Elisa em Cajuri, e a Cláudia, os Fabrícios, Nelsinho e Juliana em Coimbra. Às Secretarias da Saúde, e às Prefeituras Municipais. O apoio destas instituições foi fator de sucesso na coleta de dados e no andamento do trabalho empírico.

É de fundamental importância agradecer a minha orientadora professora Ana Louise que com grande empenho contribuiu de forma única para a minha formação, sem ela este trabalho não seria completo. Meus agradecimentos ao meu querido co-orientador professor Klemens pelos momentos de apoio e de discussão. Aos colegas do grupo de estudos GERAR pelos tão bons momentos juntos, aos colegas de disciplina bem como a cada professor (a), ao Departamento de Economia Rural e a todos os seus funcionários, em especial ao Romildo, Carminha e Helena sempre prontos a ajudar. Agradeço ainda a CAPES que possibilitou uma bolsa de estudos durante o período do mestrado. E aqueles, não poderia nominar a todos, que me apoiaram, torceram e contribuíram com energias positivas para a minha trajetória.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE SIGLAS...	xiii
LISTA DE TABELAS...	ix
LISTA DE MAPAS.....	xii
LISTA DE FIGURAS...	xii
LISTA DE GRÁFICOS.....	xiii
RESUMO...	xv
ABSTRACT...	xvi
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problema de pesquisa.....	4
1.2 Organização dos Capítulos	6
1.3 Procedimentos Metodológicos	7
1.3.1 População e Amostra	9
1.3.2 Método e técnicas de análise de dados	14
CAPÍTULO 2 - A MOBILIDADE COTIDIANA ENTRE CAMPO-CIDADE EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: Construindo elementos teóricos	15
2.1 Mobilidade pendular, circular ou cotidiana?	15
2.2 Os pequenos municípios no Brasil	20
2.3 A mobilidade espacial e as suas relações com a vida no campo	24
2.4 A transformação dos modos de vida nas sociedades rurais	28
CAPÍTULO 3 -CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS	31
3.1 O Município de Cajuri	31
3.2 O Município de Coimbra	36
3.3 O entorno de Cajuri e Coimbra.....	41
CAPÍTULO 4-A MOBILIDADE CAMPO-CIDADE E ELEMENTOS DO MODO DE VIDA RURAL EM CAJURI E COIMBRA	45
4.1 Perfil dos rurais e o modo de vida no campo de Cajuri e Coimbra	45
4.2 Mobilidade e aspectos culturais no campo de Cajuri e Coimbra.....	53
CAPÍTULO 5-A MOBILIDADE CAMPO-CIDADE SEGUNDO O GÊNERO E FAIXA ETÁRIA	63
5.1 Características da mobilidade campo-cidade no próprio município	63
5.2 Características da mobilidade campo-cidade para outro município.....	65

5.3 Aspectos gerais relacionados ao deslocamento campo-cidade.....	70
5.3.1 A frequência dos deslocamentos cotidianos do campo para outra cidade	75
5.4 As especificidades dos modos de vida e dos deslocamentos cotidianos dos rurais segundo a faixa etária	77
5.5 As especificidades de gênero nos deslocamentos cotidianos dos rurais	80
5.5.1 A frequência dos deslocamentos cotidianos de homens e mulheres do campo para a cidade no próprio município.....	83
5.5.2 Os deslocamentos campo-cidade de homens e mulheres para outro municípios	85
5.6 Meios de transportes e as características dos deslocamentos realizados pelos rurais	87
5.7 O uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICS)	90
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	101
APENDICE A – MODELO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	109
APENDICE B – MODELO DE TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	111
APENDICE C – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO.....	113
APENDICE D – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO ENCAMINHADO AOS PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS	117
APENDICE E – FOTOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	119

LISTA DE SIGLAS

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão.

FMP – Fundo Monetário Municipal.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

KM- Kilômetro

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PIB – Produto Interno Bruto.

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Composição da pesquisa: população do campo dos municípios de Cajuri e Coimbra por faixa etária e sexo.....	13
TABELA 2: Evolução populacional de Cajuri, Minas Gerais e Brasil	33
TABELA3: Evolução populacional de Coimbra, Minas Gerais e Brasil	36
TABELA 4: Características socioproductivas dos municípios pesquisados.....	39
TABELA5: Características gerais da microrregião de Viçosa	43
TABELA 6: Respondentes da pesquisa em faixas etárias e sexo.....	47
TABELA 7: Tabulação cruzada sexo e renda não rural	51
TABELA 8: Síntese das características socioeconômicas dos entrevistados	52
TABELA 9: Propensão a sair do campo em faixas etárias.....	57
TABELA10: Avaliação sobre as mudanças percebidas no campo por sexo.....	59
TABELA 11: Avaliação sobre as mudanças percebidas no campo em faixas etárias	59
TABELA 12: Frequência dos deslocamentos cotidianos do campo para a própria cidade.....	64
TABELA 13: Frequência dos deslocamentos cotidianos do campo para outra cidade...	64
TABELA 14: Cidades procuradas pelos rurais	65
TABELA 15: Finalidades dos deslocamentos cotidianos campo-cidade.....	66
TABELA16: Ranking das localidades da mobilidade cotidiana	67
TABELA 17: Características gerais dos deslocamentos cotidianos segundo a renda e a relação estabelecida com o campo	67
TABELA 18: Finalidades dos deslocamentos cotidianos segundo as faixas etárias	71
TABELA 19: Frequência dos deslocamentos cotidianos do campo para a própria cidade em faixas etárias	72
TABELA 20: Distâncias percorridas do campo para a própria cidade em faixas etárias	73
TABELA 21: Tempo gasto dos deslocamentos do campo para a própria cidade	75
TABELA 22: Frequência dos deslocamentos do campo para outra cidade em faixas etárias	76

TABELA 23: Distâncias dos deslocamentos do campo para a cidade em outro município em faixas etárias	76
TABELA 24: Tempo gasto para os deslocamentos campo para outra cidade	78
TABELA 25: Finalidades dos deslocamentos cotidianos por sexo	81
TABELA 26: Ranking de finalidades por sexo.....	82
TABELA 27: Descrição das outras finalidades por sexo	83
TABELA 28: Frequência dos deslocamentos cotidianos campo para a própria cidade por sexo	83
TABELA 29: Distâncias dos deslocamentos cotidianos campo para a própria cidade por sexo.....	84
TABELA 30: Tempo gasto dos deslocamentos cotidianos do campo para a própria cidade.....	84
TABELA 31: Frequência dos deslocamentos cotidianos do campo para outra cidade por sexo	85
TABELA 32: Tempo dos deslocamentos cotidianos do campo para outra cidade por sexo.....	86
TABELA 33: Distâncias dos deslocamentos campo para outra cidade por sexo	86
TABELA 34: Meios de locomoção nos deslocamentos campo-cidade em faixas..... etárias.....	88 88
TABELA 35: Meios de locomoção dos deslocamentos campo-cidade por sexo	90
TABELA 36: Uso das tecnologias de informação e comunicação em faixas etárias.....	92
TABELA 37: Uso das tecnologias de informação e comunicação por sexo	93
TABELA 38: Uso das tecnologias de informação e comunicação segundo a relação estabelecida com o campo.....	94

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização dos municípios pesquisados.....	9
MAPA 2: Os deslocamentos cotidianos do campo de Cajuri e Coimbra para outras cidades.....	68

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Moradores secam café na rua	21
FIGURA 2: Vista parcial do Distrito de Paraguai.....	21
FIGURA 3: Igreja Matriz Santo Antônio e praça do entorno	32
FIGURA 4: Vista da área central de Cajuri.....	32
FIGURA 5: Imagem área de Cajuri.....	32
FIGURA 6: Imagem da área central de Coimbra.....	37
FIGURA 7: Entrevista com uma jovem realizada na plantação de tomate	38
FIGURA 8: Paisagem de uma das comunidades rurais em Coimbra.....	38
FIGURA 9: Área central de Coimbra.....	39
FIGURA 10: Terminal rodoviário de Coimbra	39
FIGURA 11: Ônibus escolar levando estudantes do campo para a escola na cidade	89
FIGURA 12: Motocicleta e charrete sendo usados no deslocamento campo-cidade.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Produto Interno Bruto (Valor adicionado).....	34
GRÁFICO 2: Produto Interno Bruto (Valor adicionado).....	37
GRÁFICO 3: Comunidades rurais de Cajuri e de Coimbra onde se realizou osurvey...	46

RESUMO

COUTINHO, Elenice Aparecida, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2014. **Mobilidade Cotidiana Campo-Cidade: o caso dos moradores rurais de Cajuri e Coimbra/MG.** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Co-orientador: Klemens Augustinus Laschesfki.

O deslocamento cotidiano envolve diferentes dimensões, sendo a abordagem aqui tratada, ainda pouco explorada nos estudos de mobilidade espacial. Propõe-se um enfoque cotidiano sob um ponto de vista original: primeiramente, destacando moradores rurais de pequenos municípios interioranos e, posteriormente, uma investigação calcada nas demandas destes moradores. Analisar o cotidiano das pessoas do campo a partir dos deslocamentos é uma forma de compreender como vai se estruturando o modo de vida dos rurais em meio às transformações advindas com o desenvolvimento da sociedade, no contexto de urbanização das sociedades rurais. Este estudo volta-se para os deslocamentos que os moradores do campo dos municípios de Cajuri e Coimbra/MG realizam no seu cotidiano a fim de atender as suas variadas demandas. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar, à luz dos deslocamentos cotidianos, as relações de interdependência entre campo e cidade, mapeando as suas demandas sociais, considerando as variáveis gênero e faixa etária. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um survey sistematizado no software SPSS 20.0, bem como as anotações realizadas no caderno de campo e dados secundários extraídos do IBGE, da EMATER e das PREFEITURAS. Os resultados da pesquisa confirmaram as três hipóteses elaboradas com base no marco teórico adotado nesta pesquisa: 1) O trabalho e o estudo não se configuravam nos principais determinantes do deslocamento cotidiano de homens e mulheres entre o campo e a cidade, independente da faixa etária; 2) O deslocamento cotidiano entre o campo e a cidade sofria a influência das dinâmicas socioeconômicas relativas aos diferentes tipos de municípios da região; 3) Os deslocamentos cotidianos do campo para a cidade realizado por homens e mulheres apresentavam peculiaridades relativas ao gênero e a faixa etária.

ABSTRACT

COUTINHO, Elenice Aparecida, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June 2014.
Everyday mode field-town: The case of rural residents of Cajuri and Coimbra/MG. Adviser: Anne Louise de Carvalho Fiúza. Co-adviser: Klemens Augustinus Laschesfki.

The daily commutes involves different dimensions, but the approach here treated fairly unexplored in studies of spatial mobility. We propose a daily focus from one point of view the original: first highlighting rural residents of small towns and provincials later a sidewalk on the demands of the camp residents held an explicit form of regular everyday fashion research without establishing a daily temporal accuracy or linked to demands of work and study. Analyze the daily lives of people from the field of displacements is a way of understanding how you will structure the rural way of life amid stemming from the development of society , information and communication transformations , especially in the context of the new rurality. This study turns to the shifts that camp residents of the cities of Coimbra and Cajuri / MG perform in their daily lives in order to meet their varied demands. In this sense, it has the general objective of this research was to analyze , in the light of daily movements , relations of interdependence between rural and urban respondents established in order to map the social demands that aims to remedy this phenomenon , from a gender perspective and age . Used as a source for both the application of systematic survey in SPSS 20.0, software notes in a field notebook and secondary data from the IBGE, EMATER and MUNICIPALITY mainly. The results showed that the daily movements occur preferentially from the countryside to the city itself and its main causes is given to people making purchases and domestic reflecting a distinct characteristic of the dynamic performed by the city , mainly of the daily movements linked to studying and working in cities . In relation to the purposes for age and gender are significant specificities, young people moving more frequently and more men assume that women frequent flows to other municipalities. Moreover, it was observed that the use of mobile and media transport engines have influenced the rural-urban mobility. Thus, research corroborates studies on the livelihoods of rural people and can help in the understanding of the transformations that have occurred in the field in Brazil from the analysis of rural-urban mobility.

1 INTRODUÇÃO

O tema da mobilidade espacial constitui-se em um fenômeno de crescente relevância demográfica, econômica, psicológica, social, política e nas últimas duas décadas tem recebido especial atenção do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹. No entanto, os estudos relativos à mobilidade humana fazem referência, principalmente, à migração, tanto entre países, como em nível nacional, ou, ainda, para áreas de formação de fronteiras e para regiões metropolitanas. Tais delineamentos se justificam em função da necessidade de se estimar o impacto dos deslocamentos, por servir como indicador de processos de metropolização, de expansão urbana e até mesmo para medir o potencial positivo ou negativo que a mobilidade pode ter para o desenvolvimento de comunidades de origem e de destino. Atualmente, os deslocamentos compreendidos pelo curto espaço de tempo também têm ganhado relevância por serem entendidos como essenciais à compreensão das dinâmicas regionais, como enfatizado por Vainer(1998), Cunha (2005), Pereira (2008), Stamm&Staduto (2008), Ribeiro &Paternak (2009), Pereira &Herrero (2009), IBGE (2011), dentre outros. A presente dissertação buscou analisar os deslocamentos cotidianos das pessoas que vivem no campo, em municípios locais, os quais podem também ser denominados de pequenos municípios, por serem estes típicos da realidade brasileira.

A mobilidade campo-cidade é compreendida neste estudo, pelos deslocamentos realizados pelos moradores do campo para cidade em intervalos diários ou não. Entende-se ainda que os deslocamentos rotineiros dos rurais possuam uma dinâmica própria distinta da realizada pelos citadinos, principalmente dos movimentos diários que ocorrem nas metrópoles. O deslocamento cotidiano envolve diferentes dimensões, sendo a abordagem aqui tratada, ainda pouco explorada nos estudos de mobilidade espacial. Neste sentido, propõe-se um enfoque cotidiano sob um ponto de vista original: primeiramente destacando moradores rurais de pequenos municípios interioranos e posteriormente uma investigação calcada nas demandas dos moradores do campo

¹ De acordo com o relatório sobre o movimento pendular elaborado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2009, a abordagem sobre este tipo de movimento populacional não é nova na Geografia ou na Demografia, tendo sido incorporada pela primeira vez no censo brasileiro em 1970.

realizada de uma forma regular expressa de forma cotidiana sem estabelecer um rigor temporal diário ou vinculado a demandas de estudo e trabalho.

Esta pesquisa foi desenvolvida em um Programa de Extensão Rural, voltando-se para a compreensão dos fenômenos geográficos que envolvem as pessoas que vivem no campo, em pequenos municípios, e as possibilidades que encontram para construir o seu cotidiano a partir das oportunidades geradas pela dinâmica socioeconômica destes pequenos municípios. Para os pesquisadores da área de Extensão Rural o fenômeno do deslocamento campo-cidade nos pequenos municípios tem sido objeto de interesse, em virtude de ele estar relacionado às formas como os moradores do campo assimilam os bens materiais e imateriais citadinos nos seus modos de vida. Assim este estudo se desenvolve via uma confluência de três áreas principais: a Extensão Rural, a Geografia e a Demografia. Também é importante salientar que não se estabeleceu uma relação de hierarquia entre os três campos do conhecimento. Durante todo o processo de análise dos dados procurou-se estabelecer um diálogo constante entre esses três domínios de forma a responder às necessidades da própria pesquisa; fato este que tornou necessário consultar frequentemente autores das três áreas do conhecimento. Esta pesquisa também marca o início de estudos que versam sobre a mobilidade rural no Grupo de Estudos do qual a autora faz parte – o Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades (GERAR). Trata-se de um esforço inaugural que será complementado com pesquisas futuras.

O modo de vida dos habitantes rurais, bem como as suas transformações ao longo do tempo, servem de subsídio para o entendimento das transformações que têm ocorrido no campo no Brasil. A começar pela revolução tecnológica a partir dos anos de 1960, que teve seus efeitos conjugados com a revolução dos meios de transporte, de comunicação e de informação, os quais contribuíram largamente para a aproximação dos intercâmbios entre os moradores do campo e da cidade (CARNEIRO, 1998). Estes fenômenos caracterizam a emergência da urbanização das sociedades rurais². O processo de urbanização via penetração da cultura urbana nas sociedades rurais, vem interiorizando o fenômeno urbano em graus muito diversos (KAGEYAMA, 2008). Até os anos de 1980, os grandes centros urbanos concentraram as atividades econômicas e o

² A expansão da Cultura Urbana, inclusive, para as sociedades rurais foi estudada por autores como Lefbvre (2001), Rambaud (1973), Wirth (1979). Por urbanização das sociedades rurais entende-se, nesta pesquisa, os fenômenos, por meio dos quais os padrões de vida, inicialmente, citadinos, alcançam o campo, tais como os relacionados à forma de morar, ao consumo de bens, de serviços e de tecnologias domésticas e daquelas tecnologias ligadas às atividades agrícolas advindas com o avanço da modernidade, etc.

acesso a bens e serviços que por sua vez atraíram a população dos pequenos municípios e do campo. No entanto, a partir da década de 1990, com o período pós-fordista de descentralização do parque industrial avançado, no Brasil, as pequenas e médias cidades passaram, também, a receber indústrias. Segundo Kageyama (2008), este processo de abertura de novas frentes de trabalho para a população das pequenas cidades e do campo vai gradativamente, substituindo a migração para os grandes centros e em algumas localidades pode deslocamento de ida e volta entre campo e cidade.

Wanderley (2009) considerou o peso dos deslocamentos diários nas análises da relação campo-cidade como um importante indicador para analisar o desenvolvimento dos pequenos municípios em Pernambuco. O acompanhamento deste fenômeno permitiu-lhe identificar os principais fluxos da população, bem como a sua relação com as atividades econômicas e, ainda, conhecer o perfil da população que se desloca, em termos de escolaridade, renda, tipo de atividade, etc.. Estas informações, segundo a autora, possibilitariam a formulação e o monitoramento de políticas públicas. De acordo com a publicação “Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas” (2009), a mobilidade e a demanda por bens e serviços afetariam a sociedade por meio do pleito de vagas em escolas, bem como pela pressão antrópica que provoca sobre o meio ambiente, assim como pelos impactos nos gastos previdenciários maiores nos locais que recebem os migrantes. Este conjunto de fatores repercutiria no processo de urbanização. Em outras palavras, a mobilidade espacial pode se constituir em um vetor de interiorização do processo de urbanização. O fenômeno dos neorurais³, pessoas que deixam os grandes centros urbanos, para morar e trabalhar no campo se encaixaria nesta situação, pelo fato deles levarem para o campo os padrões urbanos relacionados, principalmente, ao modo como moravam, bem como na oferta de serviços que passam a oferecer no ramo da alimentação, da hospedagem e do lazer.

³ O neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo; assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo. O que nada tem a ver no Brasil com a atração de pessoas em decorrência dos ciclos econômicos ou políticas migratório de povoamento. (GIULIANE, G. 2014, p. 1).

1.1 Problema de pesquisa

No Brasil, de acordo com o censo demográfico de 2010 havia 61.589.232 pessoas ocupadas, que trabalhavam fora do domicílio de residência e retornavam todos os dias para casa, o que configura para o IBGE um deslocamento pendular. Em Minas Gerais este número foi de 6.719.019 e em Belo Horizonte de 88.044 pessoas que se deslocavam de casa para o trabalho, vindo despender entre cinco minutos a mais de duas horas diariamente. Todavia, o foco dos trabalhos tem se mantido majoritariamente centrado nos deslocamentos citadinos e, em geral, naqueles que ocorrem nas regiões metropolitanas. A mobilidade cotidiana expressa pelos deslocamentos pendulares e circulares em cidades pequenas, ou mais especificamente do campo para a cidade, ainda é pouco estudada no Brasil em comparação à migração campo-cidade. Em especial, no caso do de Minas Gerais, a mobilidade cotidiana em pequenos municípios se torna um objeto de estudo relevante, dado que o estado é composto majoritariamente por municípios com até 20 mil habitantes⁴. Assim, descrever e compreender a realidade relativa às pequenas aglomerações não se constitui em um fato isolado, mas guarda referência ao contexto sociodemográfico de boa parte de Minas.

Estudos como o de Aragón (2009) mostram que a mobilidade se reflete na vida e no comportamento daqueles que se deslocam, bem como no de suas famílias e na própria comunidade. Neste âmbito, acredita-se que as motivações dos fluxos para os pequenos municípios e para o campo, no entanto, não se resumem às demandas voltadas para os fatores econômicos, como a oferta de serviços e de empregos, mas, também, estão relacionadas a fatores culturais, como a valorização do meio ambiente, das tradições, do modo de vida “dos antigos”. Deste modo, os deslocamentos humanos, especialmente no período pós-fordista, pós anos 1980, tendem a acentuar novas trajetórias e características. Se anteriormente a mobilidade cotidiana campo-cidade não era frequente, atualmente, ela ganha novas nuances.

O movimento cotidiano⁵, a partir do deslocamento pendular tem sido comumente estudado a partir dos fluxos vinculados ao trabalho e ao estudo⁶. Todavia,

⁴ Dos 853 municípios mineiros 673 (78,89%) possuem até 20 mil habitantes. Tabela: Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/estimativa_2013_dou.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2103.

⁵A mobilidade cotidiana é aqui compreendida enquanto a micromobilidade que se dá em uma escala temporal curta.

como o próprio IBGE (2011) adverte este tipo de mobilidade além de ter forte ligação com o movimento da economia, está relacionado, também, com a sociedade de uma forma mais ampla, visto que pode se refletir em ações individuais e coletivas. Tal fato reforça a necessidade de entender este fenômeno para além do mercado de trabalho e da busca por educação. Neste sentido, analisar o cotidiano das pessoas do campo a partir dos deslocamentos poderia contribuir para compreender como se estrutura o modo de vida dos rurais em meio às transformações advindas com o desenvolvimento da sociedade, da informação e da comunicação, principalmente, no contexto de urbanização das sociedades rurais⁷. Estas sociedades são marcadas, atualmente, pela diversificação produtiva e pela pluriatividade do campo. Os agricultores e a sociedade rural, como um todo, passam a vivenciar, em diferentes intensidades, os efeitos da reestruturação econômica e social que atinge os pequenos municípios, os quais se revelam no aparecimento de novas atividades econômicas e culturais.

O objetivo geral desta pesquisa foi, portanto, o de analisar a partir dos deslocamentos cotidianos dos rurais, a forma como as relações de interdependência entre campo e cidade se incorporam na vida das pessoas que moram no campo. A problemática desta pesquisa envolveu questões relacionadas ao fluxo cotidiano dos rurais entre o campo e a cidade e buscou analisar: Quais eram as finalidades dos rurais ao se deslocarem de forma diária e ou rotineira para a cidade? Que demandas sociais estes pequenos municípios têm tentado satisfazer junto aos rurais, vindo lhes permitir a construção de projetos de vida em nível local? E ainda, compreender, se a mobilidade cotidiana nestes pequenos municípios tem aspectos específicos quando se considera o sexo e a faixa etária. Estas questões foram propostas com base em três objetivos específicos: 1) identificar as finalidades que orientam os deslocamentos cotidianos entre campo-cidade dos moradores do campo, a partir de uma perspectiva de gênero e faixa etária; 2) identificar os locais (no campo ou na cidade) procurados pelos rurais pesquisados; e 3) compreender de que forma a dinâmica socioeconômica dos

⁶Segundo Rocha (1998) a mobilidade pode ser horizontal e vertical. A horizontal está centrada no trabalho e se dá no âmbito da qualificação dos indivíduos, de seus status profissional, da produtividade do trabalho, de sua condição funcional, e de sua submissão à lógica capitalista de acumulação. E a mobilidade vertical é compreendida pela mobilidade social representada pela posição dos indivíduos nas esferas sociais e seus movimentos de polarização de classes.

⁷ Segundo Wanderley (2009) a pluriatividade não constitui necessariamente o abandono das atividades agrícolas, mas frequentemente expressa uma estratégia familiar para garantir a permanência no meio rural e os vínculos com o patrimônio familiar.

municípios pesquisados afeta os deslocamentos cotidianos das pessoas que vivem no campo para a cidade.

As hipóteses formuladas para responder a problemática elaborada foram: 1) O trabalho e o estudo não se configuram nos principais determinantes do deslocamento cotidiano de homens e mulheres entre o campo e a cidade independente da faixa etária; 2) O deslocamento cotidiano entre o campo e a cidade sofre a influência das dinâmicas socioeconômicas relativas aos diferentes tipos de municípios da região; 3) Os deslocamentos cotidianos do campo para a cidade realizados por homens e mulheres apresentam peculiaridades relativas ao gênero e a faixa etária.

1.2 Organização dos Capítulos

Esta pesquisa está organizada em cinco capítulos, após o capítulo introdutório o capítulo dois “Mobilidade Cotidiana entre Campo-Cidade em Pequenos Municípios: construindo elementos teóricos”, versa sobre o contexto da mobilidade espacial de um modo geral. Neste capítulo são expressos alguns elementos sobre a complexidade que envolve a mobilidade cotidiana expressa também pelos deslocamentos pendulares e circulares e sobre o termo pequena cidade, sobre o qual é apresentado uma discussão introdutória. Compreende-se que o atrelamento do fenômeno da mobilidade cotidiana campo-cidade pode trazer importantes contribuições com as questões do modo de vida no campo.

O capítulo três, intitulado “Caracterização dos Municípios Estudados” traz um panorama sobre as características gerais do campo e da cidade de Cajuri e Coimbra e de seu entorno. Tendo em vista a multiplicidade de formas e funções que as pequenas cidades assumem no país, este capítulo tem como propósito ainda apresentar as especificidades locais de modo a gerar subsídios para o entendimento da conjuntura dos rurais inseridos nestas localidades.

O capítulo quatro “A Mobilidade Campo-Cidade e Elementos do Modo de Vida no campo em Cajuri e Coimbra”, descreve o perfil socioeconômico da população estudada. Ele traz ainda uma discussão sobre alguns aspectos culturais que envolvem o modo de vida rural bem como transformações das relações sociais a partir do deslocamento campo-cidade. Trata-se de um capítulo que dá voz aos participantes da pesquisa, portanto, além de apresentá-los existe uma exposição de elementos

particulares do cotidiano rural dos homens e das mulheres rurais nos municípios da pesquisa.

O capítulo cinco, “A mobilidade Campo-Cidade segundo Gênero e Faixa Etária” realiza uma análise dos deslocamentos cotidianos de modo a expor as finalidades da mobilidade bem como as localidades mais procuradas. Ele está subdividido em outros subtópicos relativos aos deslocamentos de um modo geral nos dois municípios: às especificidades dos fluxos em faixa etária e gênero direcionado para a própria cidade e para outra cidade. E realiza ainda uma abordagem sobre os meios de transporte utilizados e sobre o uso de tecnologias da informação e da comunicação (TICs) no campo para tentar compreender a relação entre a intensidade da mobilidade cotidiana e o modo de vida rural.

O último capítulo expõe considerações finais sobre a mobilidade cotidiana rural nos pequenos municípios de Cajuri e Coimbra, as lacunas do trabalho, bem como a sua contribuição nos estudos sobre os deslocamentos dos moradores rurais diante das transformações do campo.

1.3 Procedimentos Metodológicos

A fim de alcançar os objetivos propostos e verificar as hipóteses formuladas buscou-se utilizar métodos que abarcassem uma análise quantitativa-qualitativa. Para Landim et al. (2006) a pesquisa que agrega métodos quantitativos e qualitativos pode trazer grandes vantagens para o pesquisador haja vista que estes dois métodos não são mutuamente excludentes, mas complementares. Para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas: questionamentos por meio do survey, registros fotográficos e notas em um caderno de campo. De acordo com Babbie (1999) o survey é um método empiricamente verificável que permite a coleta e quantificação dos dados sendo possível confirmar teorias do comportamento social por meio da análise de variáveis. Por meio dessa técnica foi possível realizar levantamentos e apreciações por subgrupos de idade e sexo em conformidade com objetivos desta pesquisa.

Foi realizado um pré-teste do questionário no campo em Cajuri e em Coimbra com cerca de 20 pessoas. Este procedimento foi considerado de extrema relevância, pois foi a partir dele que as perguntas foram reescritas. Por meio do pré-teste foi possível identificar os problemas existentes no questionário inicial; problemas estes que tornavam de difícil execução, uma vez que ele seria aplicado em visitas diurnas às

propriedades, isto é, durante o período laboral dos rurais, portanto, foi preciso sistematizar as perguntas e torná-las mais objetivas. Por isso, em respeito aos objetivos propostos e às possibilidades empíricas, as perguntas foram reescritas de forma mais sintética e objetiva. Ainda que as questões de cunho mais sociológicas fossem suprimidas, expressas pela cultura rural local, a reformulação das perguntas contribuiu para um trabalho de campo mais eficaz com foco no perfil dos moradores, no caráter dos deslocamentos e nas finalidades destes. Além disso, foi necessária a alteração de alguns termos integrantes das questões depois de reconhecidas formas mais usuais de se fazer referência a eles nas falas dos participantes. O termo agricultura familiar ou pequena agricultura, por exemplo, foi substituído pelo termo produtor rural⁸, mais usual na linguagem dos rurais e de mais rápida assimilação.

A confecção do caderno de campo foi realizada durante as visitas de reconhecimento das comunidades, a aplicação do pré-teste e concomitante ao processo definitivo de entrevistas nas propriedades sorteadas para as entrevistas. O caderno de campo foi importante para colher informações, impressões e percepções durante os três meses completos de todo o trabalho de campo. Em virtude de o questionário ter tido um caráter mais sintético, sendo a maioria das perguntas fechadas, os registros escritos foram utilizados como um depósito de notas, acerca das conversas informais, das observações feitas, das impressões, dos desenhos de mapas pessoais sobre a localização das comunidades, bem como acerca da organização das propriedades rurais de modo a contribuir com informações que não seriam possíveis de serem coletadas a partir do método de survey. Os dados coletados registrados no caderno foram, portanto, importantes para complementar as informações de relações vinculadas ao modo de vida dos moradores rurais, facilitar o acesso às moradias por meio dos mapas, bem como colher elementos gerais sobre a comunidade. Os resultados mais significativos foram citados ao longo do trabalho. Também foram realizados registros fotográficos das áreas pesquisadas e dos locais onde os entrevistados viviam, quando estes autorizavam. As imagens foram importantes para tornar o ambiente pesquisado mais familiar ao leitor e contribuir para o registro das atividades após o campo.

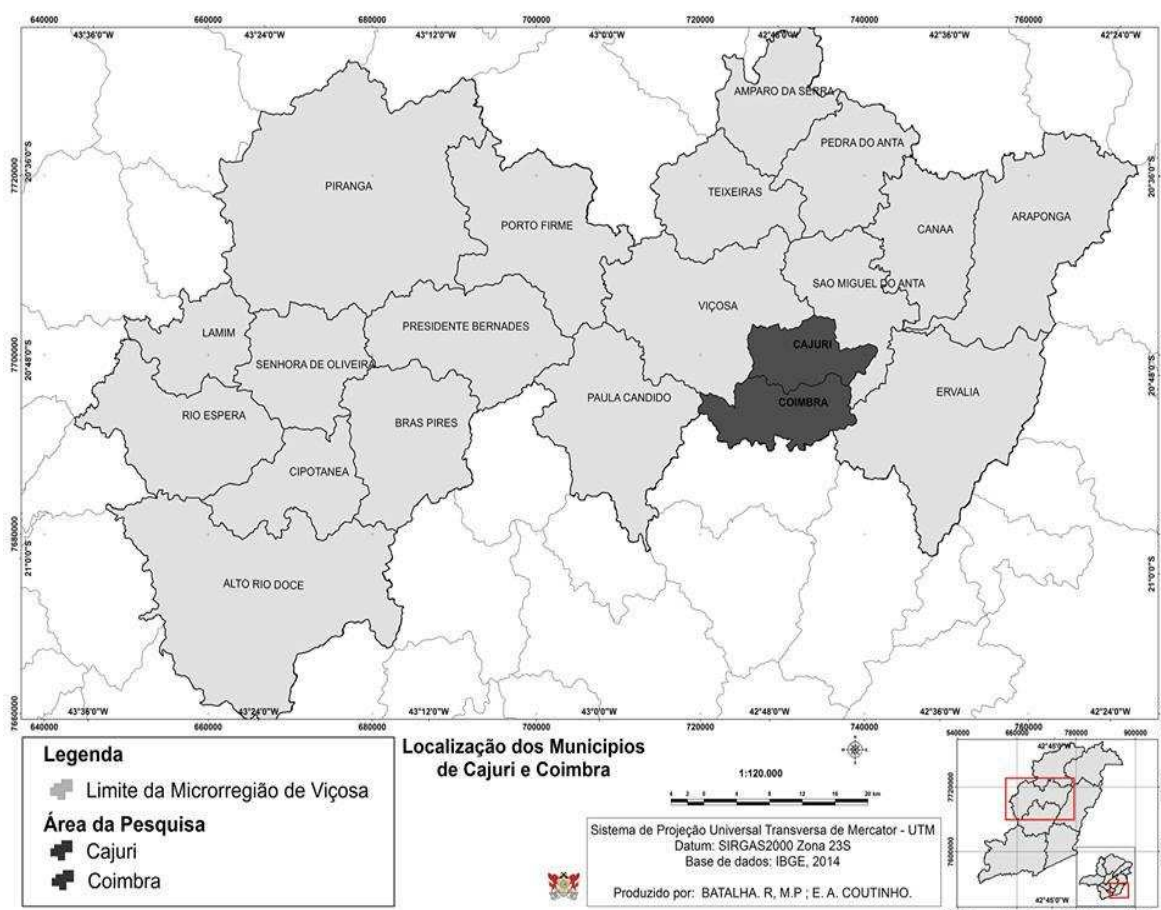
Por fim, no que diz respeito às estratégias metodológicas de coleta, além dos dados primários colhidos no trabalho de campo, utilizou-se, ainda fontes de dados

⁸O termo produtor rural foi utilizado nesta pesquisa como um identificador das atividades no campo, não tendo a pretensão de substituí-lo por agricultura familiar, pois não foi objetivo desta discutir as atividades do campo como uma categoria social.

secundários provenientes de órgãos como IBGE, Censo Demográfico, MDS, MDA, INCRA, Emater e dados das prefeituras municipais de Cajuri e Coimbra para a construção do perfil dos municípios estudados. Quanto ao plano metodológico de análise de dados, utilizou-se o programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 20.0 importante para quantificar e qualificar os deslocamentos cotidianos realizados pelos moradores do campo nos municípios estudados.

1.3.1 População e Amostra

Os municípios selecionados Coimbra e Cajuri se localizam na microrregião de Viçosa, pertencente à mesorregião Zona da Mata Mineira. A localização pode ser observada no mapa abaixo.



Fonte: Base de dados IBGE, 2014. Produzido por BATALHA, R. M. P.; COUTINHO, E. A.

Mapa 1: Localização dos municípios pesquisados.

A escolha dos dois municípios se deu pelo fato deles apresentarem características típicas dos pequenos municípios mineiros: população total abaixo de 20 mil habitantes, baixa densidade demográfica, função predominantemente residencial, relações pessoais bastante estreitas com alto grau de conhecimento entre os moradores e economia baseada na oferta de serviços de pouca diversidade. Embora não permita falar sobre os pequenos municípios em absoluto, a generalização de resultados ajuda a levantar tendências.

O município Cajuri, segundo os dados do IBGE (2010), possui uma população de 4.407 habitantes, sendo que 1.951 (44,27%) residem no campo e 2.456 (55,73%) na cidade. A paisagem é composta por propriedades familiares baseadas na produção de café, banana e feijão. Além da agricultura de mão de obra familiar e contratante de serviços sazonais, principalmente na colheita de café, o setor público se constitui na principal opção de emprego do município, por meio de cargos em nível municipal e estadual.

Já a cidade de Coimbra, de acordo com o último censo (IBGE, 2010) possuía população de 7.054, sendo 1.898 (26,90%) correspondente à população que vivia no campo e 5.156 (73,1%) à população que vivia na cidade. A paisagem rural também é composta por pequenos agricultores familiares e predominantemente possui plantações de café, tomate e feijão. Similar à cidade de Cajuri, o setor público em Coimbra, também se constitui em uma importante rede de empregos. Conforme pode ser observados na tabela 1 ambos os municípios apresentam população absoluta abaixo de 10.000 habitantes, bem como baixa densidade demográfica.

O cálculo da amostra dos residentes rurais dos municípios foi efetuado a partir de um levantamento realizado na base de dados do IBGE (2010) levando-se em conta o sexo e as faixas etárias elaboradas pelo instituto. O survey foi aplicado aos indivíduos sorteados a partir de quinze anos⁹, em virtude de apresentarem maior possibilidade de autonomia tanto para efetuar os deslocamentos, quanto para responder às questões investigativas, visto que de um modo geral os jovens a partir de quinze anos normalmente já cursam o ensino médio. Desta forma, para efeito dos cálculos da amostra somou-se a população rural acima de quinze anos de idade em ambos os municípios.

⁹Foi respeitada a Resolução 196/96/CNS/MS relativa as pesquisa científica com crianças e adolescentes.

Em Cajuri obteve-se o total de 1.530 pessoas em Cajuri e em Coimbra com 1.399 totalizando 2.929 pessoas. As faixas etárias selecionadas foram delimitadas considerando-se os seguintes estratos: o dos “jovens”, de 15 a 19 anos; o dos “jovens adultos” de 20 até 29; o dos “adultos” entre 30 a 49; o dos “adultos maduros” entre 50 a 60 anos; e dos “idosos” com mais de 60 anos. Por fim, para o cálculo da amostra, considerou-se além da população total que vivia no campo em ambos os municípios, 2.929 pessoas, o erro de 10% e a confiança de 95%. Os cálculos da amostra foram realizados, então, segundo a fórmula da proporção finita de Bolfarine e Bussab (2005), dada por:

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} \times N}{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} + (N - 1)E^2}$$

Onde:

n = tamanho amostral
Z = valor tabelado de uma distribuição normal
N = tamanho populacional
E = margem de erro ou erro máximo de estimativa
p = proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria que estamos estudando
q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria que estamos estudando (q = 1 – p).
α = nível de significância

Fonte: Bolfarine e Bussab (2005).

Como os valores populacionais p e q eram desconhecidos, substituiu-se pelos valores amostrais $\hat{p}$ e $\hat{q}$ por 0,5. Para proceder ao cálculo somou-se o número total de moradores do campo em cada município, representado na fórmula por N. Desta forma, o cálculo foi realizado com os seguintes valores:

$$n = \frac{(1,96) \cdot (0,5) \cdot (0,5) \cdot (2.929)}{(1,96) \cdot 0,5 \cdot 0,5 + (2.929 - 1) \cdot (0,10)} = 94$$

Tendo em vista a desigualdade entre o número absoluto de pessoas residentes nos dois municípios¹⁰ aplicou-se a proporção para manter a correspondência com a população relativa a cada município. A fórmula aplicada foi:

$$n_i = \frac{n \times N_i}{N}, i = 1, 2$$

Onde:

n = tamanho amostral referente a um determinado município
n = tamanho amostral
N _i = tamanho populacional referente ao município
N = tamanho populacional
i = refere aos municípios pesquisados

Fonte: Adaptação das autoras para expor os elementos da fórmula utilizada para o cálculo proporcional da amostra.

Aplicando essa fórmula para o município de Cajuri obteve-se:

$$N_1 = \frac{94 \cdot (1.530)}{2.929} = 49 \text{ pessoas}$$

Para Coimbra obteve-se:

$$N_2 = \frac{94 \cdot (1.399)}{2.929} = 45 \text{ pessoas}$$

Deste modo, no município de Cajuri foram entrevistadas 49 pessoas e em Coimbra 45. A tabela 1 apresenta a amostra proporcional entre as faixas etárias e o sexo.

¹⁰ O município de Cajuri com o total de população urbana muito próxima do total de população rural, e o município de Coimbra o total da população rural é inferior ao total da população urbana.

Faixas etárias	Pop. da pesq.	Total de questionários	Sexo masc.	Total de questionários masculinos	Sexo Fem.	Total de questionários femininos
15 a 19 anos (jovens)	326 (11,1%)	11 (11,7%)	175	6 (6,4%)	151	5 (5,3%)
20 a 29 anos (jovens adultos)	551 (18,8%)	17 (18,0%)	236	9 (9,6%)	245	8 (8,4%)
30 a 49 (adultos)	1.108 (37,9%)	36 (38,2%)	577	22 (23,3%)	657	14 (14,9%)
50 a 59 (adultos maduros)	431 (14,7%)	14 (14,8%)	226	7 (7,4%)	205	7 (7,4%)
Acima de 60 (idosos)	513 (17,5%)	16 (17,0%)	281	8 (8,5%)	232	8 (8,5%)
Total	2.929 (100%)	94 (100%)	1.214	52 (55,32%)	1.490	42 (44,78%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2012.

TABELA 1: Composição da pesquisa: população rural dos municípios Cajuri e Coimbra, por faixas etárias e sexo.

A tabela 1 aponta o número de questionários aplicados e ainda a distribuição dos entrevistados por faixas etárias e sexo. Do total de 94 questionários aplicados em Cajuri e Coimbra: 11 estavam distribuídos na faixa etária de 15 a 19 anos sendo 6 aplicados para homens e 5 para as mulheres; outros 17 questionários foram distribuídos entre a população de 20 a 29 anos, sendo 9 para o sexo masculino e 8 para o feminino; para a faixa etária entre 30 a 49 anos totalizaram 36 questionários sendo 22 para os homens e 14 para as mulheres; para a amostra de 50 a 59 anos completaram 14 questionários para 7 respondentes de cada sexo; já para os pesquisados acima de 60 anos foram distribuídos 16 questionários sendo 8 para os homens e 8 para as mulheres. Os homens perfazem 55,31% do total dos entrevistados enquanto as mulheres 44,68%, uma diferença pouco significativa de 12,63% para as análises efetuadas entre os sexos. Os questionários aplicados não foram distribuídos por cidade, por não haver intensão de comparação entre os municípios.

Para se chegar às unidades domiciliares visitadas optou-se por uma consulta ao Programa de Saúde da Família (PSF), em virtude deste programa possuir no cadastro das famílias que vivem no campo os seus respectivos endereços. Após o acesso ao

banco de dados dos PSF locais, os registros obtidos foram sorteados por meio do programa RADON¹¹.

1.3.2 Método e técnicas de análise de dados

Os dados coletados foram sistematizados e analisados com a ajuda do software SPSS versão 20.0 de uso livre por 30 dias. Nesta primeira etapa utilizaram-se indicadores relativos ao perfil socioeconômico tais, como: sexo, idade, escolaridade, propriedade da terra, renda agrícola, renda não agrícola, tamanho da família, tamanho da propriedade, acesso e uso de meios de comunicação, acesso a veículos automotores, tempo de residência na moradia visitada, etc. Para a caracterização dos movimentos cotidianos entre campo e a cidade foram considerados os indicadores básicos relativos à distância percorrida, à frequência, ao tempo gasto, às finalidades do deslocamento, ao meio de transporte, entre outros.

As variáveis não-métricas foram analisadas por meio de estatística descritiva e as variáveis métricas por meio de Análise Exploratória dos Dados (AED). Também foram realizados tabulação cruzada e Teste de Friedman não-paramétrico. Para Babbie (1999) o uso da estatística social é um método importante, pois envolve medidas sobre uma população a partir de sua amostra.

¹¹ Software de uso livre na internet. Disponível no site: <http://www.random.org/>, configurando uma amostragem probabilística aleatória. Acesso em 11 set. de 2013.

CAPÍTULO 2

A MOBILIDADE COTIDIANA ENTRE CAMPO-CIDADE EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: Construindo elementos teóricos

Neste capítulo discutem-se os termos referentes à mobilidade cotidiana, de forma a apresentar a opção teórica adotada. Apresentam-se, ainda, de forma introdutória, as abordagens referentes à conceituação de pequena cidade, bem como as relações campo-cidade estabelecidas pelos rurais a partir dos seus deslocamentos cotidianos no interior de pequenos municípios. O intuito foi o de tentar compreender como a mobilidade, intrínseca ao cotidiano dos rurais, pode revelar modos de vida distintos no campo. A mobilidade espacial, conforme dito anteriormente, comporta nos seus processos e em seus efeitos elementos capazes de alterar a configuração social dos municípios. Argumenta-se, ainda, neste capítulo que as mudanças vivenciadas no núcleo familiar a partir da mobilidade campo-cidade estão relacionadas à diversificação da economia, ao desenvolvimento da pluriatividade e das atividades não agrícolas por parte dos rurais, à monetarização das atividades relacionadas à vida cotidiana, aos hábitos de consumo e lazer incrementados pelo desenvolvimento das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), bem como pela melhoria dos meios de transporte e da malha viária. Assim, os deslocamentos humanos podem propiciar adaptações dentro do núcleo familiar como também na forma de trabalhar a propriedade.

2.1 Mobilidade pendular, circular ou cotidiana?

No caso específico desta pesquisa foram realizadas revisões na literatura sobre os termos utilizados para se referir à mobilidade cotidiana, de modo a fazer um esforço, de precisão conceitual, sem a pretensão de exaurir o tema. Encontrou-se uma ampla variação de termos tanto na literatura nacional quanto internacional, tais como mobilidade pendular, deslocamentos pendulares, migracion pendular, comutting (nos Estados Unidos), navettes (na França) e ainda deslocamento circular. Segundo o IBGE (2011), o deslocamento pendular é medido em relação ao tempo e ao espaço, podendo variar de uma hora ou mais, um dia de trabalho, uma semana, ou um mês, desde que remeta a uma circularidade, isto é, o retorno ao lugar de origem. Os elementos chaves

para a mensuração desse movimento são dados pela distância, duração, retenção, situação político-administrativa, redes sociais, condições e formas de deslocamento e as motivações dos deslocamentos. Os estudos sobre a mobilidade pendular realizados pelo IBGE (2011) interpretam estes movimentos

(...) como expressão das diferentes dimensões da economia e da sociedade contemporâneas, responsáveis, que são, pela criação de novos espaços territoriais e societários nos lugares de origem (domicílio) e destino (trabalho, ensino, lazer e outras atividades relacionadas à ação humana) (IBGE, 2011).

Muito embora os deslocamentos para o trabalho e/ou estudo apresentem maior regularidade, as explicações focadas somente nas condições econômicas e educativas não conseguem explicar totalmente a complexidade do fenômeno. Os movimentos populacionais, cotidianos ou não, seguem o desenvolvimento tanto da economia quanto da sociedade e, portanto, são expressões de diversos fenômenos sociais, vindo ocorrer tanto em grandes, como em pequenos municípios¹² (IBGE, 2011). Becker (2011) afirma que embora exista uma tradição em associar os deslocamentos pendulares

(...) quase que exclusivamente à dinâmica metropolitana, o novo contexto territorial em formação na região norte fluminense, decorrente das mudanças advindas da “Economia do Petróleo”, permitiu o surgimento de novos tipos de deslocamentos pendulares segundo distintas escalas geográficas e temporais de abrangência, não mais estritamente ligados à dinâmica metropolitana (p.5).

Para além dos estudos metropolitanos, os deslocamentos das cidades interioranas estampam novas modalidades deste tipo de mobilidade que extrapolam dinâmica casa-trabalho. Jardim & Evartti (2006) assinalam que embora as motivações para o trabalho apontem uma centralidade nos deslocamentos cotidianos, estes envolvem vários outros fatores do dia a dia dos indivíduos. De acordo com esses autores, no caso dos deslocamentos cotidianos representados aqui pelos fluxos pendulares entre campo e cidade, as motivações para o deslocamento parecem ser distintas das grandes metrópoles e das motivações presentes entre moradores de cidades de médio porte, em função da dinâmica local e das possibilidades dos moradores do campo em não apenas

¹² Branco & Firkowski & Moura (2005) desenvolveram a pesquisa “Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador”; Jardim & Evartti (2007) “Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: reflexões sobre o seu estudo, a partir dos censos demográficos de 1980 e 2000”; Neto & Martine & Alves (2009) “Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas”; Ribeiro (2009) “Movimento pendular da população na região sul”. Como se percebe o foco dos trabalhos foi no ambiente citadino e, em geral, metropolitano.

residir nele, mas também no campo. Assim, diferentemente do que ocorre nos grandes centros urbanos, onde o indivíduo se desloca, sobretudo, em função do trabalho, nos deslocamentos pendulares entre os rurais isto não apareceria como um fator primordial, visto que os rurais já têm no campo uma possibilidade de trabalho.

Outro aspecto relativo aos estudos que envolvem os deslocamentos pendulares tem sido a sua utilização para demarcar características do desenvolvimento das regiões ao redor do mundo. A Organização Econômica para a Cooperação do Desenvolvimento (OECD) utiliza o “deslocamento pendular” como um indicador para delimitar regiões funcionais. Assim, o “(...)delineamento de região funcional em muitos países membros [OECD] está baseado no movimento pendular” (OECD, 2002, p.11 apud Stamm&Staduto, 2008). A região funcional nos critérios da OECD tem como fator central a atratividade para o trabalho, mapeada, principalmente, a partir dos deslocamentos pendulares, e tem como referência a frequência, o tempo e as distâncias percorridas.

Bilsborrow (1998, apud Oliveira, 2011) reconhece que a circularidade, diferentemente do deslocamento pendular se dá quando o indivíduo, sem mudar de morada, desloca-se em um período de 30 dias entre a residência dele e alguma atividade executada por ele neste espaço de tempo, enquanto os deslocamentos pendulares se dariam de forma diária para estudo e trabalho. Todavia, entende-se que apesar de tangenciar a mobilidade cotidiana esta visão engessa os pendulares aos deslocamentos diários vinculados a estudo e a trabalho, o que por sua vez desconsidera a mobilidade para acesso a outros serviços como saúde, lazer, fatores pessoais etc., não captados pelo censo (OLIVEIRA, 2011).

Cunha (2012) ao dissertar sobre a “mobilidade espacial” no Brasil aponta a necessidade de se discutir melhor as diferenças entre “mobilidade” e “migração”. Para este autor, a “mobilidade espacial” estaria relacionada ao movimento que se faz pelo espaço, sendo, portanto, um termo mais amplo que serviria para fazer referência a qualquer tipo de deslocamento espacial, enquanto os fenômenos considerados migratórios aludiriam à mudança de residência. Haveria, ainda, segundo o autor os movimentos não migratórios, de caráter sazonal, temporário ou diário. Ou seja, ele adverte sobre as diferenças dos movimentos ao se referir que nos migratórios necessariamente ocorre mudança de residência.

Existe, contudo uma grande controvérsia teórica quanto a se considerar a pendularidade como um fenômeno migratório ou não. Branco & Firkowski & Moura

(2005), realizaram uma revisão teórica sobre o movimento pendular e trouxeram os apontamentos teóricos de duas correntes que discutem esta temática. A primeira delas afirma que o “deslocamento pendular” está desvinculado do fenômeno migratório, já que não implicaria em mudança de residência, como é também o caso dos movimentos sazonais ou de temporada de populações nômades. Firkowski & Moura (2005) optaram pelo uso dos termos “movimento” ou “deslocamento” em substituição a “migração pendular” por entenderem que o deslocamento pendular envolveria um fluxo diário, e que, portanto, não implica na transferência para uma fixação definitiva de moradia. Dito de outra forma, os autores dessa corrente assumem que somente diante da mudança de moradia é que se poderia fazer referência à migração. Assim sendo, as pessoas ao se deslocarem estariam envolvidas em ações rotineiras que não implicariam diretamente em processo migratório.

Em contrapartida, a segunda corrente destacada nos levantamentos de Branco & Firkowski & Moura (2005), interpreta os deslocamentos pendulares como movimentos ou deslocamentos de ordem migratória, visto que este fenômeno implicaria em mobilidade espacial. Beaujeu-Garnier (1980, apud Castelo, Firkowski, Moura, 2005) aborda a pendularidade como um tipo de migração de temporada, sendo os atores classificados como “migrantes diários”. Este autor adverte ainda que “os movimentos diários” estão constantemente aumentando em número e distância. Nesta perspectiva mesmo que haja circularidade, - retorno ao local de saída-, este processo revelaria um fenômeno migratório, pois o que importaria seria a mobilidade espacial. Em consonância com o uso da nomenclatura migração pendular para o movimento da pendularidade Becker (2011) afirma que “(...) os movimentos migratórios variam quanto à duração e à escala de abrangência, e que aqueles de caráter cotidiano (pendulares) devem ser compreendidos predominantemente no contexto em que se inserem (p.4)”.

Sayad (1998) inclui uma terceira vertente mais sociológica sobre a mobilidade. Este autor afirma que o processo migratório é antes de tudo o deslocamento das pessoas no espaço físico, no qual as ciências promovem estudos para buscar maior conhecimento sobre a população e o espaço. Todavia ele chama atenção para o fato de que este espaço físico, também, seja qualificado nos sentidos sociológico, econômico e cultural, principalmente neste último, pois todo imigrante é antes um emigrante, isto é, as condições que determinam o pré-deslocamento também fazem parte do processo migratório.

Goetttert (2010), em uma perspectiva aproximada à de Sayad, denomina o migrante como

(...) um ser de lugares e por isso pode estar em um lugar no instante mesmo em que se sente pertencente a muitos outros, ou concomitante, pode não estar, mostrando-se em desençaixe aos lugares formais (a nação, a cidade, o bairro..., etc.) (p.15).

Esta proposta vai ao encontro da perspectiva da mobilidade cotidiana campo-cidade, pois se entende que o indivíduo está em constante adaptação e readaptação cultural de acordo com o modo particular de apropriação do espaço (KAYSER, 1996).

Embora por um lado haja discordância em relação ao fato da pendularidade ser ou não entendida como um movimento migratório, por outro, existe uma grande concordância entre as agências de pesquisa e os estudiosos em termos de conceber os movimentos migratórios a partir da mudança de residência. Nesta perspectiva, a pendularidade e os movimentos sazonais ou movimentos de temporada não seriam considerados como um fenômeno da migração. Desta forma, é muito comum para fins práticos e estatísticos que a migração fique restrita à mudança de moradia. Esta opção teórica de não considerar os movimentos pendulares como um movimento migratório aparece nos estudos do IBGE sobre Origem-Destino (OD), sendo, também, denominado de “viagem pendular” ou “deslocamento pendular”. De modo geral, grande parte dos trabalhos que decorrem da base de dados do IBGE utilizam os termos “deslocamento pendular”, “movimento pendular”, “fenômeno pendular” e “mobilidade pendular”.

A partir das correntes apresentadas observou-se que a designação de mobilidade ou deslocamento pendular é majoritariamente tratada para finalidades de estudo e trabalho e os deslocamentos circulares são pouco expressivos na literatura, por isso optou-se pela denominação dos deslocamentos cotidianos que abarcaria os dois fenômenos. Para Andan & D’Arcier & Raux (1994, p. 247), o conceito de mobilidade refere-se à vida cotidiana do indivíduo, deste modo, “(...) a mobilidade corresponde ao conjunto de deslocamentos que o indivíduo efetua para executar os atos de sua vida cotidiana (trabalho, compras, lazer)”.

Deste modo, entende-se que o deslocamento cotidiano é mais pertinente para representar a mobilidade dos moradores do campo para a cidade dentro de uma perspectiva de tempo de curta duração, mas que implique o movimento de ir e vir. Portanto, avaliou-se para esta pesquisa considerar que o processo de se deslocar remeta

a uma circularidade entre o campo e a cidade sem haver uma obrigação na mudança de residência. Compreende-se que os fluxos dos rurais possam ser diário, semanal, ou até mesmo mensal, de acordo com a relação que os indivíduos mantêm com a cidade de modo a atender suas demandas cotidianas.

2.2 Os pequenos municípios no Brasil

Como o objeto deste estudo, “a influência dos deslocamentos cotidianos dos rurais entre o campo e a cidade”, está circunscrito ao contexto dos pequenos municípios, apresentam-se, neste item, alguns esclarecimentos de ordem teórica a fim de precisar o conceito utilizado. De imediato é importante definir o que pode se considerar como um pequeno município.

O número de habitantes de um município tem sido um critério internacionalmente utilizado para classificá-lo segundo o seu tamanho. No Brasil, os argumentos científicos utilizados para caracterizar os municípios têm sido desprezados, vindo predominar desde 1934 os critérios político-administrativos. (SANTOS, 1979). Na literatura científica, a urbanização é comumente expressa em espaços onde existem maiores efeitos da tecnologia e da informação, que aglutinam um maior número de pessoas, de infraestrutura e de bens e serviços. Além disso, a demanda por saúde e educação, o consumo de eletrodomésticos e de tecnologias da informação ampliam o fenômeno da urbanização (ENDLISH, 2009).

Na presente pesquisa, em um dos municípios investigados, o distrito de Paraguai, localizado em Cajuri, a distorção do rural em urbano pôde ser observada. As fotos que se seguem ilustram esta situação.



Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

O café secando ao sol (fig. 1), entre outros elementos observados no trabalho de campo, como a criação de animais domésticos para o consumo familiar, o uso do fogão à lenha e outras formas comuns ao modo de vida rural revelam a forma como o modo de vida rural se mantém presente e hibridizado aos novos hábitos urbanos adquiridos pelos habitantes deste distrito, os quais se farão notar na continuidade deste capítulo.

Ainda em relação aos critérios utilizados na definição de cidade, a Organização das Nações Unidas (ONU) define como pequena cidade aquela que possui até 20.000 mil habitantes. Já de acordo com a classificação do IBGE pode ser considerado como cidade todo aglomerado que tiver uma sede municipal. Assim, considera-se como “cidade pequena” aquelas que possuam população inferior a 100.000 habitantes; como “médias cidades” as sedes municipais que possuírem população entre 100.000 e 500.000 e como “grandes cidades” aquelas que apresentarem um contingente populacional acima desse número.

No Brasil, segundo Motta et. all. (1997) as cidades pequenas ainda podem sofrer subdivisões entre as que apresentam até 10.000, 20.000 e 30.000 habitantes. Nesta dissertação entende-se que a classificação do IBGE de pequenos municípios como sendo aqueles que têm até 100.000.00 habitantes não condiz com realidade brasileira e mineira. Por isso, adotou-se a classificação de “municípios pequenos” ou “municípios locais” como sendo aqueles com até 20.000 habitantes, classificação comumente encontrada em outras instituições que geram estudos estatísticos (LOPES& HENRIQUE, 2010).

Bernadelli (2004) citando Ângulo e Domínguez (1991) sugere a incorporação de outros critérios para a categorização das cidades. Para a autora o parâmetro populacional, embora seja um elemento simples, de fácil mapeamento e de rápida comparação, apresenta pouca profundidade em termos de uma categorização efetiva das cidades. A autora sugere a incorporação de fatores, tais como densidade demográfica, características econômicas, morfológicas (relativas às edificações, ao parcelamento do solo, às vias de transporte), ao tipo de atividades realizadas pelos habitantes (se mais voltadas ao setor primário, secundário ou terciário), ao modo de vida local (se ligado à cultura urbana ou não), ao desenvolvimento tecnológico (relativo às telecomunicações e aos transportes) e, ainda, ao caráter gerador/difusor de inovações para classificar os municípios (IBIDEM). Percebe-se nessa perspectiva, um conjunto de fatores que tornariam a análise sobre a definição da rede urbana mais complexa, por levar em conta características quantitativas e qualitativas as quais configuram um desafio ao serem conjuntamente incorporadas.

O surgimento de distritos e pequenos municípios que não têm características urbanas foi facilitada após a constituição de 1988 com a gradual implementação da descentralização política-administrativa. Esta viabilizou a emancipação, sem maiores critérios, de povoados que foram elevados à categoria de cidades por todo o Brasil, independente do número de habitantes ou de outros critérios que as classificassem como espaços urbanos. Ao dar valor ao sistema federativo, a Constituição diminuiu a importância da União, revalorizando os papéis dos estados e introduzindo, efetivamente, a autonomia dos municípios (COSTA, 2005).

A fim de superar a inconsistência política-administrativo na classificação dos municípios e das áreas internas deles, José Eli da Veiga (2002) e Mendonça (2009), utilizaram uma combinação de critérios que envolvem o tamanho da população, a densidade demográfica, o tipo de economia, que trouxeram à tona a existências de “cidades rurais” no Brasil. Santos (1979a) também sugeriu uma classificação aplicável ao caso brasileiro e criou três categorias principais para a classificação dos espaços: as “cidades locais”, as “cidades regionais” e as “metrópoles”. Esse autor sustenta que as metrópoles seriam responsáveis pela macroorganização do espaço, sendo este o primeiro tipo de cidade a desempenhar a totalidade das funções sociais e comerciais, estando, ainda, interligada nacionalmente aos meios de transportes. As “cidades regionais” foram consideradas como “cidades intermediárias” por concentrar economias de escala e mercados consumidores mais amplos que teriam uma ligação direta com as

metrópoles e funcionariam como um ponto de apoio para as cidades menores. E as “cidades locais” foram concebidas como “pequenas cidades”, sendo caracterizadas por uma aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas da população local ao seu entorno, como as vilas e as áreas rurais. Deste modo, as redes urbanas variam de acordo com seu padrão espacial e de complexidade funcional.

Sposito (2009) e Santos (1979) também criticaram o critério baseado no tamanho da população como forma de caracterizar os diferentes tipos de cidades. Segundo eles a tipificação com base no número da população poderia provocar uma generalização perigosa. Segundo Sposito (2009), o adjetivo “pequena” não traduziria o conteúdo das cidades brasileiras. Esta perspectiva foi também reforçada por Santos (1979), para quem “(...) o fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional é, antes de tudo, um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios de cada sociedade” (p. 70). Por isto, Santos (1979) acreditava que o tamanho da população não seria um critério suficiente para classificar as cidades. O critério desse autor seria baseado, então, em critérios mais qualitativos para caracterizar as “cidades locais”. Apesar das críticas referentes ao uso da adjetivação “pequenas cidades”, os estudiosos ainda debatem acerca da pertinência desta terminologia. Sposito (2009), Endlish (2009), Wanderley (2001), Fresca (2001) entre vários outros, mantêm o termo “pequenas cidades” ao se referirem às cidades que para Santos são caracterizadas como “locais”.

Segundo Santos (1979) haveria uma dependência entre cidades em forma de pirâmide, em que umas recorreriam às de níveis superiores para a satisfação das suas demandas de produtos e serviços, etc. Todavia, em estudos posteriores Santos (1996) e Côrrea (1999) atestaram que esta dependência já não se apresentava de uma forma tão rígida e assimétrica em relação às cidades regionais, em função da expansão técnico-científico-informacional ter possibilitado às “cidades locais” participarem e realizarem trocas em diferentes circuitos da economia, vindo se vincular a mais de uma rede urbana. Assim, seria preciso considerar o contexto das cidades e a dinâmica econômica dela para estabelecer uma tipologia. As cidades locais denominadas desta forma por Santos (2012) seriam, pois, marcadas em grande medida pela ampla interdependência das trocas materiais e imateriais entre o campo e a cidade.

É nítido que a maior ou menor inserção do campo no processo de urbanização pode fazer com que a expressão do urbano seja mais acentuada ou não. A este fenômeno autores como Silva (1997), Favareto (2007), Kageyama (2008) vêm

denominando de continuum “rurbano”, o qual apontaria para o fim das oposições binárias entre campo e cidade. A diferenciação entre estes espaços seria muito mais em função da intensidade e da significação entre os elementos constitutivos de ambos os espaços. Contudo, tal processo de aproximação entre os modos de vida daqueles que vivem no campo e na cidade, não apontaria para um processo de homogeneização cultural, em função, justamente, da forma como tais influências são absorvidas e resignificadas em nível local.

2.3 A mobilidade espacial e as suas relações com a vida no campo¹³

Até meados dos anos 1980, os estudos sobre mobilidade no campo no Brasil estiveram focados na migração definitiva do campo para a cidade em razão da forma como se efetivou a modernização da agricultura brasileira. Estas transformações socioeconômicas se concretizaram em torno da constituição dos Complexos Agroindustriais, bem como pela atuação enviesada do Sistema Nacional de Crédito Rural. Enfim, pelo gradual avanço do processo de industrialização, também, no campo (DELGADO, 1983).

Contudo, este processo não modificou sobremaneira a concentração de terra e as desigualdades sociais no Brasil. Na década de 1960 a maior parte da população brasileira, 54%, ainda residia no campo. Já em 1970 aproximadamente 56% do total de brasileiros passou a residir nas cidades e, recentemente, o Brasil apresenta 84% sua população residindo no que se designa como cidade.

Neste contexto de “modernização pelo alto” as cidades funcionaram mais como um receptáculo dos migrantes que como um fator de atração deles. Segundo Santos (2008), não era a cidade em si, que exercia grande fascínio nos moradores do campo, mas, pelo contrário, era o campo que estava se tornando cada vez menos um espaço de reprodução, obrigando-os a migrar. Desta forma, a concentração fundiária e econômica

¹³ Diante da falta de uniformidade no uso de categorias teóricas como campo-cidade e rural-urbano, optou-se, neste trabalho, pela vertente teórica que diferencia campo de rural, bem como cidade de urbano, concebendo, assim, o campo e a cidade, como espaços materializados como meios físicos, produtos da ação da sociedade. (BERNADELLI 2010). Já rural e urbano se refeririam à cultura, aos costumes, aos valores, às vivências, aos modos de vida. Desta forma, a concepção de urbano iria para além da cidade, podendo se referir a fenômenos presentes no campo. Sendo assim, o rural não seria definido por sua oposição ao urbano, mas pelo seu conteúdo (ENDLICH, 2010).

no campo se constituiu em um fator determinante na história da mobilidade populacional no Brasil (SANTOS, 2008).

Segundo Santos (1998), a urbanização dos países periféricos, diferentemente dos centrais, se deu por meio do processo de polarização de uma única cidade sobre as demais, sem a presença de cidades intermediárias que pudessem desenvolver o papel de polo regional. Já no período pós-fordista, depois dos anos 1990, Kageyama (2008) chama a atenção para o processo de descentralização industrial, que redefiniu as relações entre o campo e a cidade. A interiorização da industrialização vem promovendo o desenvolvimento de relações intersetoriais entre a agricultura, a indústria e o comércio, que favorecem a quebra do isolamento das comunidades rurais, em função do maior intercâmbio de citadinos e rurais em nível local.

No caso dos deslocamentos cotidianos dos rurais, tal como observou Durham (1973) o morador rural

“(...) vive e realiza, de modo concentrado, modificações nos padrões de comportamento e nas suas relações sociais que refletem, ao nível da ação concreta dos sujeitos, as alterações que ocorrem na ordem estrutural” (p.8).

Todavia, este é um processo em que não há uma ruptura completa e homogênea com o universo normativo das sociedades rurais tradicionais.

Estudos como os de Maciel & Favoretto (2012) e Sayad (1998), podem ajudar a compreender que não é, especificamente, o esvaziamento do campo que provoca o enfraquecimento do modo de vida rural, mas, antes, o fato de que a mobilidade campo-cidade gera transformações no universo material e cultural do indivíduo e do seu núcleo familiar. Martins (1973) afirma que

“(...) do ponto de vista sociológico, a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica para outra, isto é, a mudança de residência, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra” (p.19).

Dito de outra forma, a mobilidade possibilita que o sujeito ao se deslocar não seja interpretado como um objeto, mas como alguém, que se vincula e se desvincula de relações e laços sociais na elaboração de sua identidade. Sobre este aspecto Martins (1973) defende, ainda, que o processo migratório corresponde a uma ação de “(...) desajustamento e ajustamento que se traduz na recompensa subjetiva que proporciona”

(p.21). Deste modo, a pessoa que se desloca vivencia durante este processo a percepção de semelhanças e de diferenças em relação à sociedade de origem e de destino. Assim,

(...) mais do que trânsito de um lugar a outro, há a transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir é viver, em espaços geográficos diferentes temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais (...) é ao mesmo tempo partir e não chegar nunca. (MARTINS, 1986, p. 45).

Os deslocamentos cotidianos do campo para a cidade em pequenos municípios permite a percepção da influência dos padrões culturais urbanos expressos nas pessoas que vivem campo. No estudo sobre a pendularidade de trabalhadores rurais no interior de São Paulo, Maciel & Favoretto (2012) afirmam que a “(...) pendularidade modifica e solidifica espaços rurais (p.1)”. Nas cidades estudadas pelas autoras, foi identificado que as situações de precariedade das famílias fazem com que elas se insiram tanto no mercado formal quanto no mercado informal, na cidade e no campo, como forma de reprodução social. Maciel & Favoretto (2012) afirmam que a “(...) mobilidade cotidiana – de famílias e indivíduos – é derivada por diversas motivações e não implica a mudança definitiva das mesmas dos seus espaços sociais de vida” (p.3). Neste caso, o deslocamento se constitui em uma estratégia familiar de sobrevivência.

Silva (2010) ao estudar as migrações camponesas das aldeias de Lindoso e Aguiar em Portugal, baseando-se em dados estatísticos e em histórias de vida, constatou que a mobilidade de temporada e a pendular funcionavam como um meio de adquirir trabalho nos centros urbanos circunvizinhos. Já o deslocamento permanente e o sazonal estavam mais relacionados aos membros mais jovens das famílias de classe social menos favorecida, em geral filhos de lavradores. Estes quando alcançavam fundos, contribuíam financeiramente para a família, vindo propiciar a ela a incorporação de inovações no cultivo e na aquisição de objetos de consumo doméstico.

O alcance do sucesso profissional acarretava na aldeia de origem grande euforia, pois a contribuição recebida dos de fora possibilitava aos que ficavam a conservação da atividade agrícola, ainda que com adaptações, por meio da aquisição de novas tecnologias. Assim, a mobilidade campo-cidade poderia representar efeitos capazes de alterar a configuração social da aldeia, ainda que as normas e os valores tradicionais funcionassem como amortecedores para as transformações implementadas (IBIDEM).

Tem chamado a atenção, ainda, na literatura sobre mobilidade no campo os casos relativos ao deslocamento realizado por pessoas que tentam esquivar-se dos

problemas existentes nas grandes cidades, tais como o barulho, o congestionamento e a violência, indo viver no campo. Estes neorurais levam para o campo consigo os valores e os modos de vida urbanos. A mobilidade também se mostra um vetor de interiorização da Cultura Urbana na sociedade rural por meio dos habitantes do campo que vão realizar atividades não agrícolas na cidade, mas mantêm o seu vínculo de moradia e/ou trabalho com o campo. Este pode ser o caso dos part-times e dos pluriativos, mas, também, daqueles que apenas vivem no campo e trabalham na cidade. (GRAZIANO, 1997).

Segundo Santos (2012) “(...) o valor de cada local depende de níveis quantitativos e qualitativos dos modos de produção e da maneira que eles se combinam” (Santos, 2012, p.28), ou seja, para esse autor, tanto cidade quanto campo se impregnam do modo de vida de seus moradores que são produtores e produto desses espaços (LEFEBVRE, 2001). Rosa & Ferreira (2010) afirmam que a partir de 1960, quando as relações sociais e econômicas entre campo e cidade se tornaram mais fortes pela intensificação dos fluxos de pessoas e de capital, implementou-se, de forma expressiva, um processo de transformação no uso do espaço, no campo, mediante as redefinições das atividades nele praticadas e do fluxo de bens, serviços e pessoas, que envolveu citadinos e rurais.

Enfim, a mobilidade cotidiana pode ser percebida como um indicador das transformações da sociedade, pois a decisão de deslocar-se vai além do consumo material:

(...) as diversas iniciativas para que a população seja posta em movimento pendular estão, entre outras, representadas por um sistema de valores, o que possibilita a construção de indicadores socioeconômicos referentes às condições de vida e da reprodução social da população. Estes por sua vez, estarão relacionados com os movimentos da economia e da sociedade, que permitem que se enumerem as deficiências espirituais ou materiais, definidas por valores imperantes na estrutura social vigente, em um dado momento (IBGE, 2011: sp.)

Como exposto anteriormente o deslocamento cotidiano segue o desenvolvimento da economia e da sociedade. Neste sentido, as mudanças trazidas pelas novas tecnologias domésticas, produtivas e de uso pessoal, bem como pela própria monetarização das relações sociais, têm sido vistas como vetores de uma dinâmica globalizante.

2.4 A transformação dos modos de vida nas sociedades rurais

No Brasil estudos como o de Antônio Cândido (1997) e Maria Alice Setúbal (2005) deram destaque às mudanças no modo de vida dos rurais¹⁴. O trabalho de Cândido (1997) intitulado “Os Parceiros do Rio Bonito” votou-se para a investigação das transformações que envolviam os meios de vida dos caipiras paulistas, entre as décadas de 1940 e 1950. Cândido chamou a atenção em seu estudo para o fato de que mesmo ao trazer consigo uma cultura “rústica” típica de “sociedades camponesas” os caipiras paulistas apresentavam determinadas características de pertencimento ao mesmo sistema básico de valores da cidade, o que lhe permitiu instrumentalizar a noção de “sociedade parcial e cultura parcial”.

Setúbal (2005) em seu ensaio sobre os modos caipiras de vida desfaz uma abordagem preconceituosa do homem do campo enquanto sinônimo de atraso e de detentor de costumes ultrapassados. A partir dos costumes do homem simples do interior de São Paulo, Setúbal retrata o modo de vida a partir dos aspectos culturais, econômicos e sociais, tais como: a forma de moradia, os hábitos alimentares, o vestuário, as festas, a moda de viola, as prosas, o artesanato, as práticas religiosas e as crenças, os laços de compadrio e solidariedade que definiriam o modo de ser rural. O modo de vida dos paulistas, estudados por Cândido (1997) e Setúbal (2005), a partir da análise do cotidiano, aponta para uma perspectiva de cultura como sendo dinâmica e maleável face ao processo de aproximação da sociedade rural com a urbana.

Rimbaud (1973) também centrou seus estudos sobre as mudanças dos modos de vida, ao pesquisar o processo de urbanização das sociedades rurais na França, depois da Segunda Guerra Mundial. O autor caracterizou a urbanização como um complexo processo de circulação cultural, no qual as mudanças ocorreriam de forma distinta entre os grupos sociais, mesmo dentro de um mesmo village. Conforme observou Rimbaud, as transformações ocorridas nas sociedades rurais advinham da circulação de pessoas, de bens e serviços relacionados à “Cultura Urbana”. Contudo, essa movimentação impactava de forma distinta os diferentes grupos sociais. O autor percebeu que as mulheres e os jovens, por exemplo, se mostravam mais abertos às mudanças culturais e à adoção de novas tecnologias, tornando-se, por vezes, difusores de novos hábitos e

¹⁴ Isabel Guerra (1993) afirma que os modos de vida são formas da ação da estrutura, isto são formas da ação coletiva formalizada ou institucionalizada por meio de um mínimo de organização decorrente de uma racionalidade e intencionalidade dos indivíduos.

valores. Já os homens adultos e os idosos se revelavam mais hostis à incorporação de valores provenientes dos meios urbanos.

Os estudos de Rambaud nas aldeias francesas mostraram que naquele local o modo de vida dos rurais se transformou de forma processual e heterogênea. Contudo, o ponto mais significativo nos estudos de Rambaud foi mesmo destacar o processo de penetração da cultura urbana nas sociedades rurais, por meio de vários vetores, tais como: o turismo rural, a educação, o jornal, as atividades não agrícolas, o reordenamento fundiário. Dessa forma, o trabalho deste autor leva a crer que a maior interatividade entre campo e cidade vem se processando via o acesso dos rurais a novas atividades no mercado de trabalho no campo e na cidade, bem como pelo acesso aos meios de informação e de comunicação, aos meios de locomoção, pelo consumo de bens industrializados, mas, também, pela oferta de serviços de lazer por parte dos rurais aos cidadãos, favorecida pela valorização destes de uma vida mais tranquila e ambientalmente mais “saudável”. Todo este contexto aponta para o avanço do processo de urbanização dos modos de vida no campo, mesmo que de forma gradual e heterogênea (RAMBAUD, 1973).

Rambaud (1973) afirmava que este processo de urbanização das sociedades rurais se faria por meio da aculturação do modo de vida rural ao urbano, mas não implicaria em um processo homogeneizador e sincronizado. Tratar-se-ia, antes, de um processo de incorporação, por parte de alguns segmentos da sociedade rural, de hábitos de consumo e modos de vida dos cidadãos, que implicaria em escolhas feitas pelos rurais daquilo que considerariam relevantes para si entre os elementos da cultura urbana com os quais entravam em contato. Poderia ser um refrigerante, uma camiseta, um trator, um estilo musical, um modo de falar, etc.. A aculturação implicaria, portanto, em graus de abertura diferenciados na adoção de novas práticas ou produtos.

Deste modo, cada indivíduo a partir daquilo que lhe atrairia, interessaria ou julgasse vantajoso, formaria o que Rambaud (1973) denominou de *canivar*¹⁵, que em uma linguagem metafórica poderia ser descrito como uma espécie de bordado que o indivíduo imprimiria em uma tela, a partir das suas escolhas. Na linguagem sociológica o *canivar* se encaixaria perfeitamente na perspectiva teórica da estruturação de Giddens (1991), que contempla, por um lado, a força da estrutura que atua sobre o indivíduo, representada pela tela, mas, por outro, elenca a capacidade de ação do indivíduo,

¹⁵ O *canivar* pode ser entendido como um bordado em uma tela, ou seja, o indivíduo teria a possibilidade de escolha dentro de uma estrutura constituída.

representada pelo bordado. Dessa forma, os rurais, a partir das referências do mundo que os cercam, seriam capazes de fazer escolhas individualizadas. O canivar seria, portanto, construído por meio das escolhas que o indivíduo, a partir do seu próprio ambiente, realizaria por meio de suas experiências que se materializam nos seus modos de vida.

Ainda segundo Rambaud (1973), não seria conveniente interpretar as mudanças nos modos de vida dos rurais, considerando-se simplesmente, as práticas e comportamentos dos indivíduos de um determinado grupo etário, pois eles podem oscilar sucessivamente de comportamento. Somente quando as práticas e os comportamentos dos rurais se manifestam nas suas referências normativas cotidianas é que se poderia aceitar que o processo de aculturação aos modos de vida urbanos teria se processado de forma efetiva.

Uma das esferas da vida em que o processo de aculturação se mostrou de forma mais clara nos estudos de Rambaud nas sociedades rurais francesas estava relacionada aos padrões de consumo, que deixaram de ser voltados para a autossustentação e se voltavam para o mercado. De acordo com Sciré (2012) o consumo poderia ser compreendido enquanto um conjunto de práticas culturalmente organizadas, que produziriam uma prática cultural, porque instituiria um espaço endógeno de relações que abrangeria hierarquias, simbologias e sentidos.

O consumo modificaria as relações entre significantes e significados e criaria uma imagem dos rurais sobre a sociedade urbana, mas, também, sobre eles mesmos. Até mesmo os espaços mais isolados recebem serviços comerciais ou culturais por meio das escolas, imprensa, mercado de trabalho, turismo, e também por meio dos pendulares do campo que estão, cada vez mais, marcados pela interação com o ambiente citadino. Assim sendo, é de se esperar que se encontre entre os habitantes do campo a formação de um canivar mais urbanizado.

Diante da pluralidade de contextos das pequenas cidades e do campo brasileiro com espaços ora muito estagnados ora muito dinâmicos, o próximo capítulo apresentará a realidade socioeconômica de Cajuri e Coimbra, na Zona da Mata mineira, a fim de familiarizar o leitor acerca dos municípios investigados.

CAPÍTULO 3

CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

Este capítulo tem como objetivo caracterizar a dinâmica socioeconômica dos municípios mineiros, nos quais a pesquisa foi desenvolvida: Cajuri e Coimbra. Estes municípios apresentam aspectos sociodemográficos e econômicos típicos dos pequenos municípios mineiros e brasileiros. Além da caracterização socioeconômica dos dois pequenos municípios pesquisados, também, se apresenta, neste capítulo, o contexto socioeconômico de outros municípios da microrregião de Viçosa, onde ambas as cidades se situam. A intenção foi a de se realçar a rede de possibilidades de que os rurais dispõem para construir os projetos de vida, mediante as oportunidades geradas pela dinâmica socioeconômica dos vários municípios do entorno.

3.1 O Município de Cajuri

A origem do município de Cajuri segundo o IBGE (2010) está ligada à exploração aurífera da região de Ouro Preto/MG. O processo de povoamento do município esteve ligado a colonos provenientes de Mariana/MG que se instalaram no local com o objetivo de cultivar produtos agrícolas. Cajuri foi criada a partir do Decreto-lei nº 148 de 17 de dezembro de 1938 por seu desmembramento da atual cidade de Viçosa. A emancipação política administrativa ocorreu pela Lei nº 2.764 de 30 de dezembro de 1962, a qual foi responsável ainda pela criação do distrito de Paraguai que permanece até os dias atuais ligado ao município. As figuras 3 e 4 permitem ter uma visão parcial da área central da cidade de Cajuri.



Figura 3: Igreja Matriz Santo Antônio e praça do entorno.



Figura 4: Vista da área central de Cajuri.

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Segundo os dados do IBGE (2010), Cajuri possui uma população de 4.407 da qual 2.096 (51,8%) residem no que se designa como área urbana referente ao distrito sede e ao distrito do Paraguai. Dentre este contingente de cidadãos, 1.047 (50%) são do sexo masculino e 1.049 (50%) do sexo feminino. No campo vivem 1.951 (48,2%) sendo 1.073 (55%) homens e 878 mulheres (45%). Ou seja, o campo se apresenta mais masculinizado.



Fonte: Google Earth (2014).

Figura 5: Imagem aérea de Cajuri.

O município tem área territorial de 83,038 km² e densidade demográfica de 48,74 hab/km². A imagem aérea (figura 5) dá uma noção da espacialidade da cidade. Esta não possui subdivisões de bairros e se desenvolveu ao longo da linha férrea que ligava as cidades de Além Paraíba até Cataguazes/MG¹⁶. O padrão de edificações predominante é de casas, as ruas conforme as figuras 3 e 4 são pavimentadas com asfalto e bloquetes.

Ao se observar os dados do censo de 2010, nota-se que o município apresentou um decréscimo populacional de 143 pessoas nos últimos 10 anos. Estes dados apontam para uma tendência de estabilidade da população ao longo da última década. Contudo, esta convergência não acompanha o que vem acontecendo no Estado de Minas Gerais e mesmo no Brasil, que mostram uma convergência contínua de aumento da população conforme pode se observar na tabela 2.

Ano	Cajuri	Minas Gerais	Brasil
1991	3.721	15.743.152	146.825.475
1996	3.696	16.567.989	156.032.944
2000	4.190	17.891.494	169.799.170
2007	4.015	19.273.506	183.987.291
2010	4.047	19.597.330	190.755.799

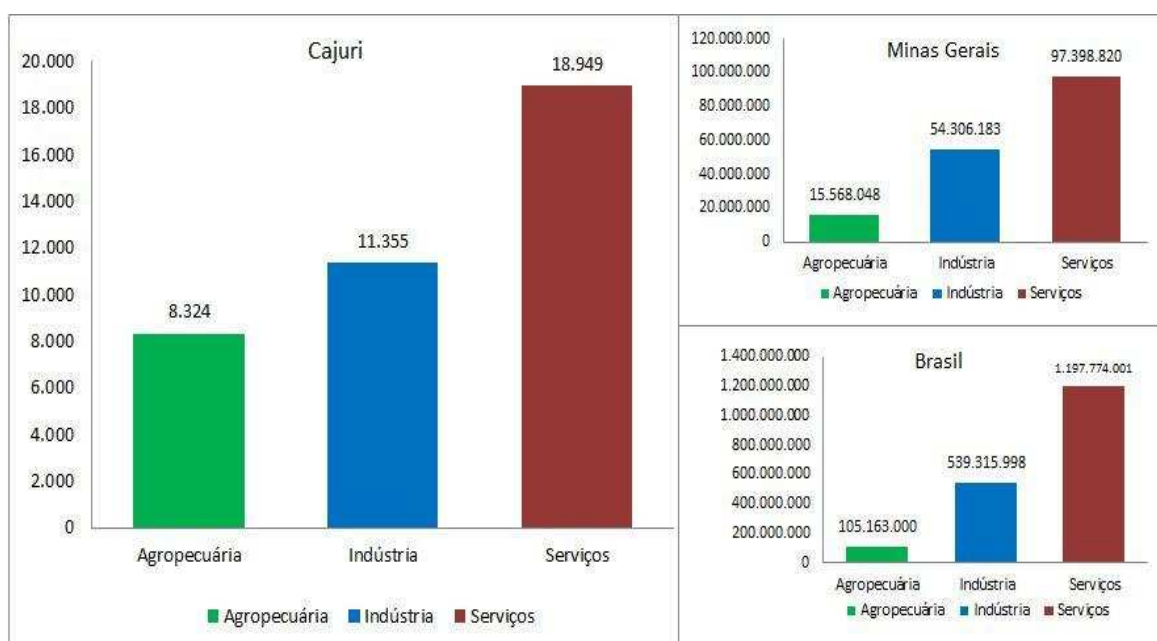
Elaboração: Autores. Fonte: IBGE (2010).

Tabela 2: Evolução Populacional de Cajuri, Minas Gerais e Brasil.

A economia do município é baseada na oferta de serviços, seguida pela indústria e pelo setor agropecuário conforme o padrão do Estado de Minas e do Brasil. Contudo, o setor agropecuário é, proporcionalmente, bem mais expressivo neste pequeno município da Zona da Mata mineira, quando comparado com o contexto estadual e nacional¹⁷. Em Cajuri o PIB (Produto Interno Bruto) de serviços corresponde a 49% do PIB, (R\$18.940,00); o PIB industrial corresponde a 29% (R\$11.355,00) e o PIB agrícola corresponde a 22% do PIB (R\$8.324,00).

¹⁶ A Estrada de Ferro Leopoldina localizada na região Sul da Zona da Mata Mineira foi construída com o propósito de escoar o café de um modo mais rápido que o sistema de mulas no período que se estende de 1874 a 1900 (SILVEIRA, 2009).

¹⁷ Em Minas a porcentagem do PIB agrícola é de aproximadamente 12% e no Brasil de 5%.



Elaboração: Autores. Fonte: IBGE, 2013.

GRÁFICO1: Produto Interno Bruto (Valor adicionado)

Em relação à produção rural, segundo o cadastro do INCRA em 2014, o município possuía 620 propriedades rurais com predomínio da pequena exploração e de acordo com a EMATER existem 450 produtores agrícolas cadastrados em seu sistema.

Na lavoura permanente destacaram-se o cultivo de café (arábica) em 850 hectares (1.020 toneladas); seguido da produção de banana, 12 hectares (241 toneladas)¹⁸. Na pecuária o rebanho mais expressivo é o de bovinos com 2.340 cabeças, seguido pelo de suínos com 1.311 cabeças, equinos 170 e da criação de galos, frangos, pintos com 174.500 cabeças. (IBGE, 2012). A produção de frangos é comum na região devido a convênios realizados entre a empresa PIF- PAF e os produtores rurais, vindo configurar uma prática comum conforme apontado no estudo de TOLEDO (2012). Na silvicultura existe, segundo o IBGE (2012) a produção de madeira em tora (34m³) e de lenha (1.312m³).

Considerando-se as impressões decorrentes das visitas realizadas às explorações agrícolas sorteadas, percebeu-se, com exceção de algumas poucas propriedades, baixo

¹⁸ Outras culturas ocupam uma pequena porção com Goiaba (3 hectares), Laranja (3 hectares), manga e maracujá (2 hectares cada) e limão (1 hectare). Na lavoura temporária destaca-se a produção de milho com 600 hectares (2.520 toneladas), feijão com 450 hectares (406 toneladas), cana de açúcar com 150 hectares (5.200 toneladas), seguido de arroz com 16 hectares (22 toneladas), mandioca com 15 hectares (240 toneladas) e tomate com 8 hectares (420 toneladas) (IBGE, 2012).

dinamismo econômico nelas, sendo a produção, basicamente, voltada para o autoconsumo, como pode ser comprovado pelo rendimento médio rural mensal per capita de R\$250,00 dos domicílios permanentes (IBGE, 2013). A tecnificação é inexpressiva e a grande maioria dos produtores possui baixos recursos financeiros. Muitas áreas estão em situação de abandono, em virtude de muitas famílias terem se mudado para a cidade, o que segundo relatos decorre da falta de apoio por meio de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar (CADERNO DE CAMPO, 2014).

Na cidade existem 54 estabelecimentos cadastrados na central de empresas (IBGE, 2010) tais como: padarias, bares, armazéns, serralherias, lojas de material de construção, lojas de roupas e de calçados e algumas fábricas de maior destaque, dentre elas, uma de shampoo e o Cerealista Pereira, etc. De acordo com o IBGE (2011), entre as 437 pessoas ocupadas no município, 385 (88%) recebiam salário mínimo. Ainda em relação à cidade, esta possui água tratada, mas não há tratamento de resíduos. A coleta de lixo é realizada de segunda à sexta e algumas comunidades rurais são atendidas. Existem três unidades de saúde, uma na sede, e das outras duas, uma localizada no distrito de Paraguai e a outra localizada na comunidade da Capivara dos Gomes, todas de responsabilidade municipal. Há três unidades escolares de pré-escola, três de nível fundamental e uma de nível médio estadual. Nas comunidades onde não há escolas, os alunos são transportados para estudarem na sede municipal. Os serviços bancários são fornecidos no correio para os correntistas do Banco do Brasil (Banco Postal), há uma lotérica onde transações mais simples dos usuários da Caixa Econômica Federal podem ser feitas e há uma agência do Banco Bradesco.

Considerando-se a relação dos rurais com o município de Cajuri percebeu-se que pelo fato do município ser relativamente novo e ter um comércio pouco diversificado algumas pessoas afirmaram preferir ir para Coimbra ou para Viçosa a fim de fazer compras (CADERNO DE CAMPO, 2014).

3.2 O Município de Coimbra

Coimbra teve sua emancipação política administrativa em 27 de dezembro 1948 pelo Decreto- lei nº 336¹⁹. O município possui uma população de 7.054 habitantes:

¹⁹ Segundo o IBGE (2013) não existe muitas informações sobre a origem do município de Coimbra, todavia acredita-se que seu povoamento seja decorrente do processo de decadência de Vila Rica e Guarapiranga, onde algumas pessoas buscaram novas terras para explorar a agricultura. Sobre as terras

5.156 (73,1%) vivem na “cidade”. Destes 2.544 (49,3%) são do sexo masculino e 2.612 (50,7%) do sexo feminino. Já no campo vivem 1.898 pessoas, 26,9% da população: 1.003 (52,8%) são homens e 895 (47,2%) são mulheres. (IBGE, 2010). Ou seja, também em Coimbra se reafirma a tendência de masculinização do campo já apontada em vários estudos, dentre eles o de Camarano & Abramovay (1999). Contudo, ao contrário de Cajuri, nos últimos dez anos, Coimbra apresentou um acréscimo populacional de 531 pessoas, conforme aponta a tabela 3.

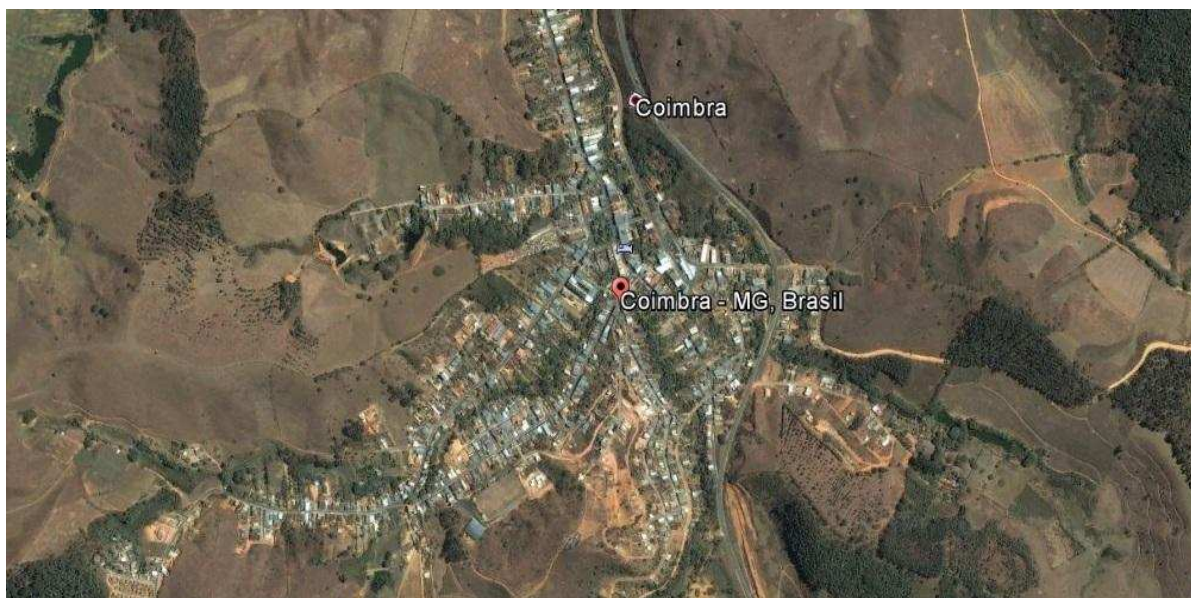
Ano	Coimbra	Minas Gerais	Brasil
1991	5.477	15.743.152	146.825.475
1996	6.097	16.567.989	156.032.944
2000	6.523	17.891.494	169.799.170
2007	6.886	19.273.506	183.987.291
2010	7.054	19.597.330	190.755.799

Elaboração: Autores. Fonte IBGE (2010).

Tabela 3: Evolução Populacional de Coimbra, Minas Gerais e Brasil.

O município possui uma área de 106,875 km² e densidade demográfica de 66,00 hab/km² concentrados na cidade. Como pode ser observado pela figura 6, Coimbra possui uma área urbana mais extensa e povoada que Cajuri. Mas, mesmo apresentando uma economia mais dinâmica que a de Cajuri, o município de Coimbra também pode ser caracterizado como um município rural de pequeno porte, tal como propõem Veiga (2002), em função da proeminência do PIB Agropecuário face ao Industrial e em função da densidade demográfica ser menor do que 80 hab/Km.

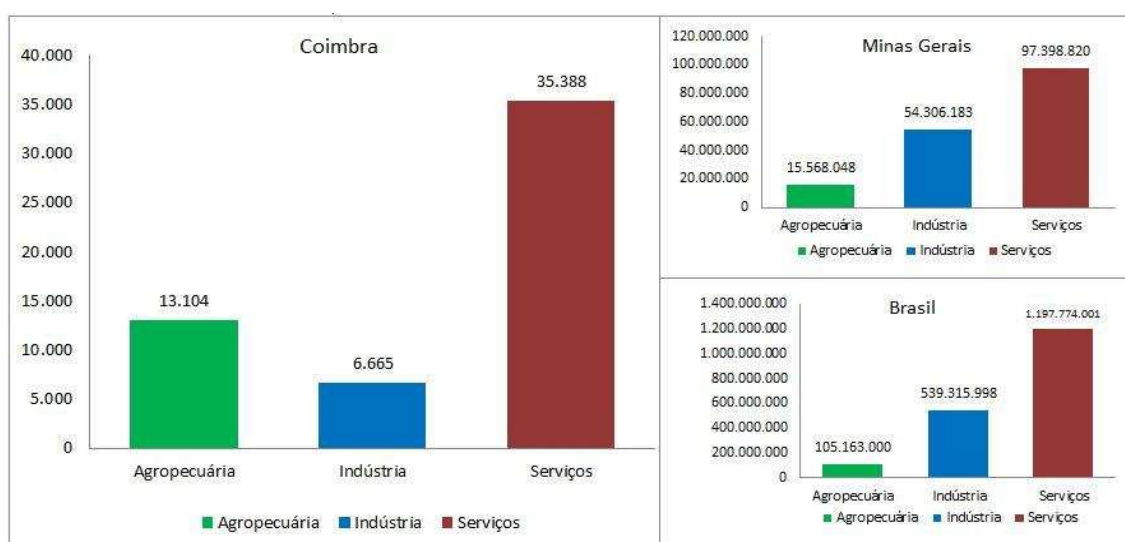
doadas por Manuel Coimbra foi fundada a Igreja em homenagem a São Sebastiao. Pela lei provincial nº 2031 de 01 de dezembro de 1873, a cidade passou a ser chamado de São Sebastiao de Coimbra após ter sido desmembrado do município de Ubá passando a ser distrito de Viçosa.



Fonte: Google Earth, 2014.

Figura 6: Imagem aérea de Coimbra, MG

A economia do município é baseada na oferta de serviços, no setor agropecuário, vindo a indústria ocupar o terceiro lugar em termos de PIB. Distinto do que aconteceu em Cajuri e, também da realidade do Estado de Minas Gerais, nos quais o setor agropecuário tem menor destaque. Em Coimbra o PIB de serviços corresponde a 65% (R\$35.388,00); o PIB industrial corresponde a 12% (R\$ 6.665,00) e o PIB agrícola corresponde a 23% (R\$ 13.104,00), ou seja, o PIB agrícola é maior proporcionalmente que o PIB agrícola do Estado que representa 9% do PIB total. (IBGE, 2013).



Fonte: Elaboração: Autores. Fonte: IBGE, 2013.

GRÁFICO2: Produto Interno Bruto (Valor adicionado)

O valor do rendimento médio mensal per capita dos domicílios rurais foi de R\$ 311,00 superior em R\$61,00 a Cajuri. Em relação à produção rural, o município possui 743 propriedades rurais cadastradas no INCRA (2014), sendo que predomina a pequena agricultura. Na EMATER (2014) consta o cadastro de 1.188 produtores agrícolas (2014)²⁰. A partir das visitas às comunidades percebeu-se que a agricultura, em Coimbra, era visivelmente mais dinâmica que em muitos municípios ao seu entorno. Ao se observa a tabela anterior, pode-se perceber que isto se deve, basicamente, à criação animal (frangos, bovinos e suínos). De maneira informal, percebemos por meio das falas dos agricultores que estes realizavam empréstimos, investiam em máquinas e mencionavam os eventos e cursos promovidos pela EMATER (CADERNO DE CAMPO, 2014).



Figura 7: Entrevista realizada na plantação de tomate no município de Coimbra. Dados da pesquisa, 2014.



Figura 8: Paisagem de uma das comunidades rurais em Coimbra. Dados da pesquisa, 2014.

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Já no que diz respeito à cidade de Coimbra, esta conta com 175 estabelecimentos cadastrados na central de empresas segundo o IBGE (2010). O comércio tem aspecto “dinâmico” e conta com diversos setores de prestação de serviço: 175 empresas instaladas e um total de 746 pessoas ocupadas. O sistema bancário conta com uma agência do Banco do Brasil (Figura 9), uma lotérica onde os clientes da Caixa

²⁰ O município não possui agricultores beneficiados pelo programa PAA (Programa Aquisição de alimentos) e possui 8 no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). A EMATER executa projetos relativos às funções gerais de extensão, atividades de campo sobre produção de milho, café, tomate (palestras e atividades recreativas), concurso de qualidade do café no município e na região de Viçosa e no concurso Estadual. O município de Coimbra recebeu em 2011 e 2012, entre os 37 municípios visitados, o prêmio gestor eficiente da merenda escolar na categoria “merenda com produtos orgânicos da agricultura familiar”. Há também atividades de capacitação em formação de quitandeiras, artesanato, certificação de café, agricultura urbana, cursos de preservação ambiental e práticas sustentáveis, cursos de produção de alimentos a partir dos principais alimentos cultivados e recentemente apoio ao programa de habitação rural MCMVR (Minha Casa e Minha Vida Rural).

Econômica Federal realizam transações simples e o Bradesco postal via Correios. Por ser uma cidade que é cortada pela BR 120, o sistema de transporte abarca cidades para além de Viçosa e possui inclusive uma rodoviária (fig10), estrutura pouco comum em cidades pequenas.



Figura 9. Área central de Coimbra, onde está sediada a igreja matriz e os principais comércios.



Figura 10: Terminal rodoviário de Coimbra.

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Existe uma unidade de saúde de responsabilidade municipal localizada na sede. Das duas escolas de nível pré-escolar municipais, uma está sediada na comunidade dos Quartéis e a outra na cidade, e existe uma escola de ensino fundamental também municipal na sede. A escola de nível médio é estadual e também está na sede (PREFEITURA DE COIMBRA, 2014). A tabela 4, a seguir, sintetiza as variáveis socioeconômicas encontradas nos dois municípios.

Variáveis	Municípios	
	Cajuri	Coimbra
População rural	1951 (48%)	1898 (27%)
População Urbana	2096 (52%)	5156 (73%)
População Total	4047	7054
Densidade Demográfica	48,74 hab/km ²	66 hab/km ²
PIB Agrícola	R\$8.324,00 (22%)	R\$13.104,00 (23%)
PIB Industrial	R\$ 11.355,00 (29%)	R\$6.665,00 (12%)
PIB de Serviços	R\$ 18.940,00 (49%)	R\$ 35.388,00 (65%)
Nº propriedades rurais	620	743
Nº de produtores	450	1188
Produção de Café	1.020 toneladas	706 toneladas

Produção de banana	241 toneladas	198 toneladas
Rebanho de bovinos	2.340 cabeças	5.554 cabeças
Rebanho de suínos	1.311 cabeças	19.390 cabeças
Frangos e pintos	174.500 cabeças	705.000 cabeças
Rendimento Médio Mensal Rural Per Capita	R\$250,00	R\$311,00

Elaboração: Autores. Fonte: IBGE 2013, 2014.

Tabela 4: Características socioprodutivas dos municípios pesquisados.

Tal como em Cajuri, o maior volume em cultura do município também era o de café (arábica) com 460 hectares (706 toneladas), seguido da produção de banana em 6 hectares (198 toneladas)²¹. Na pecuária o rebanho mais expressivo é de suínos com 19.390 cabeças, seguido pelo de bovinos com 5.554, equinos 350 e a criação de galos, frangos, pintos com 705.000 cabeças. Na silvicultura existe a produção de carvão vegetal (763 toneladas), de madeira em tora (237m3) e de lenha (1.397m3) (IBGE, 2012). Enfim, a paisagem no campo é composta por casas, plantações e granjas. Apesar do milho e do feijão serem os produtos mais cultivados por área, o tomate, além do café, da banana e da criação de animais, também exercem um forte papel na vida da cidade como um todo. Percebe-se que algumas famílias visitadas sobreviviam da renda privilegiada do tomate.

Em relação aos dois municípios observou-se que ambos ainda possuem características gerais comuns aos municípios com baixa população como pequena base produtiva e de empregos, fato esse que produz uma elevada dependência dos empregos públicos principalmente os ofertados pelas prefeituras. E conforme aponta a literatura, nestas cidades as receitas geradas não são suficientes para manter as despesas municipais sendo as fontes estaduais e federais são vitais para esses municípios. Segundo Bacelar (2010) os pequenos municípios participam com uma percentagem inferior a 20% nas receitas tributárias (ISS, IPTU, ITBI, ICMS etc.) do país, os com até 10.000 habitantes, por exemplo, como é o caso de Cajuri e Coimbra, com 9%. O Fundo Monetário Municipal (FMP) é o principal meio e repasse de recursos para os pequenos municípios, todavia este não é feito com base na arrecadação tributária, mas sim no número de habitantes, isto é, quanto maior a população maior é o repasse. Aliado ao

²¹ Outras culturas ocupavam uma pequena porção com Goiaba (3 hectares), tangerina (2 hectares) e maracujá (2 hectares). Na lavoura temporária destaca-se a produção de milho com 700 hectares (3.780 toneladas), feijão com 840 hectares (930 toneladas), cana de açúcar com 15 hectares (585 toneladas), seguido de arroz com 4 hectares (2 toneladas) e tomate com 20 hectares (1.164 toneladas). (IBGE, 2012).

repassa do FPM não ser proporcional à tributação, ele ainda sofre variações, o que pode causar impacto nas demandas das prefeituras que por sua vez são os municípios com maior tendência à estagnação, pois se o maior gerador de renda é o poder público há pouco giro econômico nas finanças, o que por sua vez exerce pouca atratividade de investimentos no setor industrial e de serviços, vindo alimentar dilemas do urbano.

3.3 O entorno de Cajuri e Coimbra

Sposito (2004) afirma que não há como estudar as cidades sem fazer uma análise do seu entorno. Assim, será retratado de forma breve as cidades circunvizinhas de Cajuri e Coimbra. Conforme já mencionado elas estão inseridas na mesorregião da Zona da Mata e na microrregião de Viçosa/MG. Esta área de 4.826,137 Km² está dividida em vinte municípios, dos quais apenas Viçosa não apresenta população inferior a vinte mil habitantes. Os municípios de Alto do Rio Doce, Ervália, Porto Firme e Teixeiras possuem acima de dez mil habitantes. Os demais dezesseis municípios possuem menos de dez mil habitantes, como pode ser observado na tabela 5.

Município	Área (km2)	Densidade demográfica (hab/km2)	População Total/2010	Pop. Urbana/ 2010	Pop. Rural/ 2010	Pib/2011	Pessoal ocupado total/ 2011	Empresas atuantes/ 2010	IDHM/ 2013
Alto Rio Doce	518,05	23,47	12159	5070	7089	78.501,00	908	192	0,620
Amparo do Serra	145,91	34,63	5053	2642	2411	30.079,00	405	49	0,641
Araponga	303,79	26,83	8152	3041	5111	66.502,00	452	85	0,536
Brás Pires	223,35	20,76	4637	2223	2414	27.204,00	334	50	0,625
Cajuri	83,04	48,74	4047	2096	1951	41.147,00	437	54	0,617
Canãa	174,9	26,46	4628	1859	2769	41.310,00	325	66	0,649
Cipotânea	153,48	42,66	6547	3014	3533	33.064,00	356	43	0,579
Coimbra	106,88	66	7054	5156	1898	57.282,00	746	175	0,669
Ervália	357,49	50,2	17946	9470	8476	169.883,00	2.379	414	0,625
Lamim	118,6	29,11	3452	1511	1941	21.524,00	340	73	0,655
Paula Candido	268,32	34,55	9271	4936	4335	72.365,00	658	118	0,637
Pedra do Anta	163,45	20,59	3365	2192	1173	21.412,00	293	63	0,624
Piranga	658,81	26,16	17232	5958	11274	98.638,00	1.204	237	0,600
Porto Firme	284,78	36,58	10417	4831	5586	64.611,00	808	159	0,634
Presidente Bernardes	236,8	23,38	5537	1642	3895	31.002,00	444	98	0,632
Rio Espera	238,6	25,44	6070	2403	3667	34.376	350	82	0,602
São Miguel do Anta	152,11	44,44	6790	3746	3014	54.188,00	469	105	0,644
Senhora de Oliveira	170,75	33,28	5683	3256	2427	40.613,00	456	109	0,631
Teixeiras	166,74	68,1	11355	7623	3732	80.411,00	1.300	277	0,675
Viçosa	299,42	241,2	72220	67305	4915	819.285,00	21.988	2.880	0,775

Fonte: Elaboração: Autores. Fonte: IBGE 2010, 2011 e 2013.

TABELA 5: Características gerais da microrregião de Viçosa

Ao se observar os dados da tabela 5, percebe-se que os municípios de Viçosa e de Ervália que possuem o maior número de habitantes, também apresentam maior número de pessoas ocupadas e empresas atuantes, maiores índices de PIB e isso acarreta maior centralidade, do ponto de vista econômico. De acordo com Pedra & Nogueira (2011) fatores como a matriz cultural da área, antiguidade de povoamento, estrutura agrária, densidade demográfica, relações de mercado, nível de renda e acessibilidade são fatores que influenciam na centralidade municipal. Viçosa além de possuir o número de população mais significativa, maior IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), concentra oferta de bens e serviços mais especializados com destaque para a rede educacional representada pela universidade federal, escolas, faculdades, cursinhos e escolas técnicas. Enquanto Ervália com segundo maior volume populacional também exerce atratividade pela oferta de bens e serviços.

A atratividade ou centralidade exercida por uma cidade, segundo Santos (1979b) está ligada ao seu circuito econômico. Este seria compreendido por um circuito inferior e um superior que estariam atrelados à organização do espaço e às ações econômicas locais e do entorno das cidades. Os circuitos inferiores têm maior relação com as cidades que se fala neste trabalho. Neles as pessoas se deslocariam para os circuitos superiores em busca de serviços mais especializados, como saúde, educação e acesso a bens de consumo entre outros, visto que os circuitos superiores seriam dotados de maior modernização, cientificidade e tecnologia.

Neste contexto, devido ao mercado local pouco expressivo, muitas pessoas acabam por se deslocar para centros maiores em busca de bens e serviços que não eram encontrados de forma satisfatória em nível local. Santos (1979b) explica que este fato está intimamente atrelado à dinâmica socioeconômica das cidades. O tamanho das “cidades”, no Brasil, geralmente está relacionado ao seu nível funcional: quanto menor o tamanho menor seria o nível funcional. Sendo assim, os deslocamentos realizados pelos moradores de pequenos municípios poderia também ser explicado pelo nível funcional das cidades às quais eles pertencem. No capítulo 4, referente à análise dos deslocamentos cotidianos, serão identificados quais municípios são mais procurados pelos rurais, fato esse expresso pelas principais funções das cidades.

A fim de analisar a mobilidade cotidiana campo-cidade foram expostas as características gerais dos dois municípios estudados de modo a compreender o contexto socioeconômico no qual os rurais estão inseridos. Feito isso o próximo capítulo apresentará informações acerca do perfil dos entrevistados de modo a compreender

melhor quem são os rurais interioranos e como o modo de vida deles se reproduz a partir dos deslocamentos que realizam.

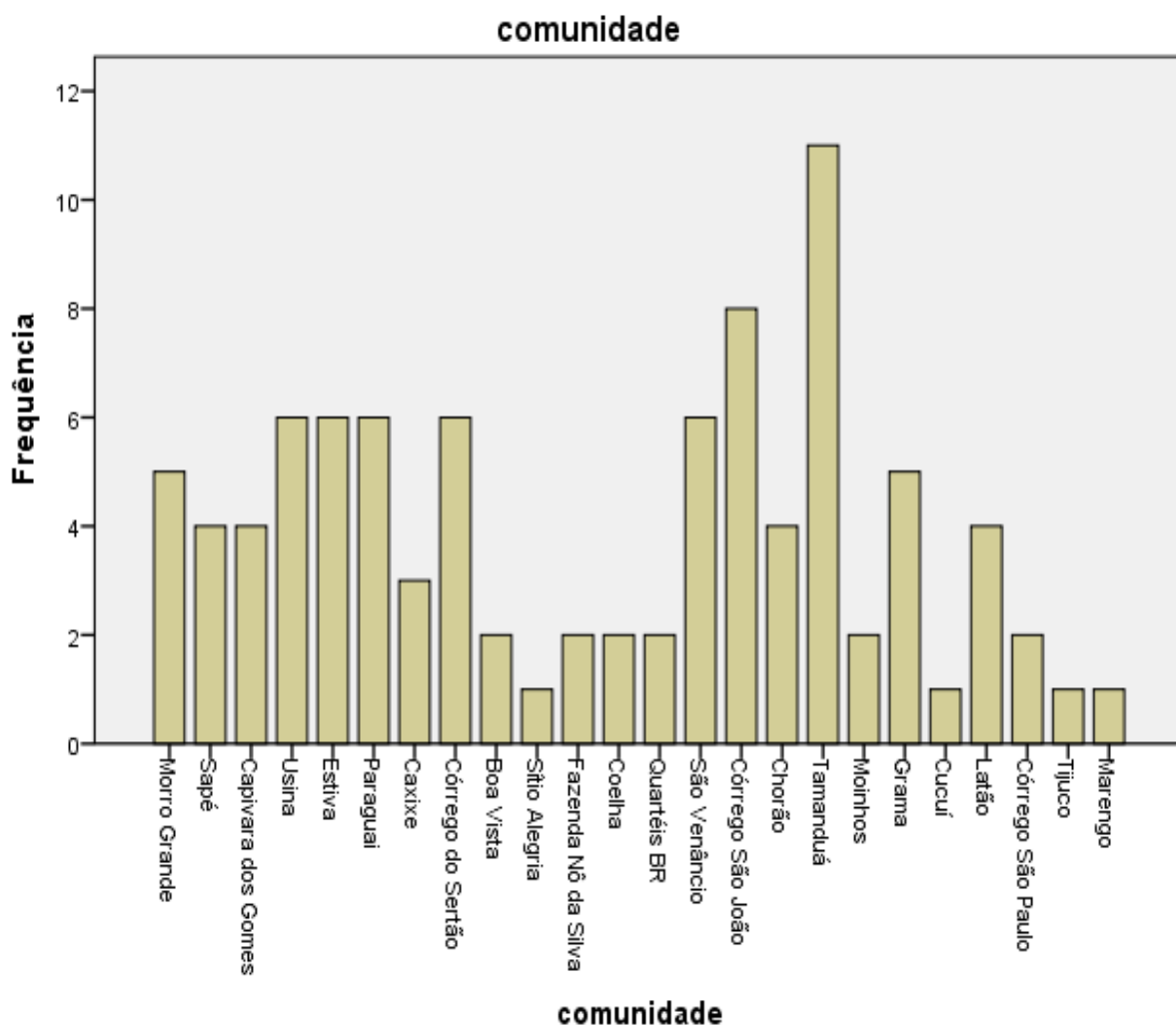
CAPÍTULO 4

A MOBILIDADE CAMPO-CIDADE E ELEMENTOS DO MODO DE VIDA RURAL EM CAJURI E COIMBRA

Este capítulo apresenta a caracterização socioeconômica dos participantes da pesquisa, alguns elementos sobre a vida no campo no que tange ao tempo de moradia, mudanças percebidas no campo em relação à geração anterior, propensão a sair do campo, satisfação em viver e trabalhar no campo, entre outros. Sabe-se que os estudos sobre o modo de vida rural e urbano são densos, por isso, foram levantados apenas alguns pontos conexos aos deslocamentos dentro da perspectiva proposta. Vale ressaltar que esse delineamento será de fundamental importância para a compreensão do capítulo seguinte o qual versa especificamente sobre a mobilidade cotidiana campo-cidade dos rurais de Cajuri e Coimbra.

4.1 Perfil dos rurais e o modo de vida no campo de Cajuri e de Coimbra

As áreas rurais de Cajuri e Coimbra estão organizadas em comunidades, segundo a divisão utilizada pela Secretaria de Saúde dos dois municípios no ano de 2013;Cajuri estava dividida em 25 comunidades rurais e Coimbra em 30. Algumas comunidades (Córrego do Sertão, Sítio Alegria) eram muito pequenas contando com a presença de duas ou quatro famílias. Outras eram bem maiores e nelas havia posto de saúde e escola, como no caso da comunidade de Capivara e o entorno do distrito do Paraguai (nomeado aqui também como Paraguai para fins de localização da área, ambos em Cajuri). O gráfico 3, apresentado a seguir, expõe a frequência das entrevistas de acordo com as comunidades sorteadas e visitadas.



Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

GRÁFICO3: Comunidades rurais de Cajuri e de Coimbra onde se realizou o survey.

Foram sorteadas 12 comunidades para cada município, totalizando 24 pesquisadas por meio do survey. Do total dos respondentes 49 (52%) foram entrevistadas no campo de Cajuri e as outras 45 (48%) no campo de Coimbra, totalizando 94 pessoas entrevistadas a partir de 15 anos de idade, conforme já mencionado. Quanto ao sexo e à idade dos respondentes, a sua distribuição pode ser observada na tabela 6, apresentada a seguir.

Estratos	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Jovens (15-19 anos)	6 (54,5%)	5 (45,5%)	11 (100%)
Jovens adultos (20-29 anos)	9 (53%)	8 (47%)	17 (100%)
Adultos (30-49 anos)	22 (61%)	14 (39%)	36 (100%)
Adultos maduros (50-60 anos)	7 (50%)	7 (50%)	14 (100%)
Idosos (Mais de 60 anos)	8 (50%)	8 (50%)	16 (100%)
Total	52 (55,5%)	42 (44,5%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2013.

Tabela 6- Respondentes da pesquisa por sexo e idade.

Optou-se, nesta pesquisa, pela classificação em faixas etárias e não em geração, em função de se acreditar que as delimitações por idade conseguiriam aferir com maior precisão as observações empíricas, vindo relacionar os modos de vida rural de forma específica com cada faixa etária. Deste modo, considerou-se jovem a primeira faixa etária de 15 a 19 anos os quais estão normalmente cursando o ensino médio e possuem maior autonomia quanto aos deslocamentos. A segunda faixa de 20 a 29 anos foi classificada como jovens adultos, sendo uma faixa de idade na qual, geralmente ocorrem os casamentos e a formação de famílias. Dos 30 a 49 anos são os adultos, os quais já adquiriram maior plenitude da vida adulta com filhos e práticas profissionais consolidadas. Os adultos maduros estão na faixa de 50 a 60 anos, seguida pelos idosos acima de 60 anos. Nesta última faixa, a aposentadoria e, conseqüentemente a ajuda financeira que ela proporcionada à família marca as práticas próprias do grupo dos idosos.

A média de idade dos entrevistados foi de 41,33 anos e o desvio padrão de 18,45 variando entre o mínimo de 15 anos e o máximo de 84 anos. Quanto ao sexo, 44,5% eram do sexo feminino e 55,5% do sexo masculino. No que se refere ao estado civil 52,1% são casados, 35,1% solteiros, 5,3% amigados, 4,3% divorciados e 4,3 viúvos. As famílias são bastante heterogêneas em sua composição, não apresentando composição nuclear composta por pai, mãe e filhos, mas também famílias extensas quando existe mais de uma geração residindo conjuntamente e famílias mononucleares chefiadas especialmente por mulheres. A escolaridade foi contabilizada em anos de estudo, tendo sido a média geral de 4 anos, com desvio padrão de 4,98 muito próximo da média, o

quedemostra pouca dispersão dos dados, isto é, a grande maioria frequentou escola até a 4 série do ensino fundamental. O tempo mínimo em anos de estudo foi (0) zero e o máximo 17 anos. Dentre as propriedades visitadas 79,8% eram próprias e 20,2% de terceiros. Dos que não tinham a posse da terra destacam-se aqueles que viviam nas propriedades como caseiros, ou meeiros, ou ainda os casos em que a família vivia em parte da propriedade que já haviam recebido ou iriam receber de herança futuramente. Foi comum encontrar a situação dos filhos dos donos da terra se casarem e construírem a residência deles próximo à casa dos pais, mantendo o vínculo familiar e as relações de reciprocidade conforme declarou um dos participantes ao falar sobre seus motivos para residir no campo: *“Porque a gente recebeu herança do meu pai. Aí viemos e fiquei e não volto. É uma vida mais difícil, mas tem serviço e é bem mais tranquilo”*. (Participante 73).

A baixa escolarização no campo em Cajuri e Coimbra segue um comportamento considerado comum no campo brasileiro. Dentre os fatores que influenciam elevados índices de analfabetismo no campo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontou o baixo atendimento escolar, a falta de sincronismo idade-série, a pequena porcentagem de professores atuando nas escolas rurais, o baixo capital sociocultural, a baixa qualidade na oferta do ensino, principalmente (INEP, 2006). Além disso, o pouco estudo também foi elencado como fator que contribui para a permanência no campo, visto que a educação é entendida como algo necessário no ambiente citadino, conforme ilustra o depoimento de um dos entrevistados sobre os motivos para residir no campo: *“Primeiro porque eu gosto da roça, e também porque eu estudei pouco, mas tive oportunidade de sair, mas eu fiquei na juventude, porque eu gosto da roça”* (participante 86).

Em relação aos anos de residência no campo, buscou-se registrar durante as entrevista o tempo de moradia na propriedade, pois os deslocamentos investigados se dão da casa (campo) até a cidade. A média de residência foi de 33 anos com desvio padrão de 22,58, significando que existe pouca variação de tempo de moradia no campo. Ao serem questionados sobre os motivos para viverem no campo, as respostas giram em torno do gosto pelo modo de vida rural, por terem a posse da terra e pela qualidade de vida no campo:

“Gosto da roça, qualidade de vida, o ar que respira, não tem barulho, acordar e escutar o passarinho cantar, tem coisa melhor que isso”
(participante 05, homem, 17 anos).

Nasci aqui, fui criado aqui, gosto daqui, não gosto de rua, vou lá só *pra passear*”(participante 21, mulher, 32 anos).

“Porque a terra é nossa, meu pai gosta de viver na roça e pelo local é tranquilo também. Gosto pela tranquilidade, menos barulho” (participante 04, homem, 17 anos).

“Por ser propriedade própria. Eu gosto e aqui praticamente a gente tá na rua” (se referindo a proximidade com a cidade). (participante 63, mulher 33 anos).

Aqueles que não residiram no campo durante toda a vida, ou seja, que tiveram experiência de moradia na cidade, declararam que o acesso à terra, à qualidade de vida e ao retorno aos costumes vividos na infância se constituíram nos fatores que influenciaram na decisão de residir no campo:

“Eu casei e fui morar na roça, porque é da minha mãe e eu não pago aluguel” (participante 01, mulher, 17 anos).

“Porque meu pai herdou, porque gosto também. É calmo. Pode ter mais liberdade” (participante 05, homem, 17 anos).

“Vim da cidade grande néh, meu marido se aposentou e viemos pra cá, por causa da qualidade de vida” (participante 34, homem, 58 anos).

“Por que eu casei e vim pra aqui. Eu trabalhava num comércio e dava aula, aí perdi o juízo e vim pra roça, perdi o juízo meu sogro já falava, rsrs. Optei por morar aqui. Fui em São Paulo comprei umas máquinas e costurava, depois virei produtora de leite, agora parei e virei produtora de café” (participante 35, mulher, 51 anos).

“Porque eu gosto do verde, gosto do meio, de criar criação, não gosto da cidade, porque não me deixa dormir, você não tem liberdade. Eu morei quinze anos na rua.” (participante 40, homem, 54 anos).

“Porque eu casei, meu marido era daqui da zona rural aí eu vim pra cá” (participante 44, mulher, 62 anos).

“Porque naquela época nossa de 1924 não tinha emprego não. Casei em 1959, não tinha emprego aí comprei um pedacinho e fiquei aqui. Não sendo muito apertado a gente até diverte” (participante 46, homem, 84 anos).

Como percebido pelas falas, a posse da terra é um fator determinante para residir e permanecer no campo, mesmo que a área seja pequena. O survey revelou que a propriedade salvo algumas exceções, tem reduzida extensão, sendo mais comuns áreas com média de 6,55 hectares. O desvio padrão foi de 41,88 podendo ser explicado pela

desigualdade no tamanho da propriedade. Foram encontradas famílias vivendo em lotes com área menor que 1 hectare e outras com área de até 240 hectares. Nas propriedades pequenas com extensão menor que 1 hectare foi difícil encontrar algum tipo de cultivo agrícola. Em geral havia uma pequena horta e criação de galinhas.

Dos participantes da pesquisa 57% exerciam trabalho relacionado a atividades agropecuárias e 43% apenas residiam no campo, tendo fonte de renda não vinculada ao campo. Percebeu-se entre os entrevistados a aquisição de renda tanto atribuída ao trabalho rural quanto ao trabalho não rural. A renda não rural era composta da seguinte maneira: 10,6% era oriunda da aposentadoria, 4,3% era proveniente do trabalho como vendedores de produtos agrícolas, 2,1% era de funcionários públicos e 1,1% totalizavam empresários, professores e pessoas que executavam trabalhos esporádicos. A fala de uma mulher de meia idade ilustra esta última situação:

“Vivo do que aparece, na época de panhar café eu panho, que é o que rende mais néh. Quando acaba aí faço o que aparece, capino terreno pros outro, busco lenha, faço faxina, ajudo os outro no que chamá, não tenho medo de serviço não” (Participante 18, mulher, 34 anos).

A aposentadoria é uma importante fonte de renda e apareceu como um indicador relacionado ao retorno ao campo e à permanência nele, conforme aponta a fala seguinte: *“Vim da cidade grande néh, meu marido se aposentou e viemos pra cá, por causa da qualidade de vida”*. (Participante 34, mulher, 58 anos). De acordo com Schwarzer (2000), o recebimento da aposentadoria rural além de ampliar a possibilidade de permanência do agricultor aposentado no campo junto a seus dependentes, representa uma expressiva parcela do dinheiro recebido pelas famílias. Este fato, também valoriza a posição do idoso na família, visto que o benefício acaba por ajudar os filhos e netos.

A média da renda declarada, entre os entrevistados, foi de R\$417,50 com um desvio padrão de 560,240, distante da média e indicando a variação salarial. A renda mínima declarada foi de R\$0,00 principalmente entre as pessoas que trabalhavam no campo para o próprio sustento e para os jovens sem renda. Dentre os produtores rurais a renda máxima declarada foi de R\$10.000,00 mensais e a média de R\$441,51. Entre os entrevistados que apenas viviam no campo e não apresentavam renda proveniente das atividades rurais o valor mínimo foi zero, a média dos ganhos financeiros foi de R\$393,49 e os rendimentos máximos de R\$2.500,00. Os valores das atividades não rurais variavam muito devido à proporção da renda, das atividades exercidas e da propensão à inserção no mercado de trabalho citadino.

A renda rural não agrícola tem se tornado mais comum de um modo geral no campo brasileiro, segundo Kageyama (2001) ela é decorrente da pluriatividade e pode ser combinada diante de três fatores: a) varia em torno do rendimento adquirido a partir das atividades agropecuárias e do próprio consumo; b) do salário recebido pelos familiares enquanto empregados e c) de outras fontes como aluguéis, aposentadorias, etc. Além destas características a atuação em atividades não agrícolas depende de incentivos como a lucratividade entre o trabalho agrícola e não agrícola e também da capacidade dos membros da família em termos educacionais, acesso a crédito, renda etc..

Dentre as pessoas que declaram possuir empregos não agrícolas a escolaridade era mais elevada em comparação aos que tinham apenas renda agrícola, mais de 12 anos de estudo e eram, predominante, do sexo feminino. Em relação ao sexo, a tabela 7 expõe que 83% das mulheres apresentavam rendimentos menores que 1 salário, e 17% entre 1 e 2 salários e as mulheres não figuravam entre aqueles que recebiam mais de 2 salários mínimos. Todavia, elas apresentam percentuais de renda mais elevados que os homens, ainda que para ambos predomine a renda de até 1 salário mínimo.

Sexo	Renda não rural por sexo				Total
	< 1 salário	Entre 1 e 2 salários	Entre 2 e 3 salários	> 3 salários	
Mulher	34 (83%)	7 (17%)	0 (0%)	0 (0%)	41 (100%)
Homem	48 (90,5%)	4 (7,5%)	0 (0%)	1 (2%)	53 (100%)
Total	82 (87,2%)	11 (11,7%)	0 (0%)	1 (1%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 7: Tabulação cruzada sexo e renda não rural.

Em relação à renda rural total, os rendimentos também são predominantemente abaixo de um salário mínimo em 87,2% significando que a renda proveniente das atividades rurais tem gerado baixas receitas para os moradores do campo, visto que 56,4% são produtores rurais e destes 77,7% não exercem atividade econômica fora da propriedade. Essa tendência da incorporação de atividades não agrícolas no campo é comum nos países desenvolvidos e já tem sido crescentemente observada nos países em desenvolvimento como uma alternativa para aumentar as receitas²². Ela é tomada como

²²Tendo em vista as fracas relações de cooperativismo e políticas públicas voltadas para o setor agrícola nos municípios estudados.

um componente importante no desenvolvimento da economia rural, pois além de criar novas oportunidades de trabalho para a população que vive no campo, ela também tem representado um acréscimo na renda rural (NEY & HOFFMANN, 2009).

A tabela 8 sintetiza as descrições das características socioeconômicas dos entrevistados, realizada anteriormente. A tabela traz dados interessantes quanto à renda da mulher também: nenhuma delas ganha acima de 2 salários mínimos, ao contrário dos homens que possuem representantes que recebem até valores superiores a 3 salários.

Características Socioeconômicas	Situação
Média de idade dos entrevistados	41,33 anos
% de homens entrevistados	56,4%
% de mulheres entrevistadas	43,6%
Estado civil dos entrevistados	52% casados 35% solteiros, 4,3% divorciados, 4,3% viúvos e 5,3% amigados.
Média de anos de estudo dos entrevistados	4 anos
Condição da Propriedade	Própria para 80%
Tamanho médio das propriedades	6,55 há
Tempo de moradia no campo	33 anos
Atividades econômicas realizadas	57% Trabalho agrícola 43% apenas residia no campo
Média da renda agrícola	R\$441,51
Média da renda não agrícola	R\$ 395,49
Média da renda geral	R\$ 417,50

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2013 e 2014.

Tabela 8: Síntese das características socioeconômicas dos entrevistados.

Já no que diz respeito às justificativas relatadas pelos entrevistados com perfil mais urbano para viverem no campo, os pequenos empresários e funcionários públicos afirmaram viver no campo pelo prazer propiciado. As vantagens apontadas estavam ligadas ao meio ambiente, ao cantar dos pássaros, à tranquilidade, ao silêncio, etc.. Os fatores associados à valorização do campo como algo natural, reconhecido por suas amenidades podem ser ilustrados pelas falas abaixo:

“Gosto da roça, qualidade de vida, o ar que respira, não tem barulho, acordar e escutar o passarinho cantar, tem coisa melhor que isso?”
(Participante 13, homem, 20 anos).

“Gosto de roça, se não for para morar na roça, na rua não dá, pra criar os meninos de hoje na roça é melhor, porque eles ficam à vontade e não tem violência” (Participante 18, mulher, 34 anos).

“Nasci aqui, fui criado aqui, gosto daqui, não gosto de rua, vou lá só pra passear” (Participante 21, mulher, 32 anos).

“Porque eu gosto do verde, gosto do meio, de criar criação, não gosto da cidade, porque não me deixa dormir, você não tem liberdade, eu morei quinze anos na rua” (Participante 40, homem, 54 anos).

“A roça é a saúde do povo” (Participante 94, homem, 72 anos).

Estas qualificações apontam o reconhecimento, a valorização e o gosto pela vida no campo por parte dos entrevistados e também os novos papéis e funções atribuídos ao campo, os quais lhe conferem atratividade não somente pelo trabalho rural, mas também, por propriedades associadas à natureza e à paisagem, resultado da expansão ideológica de valores urbanos.

4.2 Mobilidade e aspectos culturais no campo de Cajuri e de Coimbra

O historiador inglês Peter Burkner (2010) realizou uma elucidativa abordagem sobre “contato cultural” e “processos de troca” que permeiam a história da humanidade evidenciando que as culturas são resultantes de um verdadeiro “crossover”. O autor concebe o conceito de “cultura” como sendo as “(...) atitudes, as mentalidades, os valores, as experiências, as concretizações ou simbolizações em artefatos, as práticas e as representações” (p.6). Segundo Boaventura Santos (1993), nenhuma cultura sobreviveria autocontida nos próprios limites físicos e políticos.

Neste sentido, considera-se que o contato cultural cotidiano é facilitado pelos deslocamentos e por isso também contribuem para o processo de urbanização das sociedades rurais, que vêm transformando a sua cultura e o seu modo de vida. Para Rambaud (1973), todo o processo de expansão da cultura urbana vai se materializando não apenas na vida cotidiana dos rurais, mas, também, na representação coletiva do grupo. Burke (2010), também afirma que as formações mistas, propiciadas pelo que denomina de hibridismo cultural estariam presentes tanto no campo quanto na cidade.

Ao interrogar os moradores rurais em Cajuri e Coimbra sobre os motivos que os levavam a residir no campo sobre as suas perspectivas futuras nos próximos 5 e 10 anos e ainda em relação às transformações que percebiam no lugar onde viviam, o processo de mescla de culturas se mostrou presente. Constatou-se que existem representações contrárias ao processo de aculturação ao modo de vida mais urbano. Os rurais

afirmaram em 66% não terem a pretensão de mudar para a cidade, 30% demonstraram grande interesse em deixar o campo e 2% disseram que gostam de viver no campo, mas que pretendem trabalhar na cidade, devido às condições de trabalho. Os entrevistados valorizavam os costumes e as tradições mais vinculadas ao campo, como aqueles que prezam pelas experiências e vivências mais comuns ao ambiente citadino. Os depoimentos a seguir transcrevem esta cisão na perspectiva dos rurais, a qual Rambaud (1973) já assinalava, vindo mostrar que elas indicavam que o processo de aculturação não era homogêneo entre as diversas faixas etárias formadoras das sociedades rurais:

“Acho que não tem jeito não, na roça mesmo, quero o melhor para os meus filhos” (Participante 18, homem, 34 anos).

“Quero permanecer aqui mesmo. Não gosto de rua não. Já morei na rua e a única coisa que sei fazer é isso mesmo” (Participante 23, homem, 38 anos).

“Aqui mesmo, rsrsrs, quero ficar aqui. É daqui pra horta do padre Joaquim” (sereferindo ao cemitério) (Participante 29, mulher, 45 anos).

“Pretendo continuar trabalhando e morando aqui por gosto. Mas pra crescer não é aqui não” (Participante 19, mulher, 33 anos).

“Pretendo morar e trabalhar na cidade, por causa do conforto, pra mim o deslocamento é o maior problema” (Participante 09, mulher, 23 anos).

“Quero ir pra cidade, mas não sei muito em que trabalhar” (Participante 05, homem, 17 anos).

“Lá em Ervália, porque eu já tenho um lote. Porque aposentando eu não preciso mais preocupar com nada néh!” (Participante 36, mulher, 50 anos).

“Se Deus quiser um dia eu vou pra rua. Ter uma casa melhor, mais perto das coisas, pros meus meninos estudar” (Participante 56, mulher, 26 anos).

“Se eu tivesse dinheiro eu já até ia pra rua, minha coluna não aguenta mais. Ah mas não aguento aquela água da rua, aquilo não presta não, aquele remédio que eles põe lá acaba com ela” (Participante 93, homem, 63 anos).

Nas falas anteriores há uma mistura de valores ora positivos ora negativos nas argumentações e julgamentos que os rurais fazem diante das experiências vividas no campo. Fica claro os conflitos referente a questão do urbano, no que tange a oferta de serviços, como por exemplo tratamento de água na gestão pública. Nota-se tanto o apego em relação ao lugar onde se vive quanto o desapego, seja por questões ligadas

aos desejos de crescimento profissional, como também por buscar um estilo de vida diferente, menos penoso, trata-se da mobilidade social. O trabalho na “roça”, como é denominado, é considerado por alguns como sem futuro, isto é, sem muito conforto e sem grandes ganhos financeiros ou como descanso ao “fim da vida”. Já a cidade seria o local do estudo, de melhoria de vida. Entretanto, há também aqueles que adotam posições intermediárias e elencam aspectos positivos e negativos em relação a viver no campo ou na cidade. Como pode ser observado nos depoimentos que se seguem e que assinalam de forma clara para o entrelaçamento entre campo e cidade, os rurais apontam desejar estabelecer, quando projetam as expectativas que têm para as suas vidas em 5 e em 10 anos:

“Pretendo já ter mudado pra rua, mas a minha vontade não é sair de tudo da roça (Participante 59, Homem, 27 anos).

Não tenho vontade de sair da roça não, mas não vai ter jeito não, porque tô formando e vou arrumar um emprego, mas não sei pra onde vou” (Participante 15, homem, 23 anos).

“Eu não quero nem na cidade nem muito na roça, quero algo intermediário de acesso aos dois e trabalhando na escola, de preferência na escola, de preferência na universidade ou num consultório, caso eu fazer fisioterapia” (Participante 02, mulher, 18 anos).

“Pretendo continuar morando na roça. Trabalhando num futuro próximo na rua voltar a morar na roça” (Participante 16, homem, 24 anos).

“Morando na roça, trabalhando na rua, não penso em voltar pra trás” (Participante 24, homem, 33 anos).

“Eu já tenho um lote na rua e eu penso em construir. Morar na rua, mas continuar plantando na roça. Pra não ficar trançando muito, é caro e perigoso, 8 km todos os dias. Se fosse mais perto eu não mudaria não”(Participante 77, homem, 43 anos).

As falas demonstram que parte dos entrevistados projetam um “modo de vida” reflexo do entrelaçamento dos dois “espaços” em suas vidas. Apesar do apego ao campo, os “projetos de vida” estão também ligados às possibilidades que se materializam na cidade, por meio do estudo e do trabalho, tidos como fatores que propiciam maior qualidade de vida, pois refletem uma vida menos penosa, ou sofrida como os entrevistados se referem ao lembrar do trabalho no campo. Segundo Hall (2004), os confrontos culturais provocam um alargamento do campo de identidades. A

ampliação do campo de possibilidades de contato, de comunicação, seja pessoal ou virtual, faz com que os processos identitários modernos se mesquem aos tradicionais.

Ao analisar a mistura entre a cultura rural e a urbana nas sociedades rurais francesas, Rambaud (1973) percebeu que a expressão da ruralidade ou da urbanidade nos indivíduos variava tanto individualmente, quanto por segmentos, não sendo uniforme e indiferenciada, mas, processual e multifacetada. O autor concluiu que na sociedade francesa do século XIX as mulheres e os jovens eram mais abertos às influências da cultura urbana, enquanto os homens e os idosos desejavam o fortalecimento da identidade local do village. No âmbito dessa pesquisa, tanto em Cajuri quanto em e Coimbra também se observou este viés etário voltado para a vinculação dos mais novos à cultura urbana, seja quando o depoimento era dado por um parente mais velho, como o pai, ou pelo próprio jovem:

“Sim, ficar aqui mesmo, é o que a gente pode fazer né, mas os filhos a tendência é sair” (Participante 77, homem 43 anos).

“Queria fazer psicologia. Ah lá (em viçosa) tem mais opção de emprego, posso continuar os estudos, tem oportunidade de futuro” (Participante 08, mulher, 20 anos).

“Pretendo mudar pra Coimbra, na rua, aqui não pega celular”(Participante 11, homem, 21 anos).

“Não tenho vontade de sair da roça não, mas não vai ter jeito não, porque tô formando e vou arrumar um emprego, mas não sei pra onde vou”(Participante 15, homem, 23 anos).

“Eu sou mineiro e minha esposa é paulista, a gente tem a casa lá, e ela tá doida pra voltar pra lá. Também tenho família lá, então não sei, pode ser que eu volte”(Participante 42, homem, 71 anos).

“(...)por mim já tinha ido pra cidade há muito tempo, quero fazer universidade. Roça dá pouco resultado e quero um serviço leve” (Participante 53, homem, 19 anos).

A preocupação com o acesso à instrução se constitui no grande propulsor de mudança entre os jovens. Já os homens casados estão entre os segmentos que mais valorizam a permanência no campo e a cultura rural.

“Se eu aguentar eu fico. Eu só saio da roça se eu não aguentar. Enquanto eu aguentar eu não saio daqui não. Ai bão, mas eu preocupo com o jovem. Pra mim que venho de outro tempo é conforto, mas pro jovem não é mais tão conforto. E hoje está se obrigando a usar o agrotóxico, a gente sabe dos incentivos da agroecologia, mas é um desafio produzir com sustentabilidade na roça. Eu produzo, mas meu filho não, porque ele quer mais que eu. Pra morar na roça tem

que produzir em grande quantidade. Desinculturou tudo, os meninos, os meus, não quer isso aqui não. Falam muito sobre a urbanização *das crianças que motiva o êxodo rural*”(Participante 86, homem, 50 anos).

Este depoimento mostra o quanto os próprios rurais concebem as mudanças tanto na forma de produzir no campo quanto também entre as gerações. O agricultor expõe profunda preocupação com o futuro de seus filhos ao perceber que eles demonstram mais interesse pelas coisas da cidade, pelo modo de vida urbano, ancorado no conforto, no consumo, nas tecnologias, na inovação. É neste sentido que ele utiliza o termo “desinculturar” para se referir às transformações na identidade de seus filhos e dos jovens que vivem no campo. Nesta fala fica evidenciada uma perspectiva que associa a mudança de referência e valores como responsáveis pela produção de novos modos de vida nos filhos.

Em estudos realizados sobre os modos de vida populares, Sciré (2012) percebeu que as discontinuidades e as rupturas, bem como a contraposição entre as preferências dos jovens e dos mais velhos geram alterações no jogo familiar. Os jovens desejavam mais do que a realidade dos pais. A tabela 9, a seguir, evidencia esta pretensão dos mais jovens em ter uma vida diferente daquela dos pais, buscando uma relação mais estreita com a cidade ou mesmo a vida na cidade. Em contraposição, nas faixas etárias a partir de 30 anos houve um predomínio do interesse em permanecer no campo.

Faixas Etárias	Não sair do campo	Sair do campo	Morar no campo e trabalhar na cidade	Total
15 – 19 anos	1 (9%)	8 (72,8%)	2 (18,2%)	11 (100%)
20 – 29 anos	6 (35,2%)	11 (64,7%)	0 (0%)	17 (100%)
30 – 39 anos	18 (90%)	2 (10%)	0 (0%)	20 (100%)
40 – 49 anos	12 (75%)	4 (25%)	0 (0%)	16 (100%)
50- 59 anos	12 (85,7%)	2 (14,3%)	0 (0%)	14 (100%)
Acima de 60 anos	13 (81,3%)	3 (18,7%)	0 (0%)	16 (100%)
Total	62 (65,9%)	30 (31,9%)	2 (2,1%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 9: Propensão a sair do campo em faixas etárias.

O ceticismo quanto à vida no campo e a vontade de mudar para a cidade tem um recorte mais evidente em termos de faixa etária do que de gênero. A tabela 9 (acima) resume que 72,8% da faixa etária entre 15 e 19 anos e 64,7% da faixa etária entre 20

e29 anos afirmaram ter vontade de sair do campo, sendo que o contrário ocorre nas faixas etárias acima de 30 anos de idade.

Quando se observa a avaliação dos entrevistados, referente à forma como percebiam as transformações na vida no campo em comparação ao tempo atual e ao tempo de seus pais, as mudanças foram avaliadas positivamente com destaque para o conforto e a comodidade trazidos pelo processo de urbanização. As falas a seguir ilustram esta situação.

“(...) uns 70% antigamente não tinha luz, não tinha um banheiro direito, não tinha comida. Eu quando era criança eu passei muito mal, não tinha o que comer direito. Melhorou as estradas. Hoje não precisa de remédio, vive bem. O trabalho piorou, porque você vai vender e não tem preço, a tendência é acabar” (Participante 38, homem, 50 anos).

“Porque antigamente era tudo no braço, meu marido já vai comprar marquitas, roçadeiras. Hoje tem luz, água, geladeira, hoje tem muito conforto. Pra irrigar liga a bomba. A água da mamãe era dessa cor (apontando para um carro empoeirado) minha mãe carregava água na cabeça” (Participante 73, mulher, 46 anos).

“Nossa senhora! Melhorou demais da conta. Antigamente não tinha luz, não tinha carro, não tinha nada. Hoje quase que a roça tá igual morar na rua, ou então liga lá que eles trás. O único medo é de assalto, mas na rua também assalta” (Participante 75, homem, 49 anos).

“Melhorou totalmente, porque hoje com todos altos e baixos que tem, hoje uma pessoa da roça tem qualquer eletrodoméstico que uma pessoa da rua tem. A água, a eletricidade, a própria roupa. Antigamente na rua dava pra diferenciar as pessoas da roça e da rua só pelo vestuário, hoje tá igual. O acesso, ao carro, moto hoje todo mundo tem. Ficou mais fácil morar na roça.” (Participante 86, mulher, 50 anos).

“Antigamente era mais difícil. Ai pro cê vê, a pessoa tinha quase dinheiro nenhum, não conseguia muita coisa, eram bobas, muito simples. Mudou tanta coisa, o, o jeito de viver, jeito de falar, antigamente tinha uma roupa pra semana inteira, andava descalço. Não tinha muita coisa o que comer, o dinheiro era difícil, eu, por exemplo, comia muito mingal de couve”. (Participante 12, homem, 23 anos).

Neste contexto, em que os rurais passam a ter acesso a bens de consumo, como eletrodomésticos, carros, telefones celulares, eles se sentem em um patamar de maior paridade social em relação ao acesso a estes bens e serviços que os citadinos. A tabela 10 traz as avaliações dos homens e das mulheres quanto às mudanças que percebem no

campo em relação ao tempo de seus pais e atualmente. Esta avaliação foi feita a partir de uma Escala Likert que partia de um julgamento mais negativo para o mais positivo.

Classificação	Frequência	Homens	Mulheres
Piorou totalmente	7 (7%)	3 (6%)	4 (10%)
Piorou pouco	2 (2%)	2 (4%)	0 (0%)
Não mudou	6 (6%)	3 (6%)	3 (7%)
Melhorou Pouco	23 (25%)	13 (24%)	10 (24%)
Melhorou totalmente	56 (60%)	32 (60%)	24 (59%)
Total	94 (100%)	53 (100%)	41 (100%)

Fonte: Mobilidade cotidiana, 2014.

Tabela 10: Avaliação sobre as mudanças percebidas no campo por sexo

As avaliações positivas expressas pelas mulheres podem estar relacionadas ao seu ambiente de ação ter se ampliado para além do âmbito doméstico, modificando, conseqüentemente, os papéis que lhe cabiam nas sociedades rurais tradicionais, o que poderá ser comprovado em pesquisas futuras. Todavia foi possível perceber que anteriormente os homens eram os controladores do dinheiro e da propriedade, cabendo às mulheres a gestão do cotidiano da casa. Atualmente, a mulher desenvolve atividades não agrícolas, remuneradas, tornando-se mais autônomas e manifestando projetos próprios, não apenas fora da propriedade, mas dentro dela também, conforme afirmou uma agricultora: *“Se eu tiver morando aqui vou virar produtora de shiitake”* (Participante 35, mulher, 51 anos).

O contato maior com as cidades por meio do aumento do acesso aos bens materiais urbanos e o forte poder que a mídia e a comunicação passaram a exercer no campo têm gerado nos rurais pesquisados uma visão positiva em termos da vida no campo. Todavia mesmo reconhecendo que houve melhoras nas condições de vida e de trabalho no campo, os jovens expressam vontade em sair do campo. A avaliação positiva na Escala Likert é sempre maior que a negativa.

Faixas Etárias	Piorou totalmente	Piorou pouco	Não mudou	Melhorou pouco	Melhorou totalmente	Total
15 - 19	1 (9%)	0 (0%)	0(0%)	2 (18,1%)	8 (72,9%)	11 (100%)
20 - 29	1 (5,8%)	0 (0%)	1(5,8%)	4 (23,5%)	11(64,7%)	17(100%)
30 - 39	0 (0,0%)	1 (5%)	0 (0%)	2 (10%)	17 (85%)	20(100%)
40 - 49	2(12,6%)	0 (0%)	3(18,7%)	3 (18,7%)	8 (50%)	16 (100%)
50 - 59	1 (7,1%)	1(7,1%)	1(7,1%)	3 (21,5%)	8 (57,2%)	14 (100%)
Acima de 60	2(12,5%)	0 (0%)	1 (6,2%)	9 (56,3%)	4 (25%)	16 (100%)
Total	7 (7,4%)	2 (2,1%)	6 (6,3%)	23(24,4%)	56 (59,8%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 11: Avaliação sobre as mudanças percebidas no campo em faixas etárias.

Pelos dados expressos na tabela 11, percebe-se que os entrevistados, em sua grande maioria, 59,8%, afirmaram que viver e trabalhar no campo atualmente em relação a épocas passadas melhorou totalmente, seguido de 24,4% que consideraram que melhorou pouco e 7,4% que chamaram a atenção para uma piora significativa nas condições de vida e de trabalho no campo nos dias atuais. Dos jovens de 15 a 19 anos, 72,9% afirmaram que houve melhoras significativas em virtude do uso de mais tecnologia para a produção agrícola. A fala de uma jovem a seguir ilustra a informação anterior, ela acredita que *“Melhorou pouco, porque tá tendo mais recursos pra manter as lavouras, o trabalho tá mais leve no caso pelos equipamentos da roça e da casa”* (participante 01, mulher, 17 anos). Aqueles que consideram que melhorou totalmente mencionam que o *“uso de agrotóxicos diminuiu o trabalho braçal. O acesso ficou mais fácil, o salário melhorou, hoje tudo que tem na rua tem na roça”* (Participante 04, homem, 17 anos).

O uso de tecnologia no trabalho agrícola também foi o motivador da avaliação positiva entre os adultos de 20 a 29 anos com 64,7% e também entre a faixa de 30 a 39 anos com 85%. Entre a faixa de 40 a 50 anos, 50% afirmaram que melhoraram totalmente, 18,7% melhorou pouco e 12,6% que piorou. No grupo dos idosos, 56% afirmaram que houve melhorias importantes, também com destaque para uma piora significativa de 12,5%. Quanto às melhorias, a próxima fala traduz bem os pontos positivos comuns acima de 40 anos.

“Assim, porque, agora tem trator, tem máquinas, tem remédio, ihh nossa melhorou muito, não precisa de enxada e foice mais. As estradas melhorou, tem menos poluição, tem as coisas pra comer, melhorou muito. Hoje você tá na roça é quase igual tá na rua néh! Tem telefone, tem carro!” (Participante 28, mulher, 42 anos).

Os levantamentos apontam que a tecnologia é percebida de forma positiva, principalmente, pelos jovens, por gerar prosperidade, diminuir a necessidade do trabalho braçal, considerado mais árduo e atribuído ao período em que não havia mecanização do trabalho. Todavia houve, também, aqueles que consideravam a inserção de novas tecnologias no campo negativamente em função dos seus elevados custos e do baixo valor dos produtos agrícolas.

A presença do Estado no campo apareceu como um fator impulsionador das melhorias na vida dos entrevistados. Principalmente, graças ao acesso que passaram a ter aos serviços públicos como saúde, educação, fornecimento de energia elétrica e melhoria nas estradas. A expansão de políticas públicas voltadas para a agricultura

tornou-se mais efetiva, incidindo, também positivamente, sobre a avaliação dos rurais. Assim, entre os fatores assinalados enquanto melhorias no campo os entrevistados destacaram-se:

- A presença do Estado por meio de oferta de serviços públicos e políticas de crédito;
- As tecnologias advindas da modernização na agricultura;
- A maior acessibilidade por meio de transportes e telecomunicações;
- As melhores condições de trabalho como carteira de trabalho, estabelecimento do salário mínimo no campo e da aposentadoria rural;
- A possibilidade e abertura de instrução de renda não agrícola;
- As melhores condições de comercialização;
- A melhoria na qualidade de vida, principalmente pelo aumento do poder aquisitivo e do consumo de bens como eletrodomésticos, automóveis e eletrônicos que resultam em maior conforto a vida no campo.

Dentre os entrevistados que avaliaram que o campo não mudou, as justificativas evidenciaram mais uma impossibilidade de acesso aos meios que poderiam tornar o trabalho menos árduo, permanecendo a forma como o trabalho era realizado na época de seus antecessores. Os depoimentos que se seguem ilustram a falta de perspectiva em relação a melhorias futuras:

“Na minha família todo mundo trabalhou na roça e hoje em dia tá a mesma coisa, trabalho do mesmo jeito” (Participante 07, mulher 21 anos).

“Umas coisas melhorou outras piorou. Na roça se vive sossegado, come as coisas mais natural. E na cidade é só tormento e come coisas mais química néh” (Participante 29, mulher, 45 anos).

“Tá mais ou menos igual, não piorou nem melhorou” (Participante 78, homem, 48 anos).

“Trabalho, trabalho e não tenho nada, roça não tá dando lucro mesmo não”(Participante 79, homem, 45 anos).

“Ah não piorou nem melhorou, tem o carrinho, as coisas, mas a gente trabalha demais” (Participante 87, mulher, 73 anos).

No que tange os motivos apontados para a vida não ter se tornado melhor no campo ao longo dos anos destacaram-se:

- Qualidade do trabalho, apontado como penoso;
- Alto investimento financeiro alocado para equipamentos modernos com baixo retorno;
- Dificuldade em encontrar mão-de-obra para o trabalho no campo;
- Grande oscilação dos preços dos produtos agropecuários e dificuldade de comercialização;
- Aumento no custo de vida como acréscimo no custo dos utensílios, dos alimentos e de ferramentas;
- Diminuição dos festejos e das relações de reciprocidade.

Constatou-se, contudo, que os rurais investigados configuram um grupo com características gerais comuns, como posse de pequena propriedade, produção voltada para o autoabastecimento, presença de atividades que complementam a renda agrícola (com destaque para o consumo pautado no espaço urbano), mistura cultural entre os hábitos rurais e urbanos. Percebeu-se também que a renda não rural é mais homogênea que a renda rural e que entre os sexos as mulheres estão mais envolvidas em atividades não agrícolas, possivelmente por apresentarem maior grau de escolaridade. E no que tange às mudanças relativas a viver e trabalhar no campo, os rurais demonstraram senso avaliativo, isto é os rurais escolhem de acordo com suas experiências, aquilo que lhe convêm do ambiente urbano, como também foi apontado por Rambaud (1973). Os levantamentos desse estudo puderam elucidar que os rurais pesquisados em Cajuri e em Coimbra elencaram pontos negativos e positivos da cidade e do campo, bem como do próprio modo de vida mostrando-se em um íntimo processo de associação entre os dois ambientes e estabelecendo graus distintos de aproximação com o modo de vida citadino.

CAPÍTULO 5

A MOBILIDADE CAMPO-CIDADE SEGUNDO O GÊNERO E FAIXA ETÁRIA

Este capítulo apresenta uma descrição da mobilidade cotidiana campo-cidade dos rurais nos municípios de Cajuri e Coimbra, de forma a compreender as suas finalidades, bem como a modo como esse fenômeno se processa. A análise dos fluxos campo-cidade foi realizada sob o prisma de gênero e de faixa etária, observando-se: a frequência dos deslocamentos, o tempo gasto, as distância percorridas, os meios de locomoção utilizados, as localidades buscadas, as características das cidades para as quais os rurais se deslocam, o uso de tecnologias da informação e da comunicação. Estas variáveis foram identificadas como importantes elementos para compreender, ainda que de forma introdutória, a relação entre a mobilidade cotidiana campo-cidade e o modo de vida rural nas pequenas aglomerações estudadas.

5.1 Características da mobilidade campo-cidade no próprio município

Considerando-se os fluxos mais comuns realizados pelos rurais de Cajuri e Coimbra constatou-se que os rurais se deslocavam com maior frequência do campo para a própria sede do município. A média deste tipo de deslocamento foi de 11,8 vezes por mês. O menor número de deslocamentos verificado foi 0 (zero) vezes para os que não se deslocavam e o máximo foi de 60 vezes, apontando para a possibilidade de a mobilidade poder ocorrer mais de uma vez por dia. O desvio padrão foi de 11,5 mostrando que há pouca dispersão em torno da média de deslocamento, o que leva a supor que os rurais poderiam, em uma distribuição homogênea, se deslocar, em média, uma vez a cada dois dias. Em relação ao tempo gasto para se deslocar de casa até a cidade, este ficou, em média, em torno de 22 minutos, com tempo máximo de 120 minutos. A média percorrida foi de 6,69 km, tendo sido a distância máxima de 17 km, conforme a tabela 12.

	Deslocamento Própria Cidade	Tempo Gasto Própria Cidade (minutos)	Distância Própria Cidade (Km)
Média	11,8	22,06	7,69
Desvio Padrão	11,52	17,75	4,13
Mínimo	0	0	0
Máximo	60	120	17

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 12: Frequência dos deslocamentos cotidianos do campo para a própria cidade.

Para as análises dos deslocamentos, a metodologia considerou, ainda, as variáveis: tempo, distância e frequência. Quanto às extensões percorridas foram agrupadas em quatro grupos: de 0 a 10 km, consideradas como de “curta distância”; de 11 a 20 km, consideradas “médias distâncias”; de 21 a 50 km, consideradas “longa de distâncias” e as superiores a 51 km, consideradas como “muito longas”. O tempo gasto contabilizado em minutos, também seguiu essa lógica de curto prazo, médio prazo, longo prazo e muito longo. O número de deslocamentos foi considerado baixo quando ocorreram até 7 vezes ao mês, aumentando gradualmente até o valor máximo dos deslocamentos identificados de 60 vezes ao mês, definido como elevado.

Faixas Etárias	Número de deslocamentos campo própria cidade/mês				Total
	0 – 7	8 -15	16 -30	31 -60	
15- 19 anos	1 (9%)	0 (0%)	10 (90%)	0 (0%)	11 (100%)
20 – 29 anos	5 (29,5%)	4 (23,5%)	8 (47%)	0 (0%)	17 (100%)
30 – 39 anos	11 (55%)	6 (30%)	3 (15%)	0 (0%)	20 (100%)
40 – 49 anos	6 (37,5%)	7 (43,8%)	2 (12,5%)	1(6,2%)	16 (100%)
50 – 59 anos	9 (64,3%)	5 (35,7%)	0 (0,0%)	0 (0%)	14 (100%)
>60 anos	14 (87,6%)	1 (6,2%)	1 (6,2%)	0 (0%)	16 (100%)
Total	46 (48,9%)	23 (24,4%)	24 (25,5%)	1 (1,0%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 13: Frequência de deslocamentos cotidianos do campo para a própria cidade em faixas etárias.

Ao se analisar a tabela 13, observa-se que a frequência em faixas etárias é mais comum do campo para a própria cidade, já que 48,9%, quase metade das vezes não ultrapassavam 7 idas por mês. Ao se considerar a faixa etária de 15 e 19 anos observou-se que 90% se deslocavam entre 16 e 30 vezes do campo para a própria cidade em

função dos fluxos para a escola. Quanto aos indivíduos entre 20 e 29 anos, 47% deles se deslocavam do campo para a própria cidade entre 16 e 30 vezes. No estrato relativo àqueles que tinham entre 30 e 39 anos, 55% das pessoas se deslocavam no máximo 7 vezes por mês para a própria cidade. Entre aqueles que tinham entre 40 e 49 anos, 44% dos indivíduos se deslocavam entre 8 e 15 vezes do campo para a própria cidade. Acima dos 50 anos de idade, a frequência típica não ultrapassava 7 deslocamentos ao mês. Os dados apontam ainda que há uma tipicidade na frequência com que os indivíduos se deslocam do campo para a cidade a partir dos 30 anos de idade e as faixas abaixo de 29 anos não estão enquadrados nesta tipicidade, por se deslocarem em uma menor frequência.

A frequência do deslocamento do campo para a própria cidade poderia, a princípio, explicar as diferenças de aceitação da cultura urbana entre as faixas etárias. Além de se analisar a frequência com que os indivíduos pertencentes a cada estrato se deslocavam, também, foram pesquisadas as distâncias referentes aos deslocamentos que realizavam. Quando se observam os fluxos do campo para a própria cidade percebe-se que os indivíduos compreendidos entre as duas primeiras faixas etárias, os jovens de 15 a 19 anos e os adultos jovens de 20 a 29 anos, percorreram predominantemente longas distâncias (21 a 50 km), enquanto os indivíduos compreendidos nas faixas etárias a partir dos 30 anos percorrem curtas distâncias, entre 0 a 10 km como exposto na tabela 14.

Faixas Etárias	Distâncias percorridas do campo p/a própria cidade				Total
	0 – 10 Km	11 – 20 Km	21 – 50 Km	>51 Km	
15- 19 anos	1 (9,1%)	0 (0%)	10 (90,9%)	0 (0%)	11 (100%)
20 – 29 anos	5 (29,5%)	4 (23,5%)	8 (47%)	0 (0%)	17 (100%)
30 – 39 anos	12 (60%)	5 (25%)	3 (15%)	0 (0%)	20 (100%)
40 – 49 anos	11 (68,7%)	2 (12,5%)	2 (12,5%)	1 (6,3%)	16 (100%)
50 – 59 anos	11 (78,5%)	3 (21,5%)	0 (0,0%)	0 (0%)	14 (100%)
>60 anos	15 (93,7%)	0 (0%)	1 (6,3)	0 (0%)	16 (100%)
Total	55 (58,8%)	14 (14,7%)	24 (25,5%)	1 (1,0%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 14: Distâncias percorridas do campo para a própria cidade em faixas etárias.

Em todas as faixas etárias o deslocamento de “tempo curto” foi predominante, com 68% do total exposto na tabela 15, a seguir. Este dado pode estar relacionado,

primeiramente, ao fato dos deslocamentos de curtas distâncias serem referentes às distâncias percorridas do campo para a sede do próprio município e também à utilização de meios de transporte automotores mais comuns que meios não motores.

Faixas Etárias	Tempo de deslocamento campo própria cidade/minutos				Total
	0 – 20	21-40	41-60	>60	
15- 19 anos	8 (72,7%)	3 (27,3%)	0 (0%)	0 (0%)	11 (100%)
20 – 29 anos	11 (64,7%)	6 (35,3%)	0 (0%)	0 (0%)	17 (100%)
30 – 39 anos	16 (80%)	4 (20%)	0 (0%)	0 (0%)	20 (100%)
40 – 49 anos	12 (75%)	2 (12,5%)	2 (12,5%)	0 (0%)	16 (100%)
50 – 59 anos	6 (42,9%)	4 (28,5%)	3 (21,5%)	1 (7,1%)	14 (100%)
Total	64 (68%)	21 (22,4%)	7 (7,5%)	2 (2,1%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 15: Tempo gasto nos deslocamentos cotidianos do campo para a própria cidade em faixas etárias.

Ainda nesse capítulo, mais adiante, será realizada uma discussão mais específica a respeito dos meios de locomoção e suas influências na pendularidade dos municípios estudados.

5.2 Características da mobilidade campo-cidade para outro município

Os fluxos para fora do município de origem foram menos frequentes do que para o próprio município, apresentando média de 6,61 vezes ao mês contra 11,8 vezes de deslocamentos para o próprio município. Este dado é muito importante, pois demonstra que a mobilidade cotidiana dos rurais se efetiva, predominantemente, dentro dos próprios municípios. Desta forma, percebe-se é no próprio município, que os rurais buscam satisfazer as demandas cotidianas. No que se refere ao tempo gasto, os deslocamentos para outros municípios, constatou-se que os rurais gastavam em média 34,26 minutos para se deslocarem, podendo este tempo se estender até 2 horas de viagem. A distância do deslocamento para outros municípios também foi superior em relação aos fluxos intramunicipais, apresentando média de 19,30 km, tendo a maior distância chegado a 130 km.

	Número de deslocamentos p/outra cidade	Tempo gasto p/outra Cidade (minutos)	Distância p/outra cidade (Km)
Média	6,61	34,26	19,30
Desvio Padrão	9,94	23,45	14,38
Mínimo	0	0	0
Máximo	60	120	130

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 16: Frequência dos deslocamentos cotidianos do campo para outra cidade.

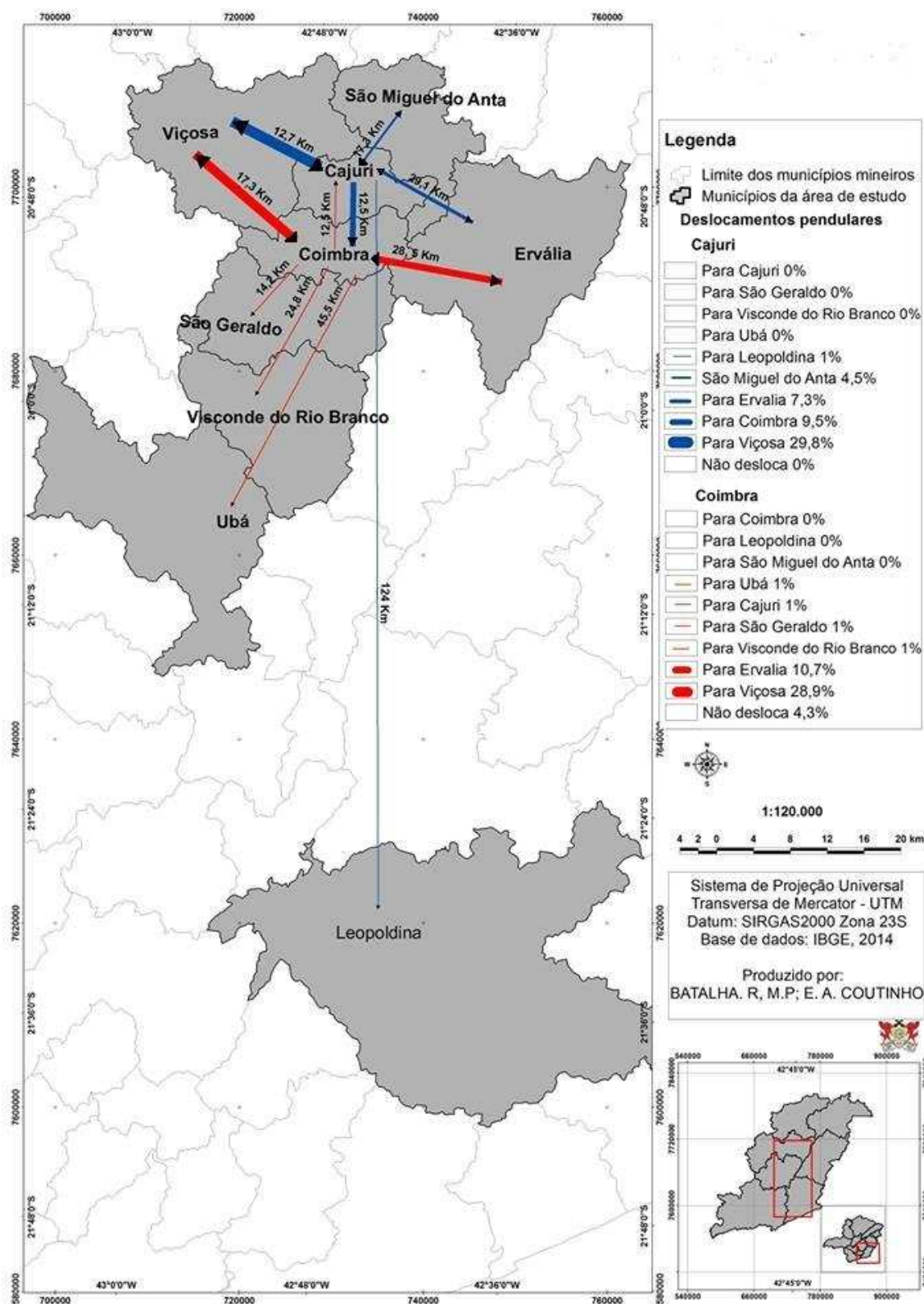
Quando se observa os deslocamentos realizados pelos rurais na tabela 16, percebe-se que os deslocamentos para o município de Viçosa foram superiores aos deslocamentos para outros pequenos municípios. Utilizando a classificação proposta por Santos (1979a) poder-se-ia classificar este município como apresentando características de município regional. Os moradores do campo de Cajuri e de Coimbra se deslocam para Viçosa em 58,5% dos fluxos, para Ervália 18,1% e para Coimbra com 9,6%²³. Os deslocamentos para os demais municípios do entorno não foram significantes. A tabela 17 e o mapa 2 apresentam os deslocamentos cotidianos do campo de Cajuri e Coimbra para as outras cidades da microrregião.

Municípios	Frequência	Porcentagem
Cajuri	1	1,1%
Coimbra	9	9,6%
Viçosa	55	58,5%
Ervália	17	18,1
São Miguel do Anta	4	4,3%
São Geraldo	1	1,1%
Visconde do Rio Branco	1	1,1%
Leopoldina	1	1,1%
Ubá	1	1,1%
Desloca-se apenas para a própria cidade	4	4,3%
Total	94	100%

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 17: Cidades procuradas pelos rurais.

²³ O deslocamento cotidiano dos pequenos municípios para Viçosa é viabilizado pela existência de uma linha de transportes públicos. Cajuri possui uma única linha de ônibus que faz o trajeto Cajuri a Viçosa (15,1 km) em cinco horários por dia. Coimbra já conta com infraestrutura rodoviária e uma linha de transporte que realiza o traslado Coimbra-Viçosa em 11 horários diferentes. Além disso, Coimbra por ser localizada entre outras cidades tem maior o fluxo de saídas facilitado pelo entroncamento rodoviário que a liga também às cidades de Ervália (28,5 km), Juiz de Fora (153 km), Ponte Nova (62,6 km), Rio Branco (24,8), Tocantins (56,7 km), Ubá (47,2 km) e Rio Pomba (79,6).



Fonte: Base de dados IBGE, 2014. Produzido por BATALHA, R.M.O.; COUTINHO, E. A.

MAPA 2: Os deslocamentos cotidianos do campo de Cajuri e de Coimbra para outras cidades

De acordo com o mapa2, as setas azuis que partem do município de Cajuri representam os deslocamentos dos rurais residentes no campo cajuriense, e as setas de

cor vermelha simulam os trajetos dos rurais residentes no campo de Coimbra. As espessuras das setas indicam o volume de fluxos e cada destino possui a quilometragem indicada pelas vias de acesso à sede municipal em direção a outro município.

A partir do mapa pôde-se constatar que os rurais de ambos os municípios se deslocavam com maior frequência para o município de Viçosa. Dos rurais provenientes do campo de Cajuri, 29,85%, se deslocavam para Viçosa, 9,5% se direcionava para Coimbra e 7,3% para Ervália, havendo menor variabilidade de municípios visitados que em Coimbra. Contudo, todos os pendulares oriundos de Cajuri se deslocavam para outro município, em função das suas demandas cotidianas não serem sanadas na própria cidade. Em Coimbra, 4% dos entrevistados disseram não precisar sair do próprio município para sanarem todas as suas demandas.

Contudo, mesmo vivendo em um município mais dinâmico que Cajuri, alguns habitantes de Coimbra chegaram a afirmar que nem precisavam sair do próprio município para satisfazer as suas demandas; outra parte muito mais significativa dos rurais de Coimbra afirmou realizar deslocamentos mais frequentes que os de Cajuri para Viçosa e Ervália: respectivamente 28,9% e 10,7% dos movimentos. Além dos deslocamentos para estes municípios, outros quatro municípios foram também citados como parte do fluxo dos rurais de Coimbra, representando uma porcentagem de aproximadamente 1% cada.

Esta maior e mais diversificada rotatividade dos rurais de Coimbra do que os de Cajuri pode apontar para uma tendência de “refinamento” das demandas dos seus habitantes. É compreensível que as cidades com maior dinâmica socioeconômica, como Viçosa e Ervália exerçam maiores possibilidades de escolhas aos moradores do campo. Faria (1976), Pereira & Herrera (2009) já apontavam sobre a magnitude e direção dos fluxos migratórios em relação à diferenciação e à dispersão do sistema urbano, sendo que as cidades menores com baixa dinâmica possuem relações comerciais e migratórias mais isoladas e cidades com maior população e maior dinâmica apresenta complexo sistema de relações migratórias entre municípios.

Ainda que o Brasil tenha vivenciado uma expansão na frota de veículos nas últimas décadas, esta não oferece garantias de mobilidade plena, pois os gastos com combustíveis e a qualidade das estradas ainda são um empecilho. Para além dos custos com transporte existem também os custos pecuniários (privados e sociais) e não pecuniários, como os psicológicos e os de saúde (STUTZER & FREY, 2008). Ademais, não há uma linha de transporte público com conexão eficiente entre as cidades de origem e destino dos rurais (CADERNO DE CAMPO, 2013). Cajuri possui ligação via

transporte público apenas com Viçosa e Coimbra por sua localização geográfica funciona como ponto de conexão entre algumas cidades vizinhas, o que pode explicar a maior variedade de deslocamentos dos rurais deste município. Stutzer & Frey (2008) constatarem em seus estudos sobre as metrópoles que quanto maior a frequência da pendularidade maiores eram os custos financeiros dos indivíduos com transporte, os quais chegavam a comprometer 20% dos seus rendimentos, porcentagem superior aos gastos com alimentação. Ainda sobre a questão do bem-estar das pessoas com altos índices de mobilidade cotidiana, Stutzer & Frey (2008) apontaram que as pessoas com maior tempo de deslocamento manifestavam menor bem-estar. Contudo, a especificidade dos deslocamentos em pequenos municípios, com tempos e distâncias muito inferiores, que os deslocamentos em metrópoles, não torna esta observação passível de generalização.

5.3 Aspectos gerais relacionados ao deslocamento campo-cidade

No que diz respeito às finalidades dos deslocamentos, questão central desta pesquisa, foi ofertado aos participantes durante as entrevistas um conjunto de opções relacionadas à finalidade dos deslocamentos que realizavam entre o campo e a cidade, sendo-lhes solicitado que os enumerassem em nível de prioridade. Também nesta questão havia a possibilidade para que as pessoas pudessem, de acordo com a sua realidade, citar outra finalidade para a realização do deslocamento não listada no questionário. As respostas foram analisadas a partir do Teste de Friedman que estabelece um ranking das respostas, o que permitiu apontar quais eram as principais causas dos deslocamentos cotidianos entre campo e cidade entre os rurais pesquisados. O Teste de Friedman não utiliza os dados numéricos diretamente, mas sim a ordenação feita para cada grupo separadamente, isto é, utiliza o ranking valorativo atribuído pelos entrevistados ao invés dos valores brutos para o cálculo da estatística de teste (TRIOLA, 2005).

Fatores	Classificação	Rank
Compras pessoais/domésticas	1º	8,34
Saúde	2º	6,73
Visitar parentes e amigos	3º	6,38
Religião	4º	6,01
Lazer/esportes	5º	5,82
Compras para a propriedade	6º	5,58
Reuniões	7º	5,06
Outra	8º	4,00
Estudar	9º	3,56
Trabalhar	10º	3,52

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 18: Finalidades dos deslocamentos cotidianos campo-cidade.

Conforme aponta a tabela 18, elaborada a partir do Teste de Friedman, as finalidades para os deslocamentos entre os rurais pesquisados tinha no fator compras a sua finalidade mais expressiva. Tal evidência confirma a primeira hipótese de que os deslocamentos entre o campo e a cidade não se realizariam predominantemente para trabalhar ou estudar, já que ambas as finalidades foram superadas por demandas referentes ao consumo. Após realizar compras domésticas e pessoais, as finalidades para a mobilidade se deram por motivos de saúde, visitas a parentes e amigos, por questões religiosas e para a realização de compras para a propriedade²⁴. Já entre os fatores menos frequentes para o deslocamento foram apontados: o trabalho, o estudo, bem como as outras opções discursivas que serão discutidas mais à frente e as reuniões.

O trabalho, ao contrário da realidade das metrópoles não se mostrou um fator relevante na mobilidade rural estudada, o que pode ser explicado pelos 56,7% pessoas que têm atividades diárias ligadas ao trabalho no campo. Desse total, o volume de pessoas que exerciam algum tipo de atividade remunerada na cidade, os chamados pluriativos era de 5,3%. Entre os não produtores, ou seja, aqueles que apenas residem no campo, que exerciam atividade remunerada obteve-se um resultado de 3,1%²⁵ dos entrevistados. As atividades remuneradas não agrícolas foram relativas ao trabalho de secretária, vendedor de produtos agropecuários, professor e funcionário público. O fator

²⁴ Após a ordenação, foi testada a hipótese de igualdade da soma dos postos de cada grupo. A estatística do teste foi de 218,316 com p valor de 0,000 menor que 0,005 ao nível de significância de 5% o que confirma a existência de evidências de que os fatores para deslocamento não são todos iguais e o ranqueamento é válido.

²⁵ Para este cálculo os aposentados não foram considerados por não estarem diretamente vinculados a atividades laborais.

estudo, também citado primordialmente em pesquisas feitas em metrópoles, será desenvolvido mais detalhadamente no próximo tópico.

Os deslocamentos intramunicipais e extramunicipais entre campo-cidade foram identificados e analisados de acordo com o Teste de Friedman. Os resultados da tabela 16 apontaram que os rurais se deslocavam, com maior frequência, primeiramente, para o próprio campo; em segundo lugar, do campo para a cidade, no próprio município; em terceiro lugar, do campo para a cidade em outro município e, por último, para áreas rurais de outros municípios²⁶.

Deslocamentos	Classificação	Rank
Do campo para o campo no próprio município	1 °	3,30
Do campo para a cidade no próprio município	2 °	3,06
Do campo para a cidade em outro município	3 °	2,20
Do campo o campo em outro município	4 °	1,45

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 19: Ranking das localidades da mobilidade dos deslocamentos.

Estes dados demonstram que apesar das motivações de deslocamento terem se mostrado ligadas ao consumo de bens ofertados na cidade, as relações sociais estabelecidas no próprio campo ocupam, sobremaneira, a vida dos rurais pesquisados. Os rurais se deslocavam prioritariamente no próprio campo. Ao serem interrogados sobre os fluxos do campo para a cidade, eles declararam ir com maior frequência para a própria sede municipal, o que demonstra que as possibilidades oferecidas no próprio município de origem lhes oferecem condições de satisfazer grande parte das suas demandas.

Endlish (2009) afirma que em países desenvolvidos as pequenas cidades fortalecem as suas possibilidades de desenvolvimento socioeconômico, justamente por serem dotadas de uma rede de comércio e serviços, bem como de variadas empreendimentos. Ao contrário, no Brasil, as pequenas cidades embora apresentem potencial para fortalecerem o intercâmbio comercial, ainda são muito carentes de prestação de serviços. Contudo, nos municípios rurais pesquisados a maior parte dos deslocamentos realizados ao longo do mês é feita dentro do próprio município, ainda

²⁶ A estatística do teste é de 121,500 para o p valor 0,000 menor que 0,005 validando o ranking realizado.

que o percentual significativo dos rurais se desloque com regularidade para municípios mais dinâmicos como Viçosa e Ervália, por motivos relacionados, prioritariamente, à compras pessoais e para a propriedade, assim, como por questões relativas à saúde.

Os deslocamentos dos rurais foram também analisados a partir das atividades ocupacionais dos entrevistados, a fim de analisar se o tipo de ocupação do indivíduo influenciava na frequência com que ele se deslocava do campo para cidade. Para tanto se classificou os entrevistados em três tipos de ocupações: 1) os que não eram produtores rurais, ou seja, aqueles que apenas residiam no campo; 2) os produtores rurais; e 3) os produtores pluriativos, aqueles que possuíam outra atividade além do trabalho rural. Esta distinção em grupos segundo a ocupação permitiu observar se havia especificidades dos deslocamentos ligados ao perfil do morador rural. A tabela 20, a seguir, resume as características de cada grupo e considera, ainda, a renda rural e a não rural.

	Moradores	Produtores rurais	Produtores pluriativos
Total 94 (100%)	40 (42%)	37 (39%)	17 (19%)
Média da renda rural ²⁷	0,88	R\$ 909,27	R\$ 460,00
Desvio padrão	5,53	1588,216855	279041,955
Mínimo	0	0	0
Máximo	35	10.000,00	2.034,00
Média da renda não rural	544,93	0	893,59
Desvio padrão	621,064	0	450,617
Mínimo	0	0	300,00
Máximo	2.500,00	0	2.034,00
Média dos deslocamentos para a própria cidade	14,15	11,54	6,82
Desvio padrão	10,84	11,787	6,82
Mínimo	1	0	0
Máximo	30	60	30
Média dos deslocamentos para outra cidade	5,98	6,27	8,76
Desvio padrão	7,66	8,86	15,78
Mínimo	0	0	0
Máximo	30	30	60

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 20: Características gerais dos deslocamentos cotidianos segundo a renda e a relação estabelecida com o campo.

²⁷ A renda rural referente aos não produtores diz respeito a pessoas que prestam serviços referentes a atividades no campo na propriedade de terceiros.

O fator renda associado às ocupações dos entrevistados mostrou ter influência sobre as possibilidades de deslocamento do campo para a cidade em outro município. Os “não produtores” que possuíam a menor média de renda eram aqueles que menos se deslocavam para fora do próprio município. Já os pluriativos, que possuíam a maior média de renda foram aqueles que mais se deslocavam. A partir das comparações relativas à mobilidade campo-cidade nos três grupos, a tabela 17 mostra que os não produtores somam 40% dos participantes da pesquisa e estes têm em média uma renda de R\$544,00. Ao se observar os deslocamentos, percebe-se que os não produtores rurais realizam com maior frequência fluxos para o próprio município, em média 14,15 ao mês. O grupo dos produtores rurais, 39%, apresenta uma renda média mensal de R\$909,27 com valores mínimo e máximo muito discrepantes, o que foi confirmado pelo desvio padrão elevado que se explica pelas diferenças entre os produtores: uma parcela com baixa capitalização e investimentos com produção voltada, principalmente, para o autoabastecimento e outros produtores em situação inversa. Em relação aos deslocamentos, este grupo se dirige em média mais para a própria cidade que para outra cidade e também em maior frequência, chegando a se deslocar até 60 vezes mensais. Já os produtores rurais pluriativos, representados por aqueles que além das atividades agropecuárias também exercem outras atividades, apresentam renda superior referente às atividades desenvolvidas fora do setor primário com renda média não agrícola de R\$893,59 e agrícola de R\$ 460,00, o que totaliza R\$1353,59. Um dado importante entre a categoria dos pluriativos é a respeito da renda rural. Nem todos os agricultores pluriativos declararam adquirir renda das atividades realizadas no campo, sendo algumas de suas atividades voltadas apenas para o abastecimento familiar. Deste modo, a renda extra se configura como a maior fonte monetária. O valor mínimo da renda encontrada nesta categoria variou de R\$300,00 a R\$2.034,00. Percebeu-se que os pluriativos tinham maior frequência de deslocamentos para cidades de outros municípios dentre os grupos pesquisados. Já nos deslocamentos do campo para a própria cidade, aqueles que não exerciam atividades agrícolas apresentavam os maiores fluxos, visto que as suas atividades ocupacionais não eram no campo, mas, sim, na cidade. Este dado também revela a importância do campo como local de moradia para pessoas de baixa renda.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas elevou a renda média no campo, visto que os pluriativos apresentaram no somatório da renda não agrícola com a agrícola, uma renda maior que as demais categorias. Portanto, não é difícil compreender porque os pluriativos realizavam em média o dobro de deslocamentos para outras

idades em comparação aos não produtores. Isto permite apontar que o nível de demandas dos rurais pluriativos, grupo que possui a maior renda, têm dado preferência para fluxos direcionados para outras cidades.

5.3.1 A frequência dos deslocamentos cotidianos do campo para outra cidade

No que tange aos fluxos realizados para outras cidades constatou-se que os deslocamentos eram pouco frequentes, até 7 vezes por mês em 77,6% para todas as faixas etárias. O intervalo dos 15 aos 29 anos apresenta fluxos de 16 a 30 vezes para outras cidades, mais frequentes que as demais. Já os idosos destacam-se por em 100% das vezes se deslocarem até 7 vezes mensais para outra cidade.

Faixas Etárias	Número de deslocamentos campo para outra cidade/mês				Total
	0 – 7	8 -15	16 -30	31 -60	
15- 19 anos	6 (54,5%)	2 (18,2%)	3 (27,3%)	0 (0%)	11 (100%)
20 – 29 anos	11 (64,8%)	2 (11,7%)	4 (23,5%)	0 (0%)	17 (100%)
30 – 39 anos	16 (80%)	1 (5%)	2 (10%)	1 (5%)	20 (100%)
40 – 49 anos	12 (75%)	2 (12,5%)	2 (12,5%)	0 (0%)	16 (100%)
50 – 59 anos	12 (85,7%)	0 (0%)	2 (14,3%)	0 (0%)	14 (100%)
>60 anos	16 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	16 (100%)
Total	73 (77,6%)	7 (7,4%)	13 (13,8%)	1 (1,0%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 21: Frequência de deslocamentos cotidianos do campo para outra cidade em faixas etárias.

Quando se observa as distâncias percorridas do campo para a sede municipal em outra cidade percebe-se em 65,9% das vezes, que este deslocamento foi de curta distância, até 10 km. Este tipo de deslocamento para outro município é bastante uniforme entre as faixas etárias, sendo, no entanto menos expressivo entre os jovens entre 15 e 19 anos, que se deslocam, majoritariamente dentro do campo para a sede do próprio município. Contudo, os deslocamentos entre 10 e 20 km acontecem com uma frequência também expressiva e representaram 31,9% dos deslocamentos. Assim, ficou já bastante evidenciado que a frequência do deslocamento dos rurais se dava em um âmbito relativo a 20 km, 67,8%, tendo sido raros os deslocamentos acima desta

quilometragem, vindo configurar uma lógica no deslocamento da cidade mais próxima para a mais distante.

Faixas Etárias	Distância em Km do campo para outra cidade/mês				Total
	0 – 10	11 -20	21 - 50	>61	
15- 19 anos	8 (72,7%)	3 (27,3%)	0 (0%)	0 (0%)	11 (100%)
20 – 29 anos	11 (64,7%)	5 (29,4%)	0 (0%)	1 (5,8%)	17 (100%)
30 – 39 anos	14 (70%)	5 (25%)	1 (5%)	0 (0%)	20 (100%)
40 – 49 anos	9 (56,25%)	7 (43,75%)	0 (0%)	0 (0%)	16 (100%)
50 – 59 anos	10 (7,1%)	4 (28,5%)	0 (0%)	0 (0%)	14 (100%)
>60 anos	10 (62,5%)	6 (37,5%)	0 (0%)	0 (0%)	16 (100%)
Total	62 (65,9%)	30 (31,9%)	1 (1,0%)	1 (1,0%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 22: Distância dos deslocamentos campo para outra cidade em faixas etárias.

Com relação ao tempo gasto para se deslocar para outros municípios predominou o período entre 21 a 40 minutos, o que representou, aproximadamente, 44% dos casos, conforme a tabela 23 abaixo.

Faixas Etárias	Tempo de deslocamentos campo outra cidade/minutos				Total
	0 – 20	21-40	41-60	>60	
15- 19 anos	4 (36,4%)	7 (63,6%)	0 (0%)	0 (0%)	11 (100%)
20 – 29 anos	5 (29,4%)	7 (41,1%)	2 (11,8%)	3 (17,7%)	17 (100%)
30 – 39 anos	7 (35%)	10 (50%)	2 (10%)	1 (5%)	20 (100%)
40 – 49 anos	7 (43,7%)	7 (43,7%)	1 (6,3%)	1 (6,3%)	16 (100%)
50 – 59 anos	3 (21,4%)	5 (35,8%)	2 (14,2%)	4 (28,6%)	14 (100%)
>60 anos	6 (37,5%)	5 (31,2%)	3 (18,8%)	2 (12,5%)	16 (100%)
Total	32 (34,0%)	41 (43,6%)	10 (10,6%)	11 (11,7%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 23: Tempo gasto para deslocamentos cotidianos do campo outra cidade.

Este dado evidencia, uma vez mais, que o deslocamento por eles realizado se dirige aos municípios do entorno, mais próximos, tendo Viçosa como principal destino em virtude dos dois pequenos municípios pesquisados estarem amenos de 20 Km de distância de Viçosa. Estas informações apontam para uma rede de relações estabelecida

de forma estreita entre os municípios da microrregião, daí a importância das redes de cooperação municipal no transporte público.

5.4 As especificidades dos modos de vida e dos deslocamentos cotidianos dos rurais segundo a faixa etária

Diante da compreensão geral dos deslocamentos, toma-se aqui como referência os fluxos realizados entre as faixas etárias com o intuito de identificar semelhanças e diferenças significativas entre elas. Entende-se que a divisão em faixas etárias pode auxiliar na percepção que existem peculiaridades no deslocamento cotidiano que não estão relacionadas apenas à renda.

Rimbaud (1973) destacou que o processo de urbanização das sociedades rurais na França, Pós-Segunda Guerra Mundial, se manifestava de forma diferenciada para homens, mulheres, jovens e idosos, guardando, portanto, especificidades, que tornavam tal processo heterogêneo e temporalmente diferenciado. Os jovens e as mulheres, em especial, manifestavam maior abertura à cultura urbana. Segundo constatou Rimbaud (1973), os jovens demonstravam maior interesse pelo modo de vida urbano, o qual se vinculava de forma clara à possibilidade de ganhar dinheiro fixo e, conseqüentemente, de conquistar maior autonomia frente ao pai. Nos municípios de Cajuri e Coimbra, os jovens também se mostraram adeptos da cultura urbana. Os entrevistados de 15 a 19 anos conforme já mencionado declararam, em sua maioria, ter vontade de viver na cidade. O participante de número 53 desta pesquisa declarou que sua permanência no campo estava associada a fatores econômicos: *“ainda não parti porque não tive como ir embora. Ainda sou dependente da mãe e do pai”*.

Quanto ao vínculo com a cidade por meio do deslocamento, observou-se que, independente da faixa etária, a ida à cidade objetivava fazer compras pessoais e compras para a casa. Nos estratos acima de 30 anos, apareceram, ainda, dentre as finalidades manifestadas, aquelas relativas à saúde, às compras para a propriedade e às questões religiosas. Acima de 60 anos de idade os respondentes declararam em 32,5% das vezes que os deslocamentos para cidade eram necessários para receber o benefício da aposentadoria. Cabe destacar que ao contrário do que acontece nas grandes cidades, o deslocamento para trabalhar não se constituiu no principal fator impulsionador do deslocamento campo-cidade, visto que grande parte dos rurais, aproximadamente 58% tem no campo o seu locus de trabalho.

Faixas Etárias	Classificações		
	Finalidades	Posição	Rank
15 – 19 anos	Estudar	1º	-
	Compras domésticas	2º	-
	Visitar parentes e amigos	3º	-
	Lazer/ esporte	4º	-
	Reuniões	5º	-
	Religião	6º	-
	Saúde	7º	-
	Outra	8º	-
	Compras propriedade	9º	-
	Trabalhar	10º	-
20 – 29 anos	Compras domésticas	1º	7,60
	Outra	2º	7,60
	Lazer/ esporte	3º	7,00
	Compras propriedade	4º	5,90
	Visitar parentes e amigos	5º	5,60
	Trabalhar	6º	4,90
	Saúde	7º	4,60
	Reuniões	8º	4,80
	Religião	9º	3,60
	Estudar	10º	3,40
30 – 39 anos	Compras domésticas	1º	8,83
	Saúde	2º	6,61
	Compras propriedade	3º	5,89
	Outra	4º	5,83
	Religião	5º	5,61
	Visitar parentes e amigos	6º	5,50
	Lazer/ esporte	7º	5,22
	Reuniões	8º	5,22
	Trabalhar	9º	3,72
	Estudar	10º	2,56
40 – 49 anos	Compras domésticas	1º	9,25
	Outra	2º	8,38
	Compras propriedade	3º	6,25
	Visitar parentes e amigos	4º	6,19
	Saúde	5º	5,63
	Religião	6º	5,44
	Reuniões	7º	4,31
	Trabalhar	8º	4,06
	Lazer/ esporte	9º	4,06
	Estudar	10º	1,44
50 – 59 anos	Compras domésticas	1º	9,60
	Religião	2º	6,80
	Saúde	3º	6,60
	Visitar parentes e amigos	4º	6,20
	Reuniões	5º	6,20
	Outra	6º	6,00
	Lazer/ esporte	7º	5,90
	Compras propriedade	8º	4,50
	Trabalhar	9º	2,30
	Estudar	10º	1,30
>60 anos	Saúde	1º	7,93
	Compras domésticas	2º	7,40
	Religião	3º	7,20
	Outra	4º	6,97
	Visitar parentes e amigos	5º	5,97
	Compras propriedade	6º	5,53
	Lazer/ esporte	7º	5,27
	Reuniões	8º	4,47
	Trabalhar	9º	2,97
	Estudar	10º	1,30

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 24: Finalidades dos deslocamentos cotidianos em faixas etárias.

Observa-se, a partir da tabela 24 que não há um valor para o ranking, nas faixas de 15 a 19 anos, porque o programa utilizado considerou baixo o número de indivíduos para efetuar o teste. Assim, o ranking foi realizado de forma manual. Os resultados apontaram que na faixa etária de 15 a 19 anos os deslocamentos se davam com o objetivo principal de estudar, o que pode ser explicado pelo fato de todos os entrevistados estarem regularmente matriculados no ensino médio e este estar nucleado na cidade. A segunda necessidade deste grupo estava voltada para a realização de compras pessoais /domésticas e atividades ligadas ao convívio social (visitar amigos, sair e praticar esportes). As finalidades menos comuns nas respostas dos jovens estavam relacionadas ao trabalho, bem como à realização de compras para a propriedade e para a procura de serviços de saúde.

Para Rambaud (1973) a escola se constituía em um importante veículo de transmissão da cultura urbana aos jovens rurais. Parte dos jovens entrevistados expôs insatisfação em relação ao trabalho penoso no campo e manifestou grande apreço pela escola, em função do desejo de adquirir uma profissão. Alguns dos depoimentos dados pelos jovens ilustram a importância que atribuíam à escola e a estima à cultura urbana:

“Porque na roça não tem condições, o trabalho é pesado então eu quero sair. Não quero ficar pelo tipo de trabalho. Quero ir para a cidade, porque eu quero continuar os estudos” (Participante 04, homem, 17 anos).

“Queria fazer psicologia, em Viçosa. Ah lá tem mais opção de emprego, posso continuar os estudos, tem oportunidade de futuro” (Participante 08, mulher, 20 anos).

Os jovens adultos, entre 20 e 30 anos, manifestaram como causas principais para os seus fluxos a realização de compras pessoais/domésticas; a busca por serviços de saúde; a realização de compras de produtos relacionados ao manejo da propriedade e outras prioridades (que serão discutidas mais à frente). Em oposição aos jovens, este grupo já não se deslocava para estudar. Apresentava, também, baixa frequência vinculada ao deslocamento associado às práticas religiosas, bem como à participação em reuniões sociais ²⁸ e à procura por serviços de saúde.

Os adultos maduros na faixa de 40 a 49 anos se deslocavam, prioritariamente, para fazer compras pessoais/domésticas, mas apresentavam outras finalidades para o

²⁸ O item reuniões foi pensado a partir do pré-teste do questionário quando algumas pessoas declararam participarem de reuniões ou encontros diversos como do sindicato dos trabalhadores rurais, reuniões na prefeitura, na Emater, em igrejas e de outras instituições.

deslocamento, entre elas as compras para a propriedade e a visita a parentes e amigos. Atividades relacionadas ao estudo, lazer, trabalho e frequência a reuniões sociais se constituíram nos fatores menos comuns relacionados ao deslocamento cotidiano pendular e circular. Já os adultos maduros, na faixa compreendida entre 50 e 59 anos, tinham as finalidades de deslocamento, também voltadas para as compras pessoais/domésticas, tais como os da faixa entre 40-49 anos, mas, apresentavam, também, forte motivação vinculada a fins religiosos. As idas à cidade por motivos religiosos eram rotineiras em algumas comunidades no cotidiano dos rurais acima de 50 anos (CADERNO DE CAMPO, 2014). A busca por serviços de saúde e as visitas a parentes e amigos apareceram em sequência como prioridades, enquanto fatores como estudo, trabalho, compras para a propriedade e práticas de lazer ou esporte apareciam como as finalidades menos comuns para os fluxos campo-cidade.

Por fim, as pessoas acima de 60 anos, apresentaram uma particularidade: neste grupo as finalidades para os deslocamentos estavam relacionadas à busca dos serviços de saúde. Em seguida, a motivação que apareceu nas respostas foram as compras pessoais e domésticas. As finalidades menos importantes para o deslocamento foram: estudar, trabalhar, reuniões sociais e a prática do lazer. Ou seja, jovens e idosos apresentavam finalidades diametralmente opostas para direcionar os seus deslocamentos.

Em resumo, pode-se aceitar com base nos dados apresentados, que as análises feitas por faixa etária corroboram para afirmar que os deslocamentos cotidianos dos rurais se fazem em torno de questões comuns, como a compra de coisas para a casa, as compras para eles mesmos e as compras para a propriedade. No entanto, para além desta lógica coletiva de consumo, há especificidades, relativas às faixas etárias: os jovens se deslocam para estudar e ter lazer; os idosos pelas questões relativas à saúde e à religião; e os adultos maduros entre 40 e 59 anos para fazer compras e transações bancárias, prioritariamente.

5.5 As especificidades de gênero nos deslocamentos cotidianos dos rurais

A mobilidade espacial pode apresentar, também, distinções relativas ao gênero. Como citado anteriormente, o estudo de Rambaud (1973) mostrou que as mulheres possuíam uma maior abertura cultural para a cidade em comparação aos homens. Uma das hipóteses levantadas pelo autor estava associada ao fato das restrições normativas a

que elas estavam submetidas nas sociedades rurais. Por este motivo a cultura urbana seria mais facilmente incorporada pelas mulheres, pois seria vista como uma porta de acesso à maior igualdade entre os gêneros. Todavia, este fascínio pela cidade pode não revelar que as mulheres que vivem no campo apresentem um deslocamento do campo para cidade expressivo, em função da interveniência de fatores como a menor renda e a divisão sexual do trabalho, que geram as condições culturais para a maior permanência das mulheres no âmbito doméstico quando comparadas aos homens. Ao se aprofundar a análise das finalidades de homens e mulheres para se deslocarem, perceberam-se aspectos distintivos nas motivações entre ambos. Utilizou-se o Teste de Friedman para estabelecer um ranking das finalidades relativas ao deslocamento pendular e circular campo-cidade, expresso na tabela 25.

Classificações			
Sexo	Finalidades	Posição	Rank
Mulher	Compras domésticas	1º	8,56
	Outras ativ. (Banco: saque de dinheiro, aposentadoria, bolsa família) levar alguém à cidade	2º	7,14
	Saúde	3º	7,11
	Religião	4º	6,61
	Visitas amigos/parentes	5º	6,31
	Lazer/esporte	6º	5,39
	Reuniões	7º	5,00
	Compras propriedade	8º	3,94
	Trabalhar	9º	3,25
	Estudar	10º	1,69
Homem	Compras domésticas	1º	8,12
	Compras propriedade	2º	6,76
	Outras ativ. (Banco: saque de dinheiro, aposentadoria, bolsa família), venda de produtos agrícolas, levar alguém à cidade, namorar e cortar cabelo	3º	6,70
	Saúde	4º	6,26
	Visitar amigos/parentes	5º	5,72
	Religião	6º	5,52
	Lazer/ esporte	7º	5,36
	Reuniões	8º	4,80
	Trabalhar	9º	3,48
	Estudar	10º	2,28

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 25: Finalidades dos deslocamentos cotidianos por sexo

Finalidades do Homem	Ranking	Finalidades da Mulher	Ranking
Compras domésticas	1º	Compras domésticas	1º
Compras propriedade	2º	Banco e levar alguém	2º
Banco, venda, levar alguém, namorar e cortar cabelo	3º	Saúde	3º
Saúde	4º	Religião	4º
Visitas	5º	Visitas	5º
Religião	6º	Lazer	6º
Lazer	7º	Reuniões	7º
Reuniões	8º	Compras para a propriedade	8º
Trabalhar	9º	Trabalhar	9º
Estudar	10º	Estudar	10º

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 26: Ranking de finalidades por sexo.

O resultado apontou a atividade de “fazer compras domésticas” como a primeira finalidade relacionada aos fluxos dos rurais. As mulheres apresentavam, além disso, demandas relacionadas aos serviços de saúde e às práticas religiosas. Esta constatação referente às múltiplas finalidades envolvidas no deslocamento das mulheres está relacionada ao papel da mulher na sociedade, o qual está tradicionalmente ligado aos cuidados com a casa e a criação dos filhos. As causas que menos exerceram influência sobre o deslocamento das mulheres foram o estudo, o trabalho, as compras para a propriedade e as reuniões. Quanto aos homens as finalidades que foram expressas como as menos importantes para o deslocamento foram: trabalho, reuniões e lazer. Percebeu-se que as mulheres se deslocavam por finalidades mais variadas que os homens. Eles se deslocavam basicamente para fazer compras de produtos ligados à propriedade rural.

As especificidades de gênero se mostram de forma, ainda mais evidente no item relativo a “outras atividades” que condensa uma amálgama de atividades, que envolvia trâmites bancários, acompanhamentos de terceiro à cidade, etc. Quando se observa a tabela a seguir, percebe-se que as atividades relativas aos homens se enquadram perfeitamente nos papéis sociais a eles atribuídos, assim como as atividades realizadas pelas mulheres. Enquanto eles combinam as tarefas de administradores da propriedade, mantenedores da casa, com as atividades de lazer, cuidado da aparência e “namoro na cidade”; as mulheres, mesmo estando na rua, se mantêm voltadas para as atividades relativas ao gerenciamento da casa e para o cuidado da família.

Descrição outras finalidades								
Sexo	Namorar	Retirar dinheiro	Receberapo sen Tadoria	Receber bolsa família	Levar alguém	Vender produtos agrícolas	Cortar cabelo	Total
Mulher	0 0%	6 35,2%	7 41,1%	1 6%	3 17,7%	0 0%	0 0%	17 100%
Homem	4 17,4%	3 13%	7 30,4%	1 4,4%	4 17,4%	3 13%	1 4,4%	23 100%
Total	4 10%	9 22,5%	14 35%	2 5,0%	7 17,5%	3 7,5%	1 2,5%	40 100%

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 27: Descrição das outras finalidades por sexo.

As mulheres realizavam várias transações financeiras no banco, tais como: o recebimento da aposentadoria, o saque de dinheiro para as despesas e acompanhar alguém à cidade. Além do recebimento da aposentadoria, várias outras finalidades foram elencadas em termos das finalidades relacionadas aos seus deslocamentos do campo para a cidade, tais como: transportar pessoas para a cidade, namorar e cortar cabelo. Ou seja, os homens apresentaram como finalidades para o seu deslocamento uma diversidade de maior de motivações, as quais também são compatíveis com a sua imagem social de chefe de família, mas, também “namorador”.

5.5.1 A frequência dos deslocamentos cotidianos de homens e mulheres do campo para a cidade no próprio município

Em relação à frequência dos deslocamentos realizados por homens e mulheres do campo para a cidade, no próprio município, percebe-se que as mulheres se destacam no intervalo de menor frequência de deslocamento, sendo superadas pelos homens à medida que a frequência dos deslocamentos aumenta.

Sexo	Número de deslocamentos campo própria cidade/mês				Total
	0 – 7	8 -15	16 -30	31 -60	
Mulher	22 (53,8%)	7 (17%)	12 (29,2%)	0 (0%)	41 (100%)
Homem	24 (45,3%)	11 (20,8%)	17 (32%)	1 (1,9%)	53 (100%)
Total	46 (49,0%)	18 (19%)	29 (31%)	1 (1,0%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 28: Frequência de deslocamentos cotidianos do campo para a própria cidade em faixas etárias.

Quanto à distância do deslocamento, observa-se que 76,5% dos indivíduos realizavam deslocamentos de curta distância com até 10 km. A porcentagem sobe para próximo de 100% quando se considera os deslocamentos de até 20 Km. Ou seja, quando se trata de deslocamentos dentro do próprio município, a maior parte das pessoas não se desloca mais de 10 Km. Mas ao contrário do que aconteceu em relação à frequência, ao se considerar o aumento da distância, o percentual de mulheres aumentou mais que o dos homens. Ou seja, os homens se deslocam com maior frequência que as mulheres, quando se considera o próprio município, mas não para mais longe.

Sexo	Distância em Km dos deslocamentos campo própria cidade/mês				Total
	0 – 10	11 -20	21 -50	>50	
Mulher	30 (73%)	11(27%)	0 (0%)	0 (0%)	41 (100%)
Homem	42 (79,2%)	11 (20,8%)	0 (0%)	0 (0%)	53 (100%)
Total	72 (76,5%)	22 (23,4%)	0 (0%)	0 (0%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 29: Distância dos deslocamentos cotidianos do campo para a própria cidade em faixas etárias.

No que diz respeito ao tempo gasto no trajeto casa-cidade, 68% dos homens e mulheres gastavam no máximo até 20 minutos da casa à cidade. Se o tempo de deslocamento for aumentado para 40 minutos, ele passa a abarcar o tempo gasto para se deslocar de quase 90% dos rurais. Os deslocamentos acima de 1 hora foram pouco comuns, e estavam associados às pessoas que se deslocavam por meio de caminhada, bicicleta ou charrete. Ao se considerar os sexos, percebe-se que os homens realizavam deslocamentos mais rápidos que as mulheres.

Sexo	Tempo em minutos para os deslocamentos campo própria cidade/mês				Total
	0 – 20	21 -40	41 -60	>61	
Mulher	26 (63,4%)	11 (26,8%)	2 (4,8%)	2 (4,8%)	41 (100%)
Homem	38 (71,6%)	10 (18,8%)	5 (9,4%)	0 (0%)	53 (100%)
Total	64 (68%)	21 (22,4%)	7 (7,4%)	2 (2,2%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 30: Tempo gasto nos deslocamentos cotidianos do campo para a própria cidade por sexo.

Em resumo, ao se considerar o deslocamento do campo para a cidade no próprio município percebe-se que as mulheres tendem a sair de casa em menor frequência que os homens, vindo gastar mais tempo e podendo ir mais longe.

5.5.2 Os deslocamentos campo-cidade de homens e mulheres para outros municípios

Quando se observa a frequência com que homens e mulheres se deslocavam do campo para a cidade em outro município percebe-se que os deslocamentos relativos à menor frequência, também predominaram tal como aconteceu nos deslocamentos campo-cidade no próprio município. Ou seja, aproximadamente 78% dos rurais não se desloca mais de 7 vezes, sendo que entre as mulheres este percentual é maior quando comparado ao dos homens. Da mesma forma, quando se aumenta a frequência de deslocamento de forma mais acentuada, para a faixa de 16 a 30 vezes por mês, a predominância dos deslocamentos dos homens, também aparece, tal como aconteceu nos deslocamentos campo-cidade dentro do próprio município.

Sexo	Número de deslocamentos campo outra cidade/mês				Total
	0 – 7	8 -15	16 - 30	31 - 60	
Mulher	35 (85,4%)	3 (7,3%)	3 (7,3%)	0 (0%)	41 (100%)
Homem	38 (72%)	4 (7%)	10 (19%)	1 (2%)	53 (100%)
Total	73 (77,6%)	7 (7,4%)	13 (14%)	1(1%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 31: Frequência dos deslocamentos cotidianos do campo para outra cidade por sexo.

Quanto ao tempo gasto nos deslocamentos campo-cidade para outros municípios, percebe-se que 74% das mulheres gastavam mais de 20 minutos para se deslocarem enquanto 60% homens gastavam mais de 20 minutos, o que pode indicar que estes dispõem de meios de transporte mais eficientes.

Sexo	Tempo em minutos dos deslocamentos campo outra cidade/mês				Total
	0 – 20	21 -40	41 -60	>61	
Mulher	11 (26%)	18 (44%)	6 (15%)	6 (15%)	41 (100%)
Homem	21 (40%)	23 (43%)	4 (8%)	5 (9%)	53 (100%)
Total	32	41 (43,6%)	10 (10,6%)	11 (11,7%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 32: Tempo gasto nos deslocamentos cotidianos do campo para outra cidade por sexo.

O tempo e o espaço são segundo Harvey (2004) experiências individuais, mas construídos socialmente, segundo padrões culturalmente estabelecidos, os quais interferem no estabelecimento das atividades de trabalho, naquelas relativas a fazer compras para a casa, para a família e a propriedade, nos serviços bancários, nos cuidados com a saúde. Deste modo, o uso do espaço e do tempo por homens e mulheres expressam lógicas distintas em relação ao uso do tempo e do espaço. As mulheres gastavam mais tempo para fazer o trajeto campo-cidade que os homens, em virtude do uso do tempo expressar a forma como os papéis de homens e mulheres são construídos socialmente.

No que diz respeito às distâncias percorridas observou-se a mesma lógica dos deslocamentos campo-cidade para o próprio município, qual seja, para as mulheres predominaram as distâncias acima de 20 km e para os homens as de menos de 20 Km.

Sexo	Distância em Km dos deslocamentos campo outra cidade/mês				Total
	0 – 10	11 -20	21 -50	>50	
Mulher	6 (15%)	18 (44%)	17 (41%)	0 (0%)	41 (100%)
Homem	8 (15%)	30 (57%)	14 (26%)	1 (2%)	53 (100%)
Total	14 (15%)	48 (51%)	31 (33%)	1 (1%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 33: Distâncias percorridas nos deslocamentos cotidianas do campo para outra cidade por sexo.

Para tentar compreender os motivos desta diferença no tempo gasto para os fluxos entre as mulheres e os homens foi feito um cruzamento entre os sexos e os meios de transporte utilizados. Constatou-se que 78% das mulheres e 73,5% dos homens

utilizavam meios motorizados. Uma possível resposta para as mulheres gastarem maior tempo pode estar relacionada ao fato de elas não conduzirem moto ou carro na mesma proporção que os homens, vindo utilizar mais o ônibus. Desta forma, percebem-se padrões diferenciados no deslocamento de homens e mulheres. Os próximos tópicos são dedicados à compreensão das formas de deslocamento e usos de tecnologias nos fluxos campo-cidade.

5.6 Meios de transportes e as características dos deslocamentos realizados pelos rurais

Em grandes cidades de um modo geral, a presença de opções diferenciadas de locomoção como metrô e a diversidade de entroncamentos rodoviários, facilita o acesso a diversos pontos das cidades, sendo o contraponto representado pelos problemas como congestionamento. Já em pequenas cidades, Endlish (2009) constatou que o deslocamento pode ser dar predominantemente pelo pedestrianismo, isto é, a possibilidade de dispensar o automóvel para percursos de curta distância onde os deslocamentos seriam realizados a pé. A outra possibilidade seria o oposto, na qual o uso do automóvel seria facilitado justamente pelas vias livres, sem congestionamento. Entre estas duas possibilidades, os fluxos realizados por meio de caminhada ou por automóvel varia conforme as possibilidades econômicas dos moradores.

Tendo em mente que campo e cidade, rural e urbano não deveriam ser estudados de forma apartada, visto que possuem relações de variada forma e constituem uma só sociedade (QUEIROZ, 1979), isto posto, os meios de transporte dos moradores do campo podem ser percebidos como um importante aliado na integração social e espacial entre o campo e a cidade. Ao se adotar como referência o contexto citadino, o campo se caracteriza como espaço segregado. De acordo com Pegoretti & Sanches (2005) a segregação se dá primeiramente pelo próprio isolamento em termos físicos e a oferta irregular ou inexistente de transporte público, posteriormente às baixas condições econômicas, à falta de garantias em termos de infraestrutura e equipamentos coletivos e, também, aos escassos investimentos capazes de gerar melhor qualidade de vida das pessoas, que promovem a segregação social e espacial dos moradores. A rede de transporte está diretamente relacionada com a mobilidade de determinados grupos populacionais. Entende-se que os meios de transportes, portanto, diminui o isolamento campo-cidade e facilita as relações e as trocas com o modo de vida citadino, sendo por

isso, um importante elemento que aproxima o modo de vida rural ao modo de vida mais urbanizado.

Em relação aos deslocamentos percebeu-se por meio da pesquisa de campo, que a presença de meios motores é muito comum no deslocamento campo-cidade. Quanto aos meios de transportes utilizados para os deslocamentos dos rurais não existe uma homogeneidade quanto às formas utilizadas para a locomoção. Constatou-se a utilização de carros, motos, camionetes, ônibus e, ainda, a existência de pessoas que faziam os trajetos a pé, de bicicleta, de charrete e a cavalo. Por isso optou-se, na análise dos dados, por separar os modos de traslado em formas motoras e formas não motoras. Tendo por base esse procedimento metodológico, em relação às faixas etárias, percebeu-se que a grande maioria, 88,3% dos entrevistados se deslocava por meio de veículos automotores, podendo, no entanto, combinar o uso de meios não motores ao realizarem o seu deslocamento, conforme é exposto na tabela 33.

Formas de Deslocamentos			
Faixas Etárias	Formas não motores (a pé, charrete e bicicleta)	Formas motoras (carro, motocicleta, ônibus, etc)	Total
15- 19 anos	2 (18,1%)	9 (81,9%)	11 (100%)
20 -29 anos	4 (23,5%)	13 (76,5)	17 (100%)
30 - 39 anos	0 (0%)	20 (100%)	20 (100%)
40 – 49 anos	0 (0%)	16 (100%)	16 (100%)
50 – 59 anos	2 (14,2%)	12 (85,8%)	14 (100%)
>60 anos	3 (18,7%)	13 (81,3%)	16 (100%)
Total	11 (11,7%)	83 (88,3%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana 2014.

Tabela 34: Meios de locomoção nos deslocamentos campo-cidade em faixas etárias.

Os meios automotores como expostos na tabela 34 representavam 88,2% dos deslocamentos, o que evidencia que os deslocamentos com automóveis e motocicletas se tornaram comuns no campo. Durante a pesquisa percebeu-se que a maioria das casas visitadas contava com pelo menos um carro ou uma moto. Dos entrevistados 4 (4,2%) afirmaram que o mais difícil foi adquirir a licença para dirigir, por isso, em alguns casos, o carro ou a moto ficaram restritos ao uso no campo. Dentre os meios não automotores, a charrete era muito utilizada entre os homens mais velhos que não

possuíam carro. A bicicleta foi apontada como tendo a vantagem de em muitos casos ser a única forma para se praticar algum exercício físico, mas ela também é usada nos deslocamentos, especialmente entre aqueles que não possuem veículos motores (CADERNO DE CAMPO, 2014).

Quanto aos jovens, o deslocamento se dava principalmente por meio de veículos automotores, em geral, o ônibus escolar e a motocicleta. Contudo, o uso da bicicleta também apareceu entre as formas possíveis de locomoção dos jovens. A aquisição da motocicleta foi citada como sendo um sonho a ser alcançado pelos jovens que justificaram não gostar de depender exclusivamente do ônibus escolar. Mesmo com as dificuldades, ainda existentes para se deslocarem do campo, as pessoas demonstraram satisfação com o meio de transporte utilizado, tendo em vista as condições das gerações anteriores. Foi relatado que antigamente, quase ninguém no campo possui carro ou motocicleta, e os deslocamentos eram feitos a pé, já que nem todas as famílias possuíam charrete, carroça ou bicicleta, e por isso, ir à cidade atualmente se tornou mais rotineiro.



Figura 11: Ônibus escolar levando estudantes do campo para a escola na cidade.



Figura 12: Motocicleta e charrete sendo usados no deslocamento campo-cidade.

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

No que diz respeito às especificidades do deslocamento segundo o sexo, a tabela 34 mostra que tanto homens quanto mulheres se deslocam em 76% dos casos por meio de formas motoras, marcando um campo mais motorizado.

Formas de Deslocamentos			
Sexo	Formas não motores (a pé, charrete e bicicleta)	Formas motoras (carro, motocicleta, ônibus, etc)	Total
Mulher	10 (24%)	31 (76%)	41 (100%)
Homem	12 (23%)	41 (77%)	53 (100%)
Total	22 (24%)	72 (76%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 35: Meios de locomoção dos deslocamentos cotidianos por sexo.

Percebe-se que os meios de transportes motores tem se tornado mais comum no dia a dia dos rurais. Majoritariamente nas propriedades visitadas havia carro e ou moto, todavia não há um abandono das formas tradicionais como a charrete e a bicicleta, por exemplo. O expressivo volume de deslocamentos realizado por meios motores representa menor isolamento entre o campo e a cidade, fato que proporciona maior rapidez e fluidez nos fluxos cotidianos e expressa uma sociedade aberta ao consumo e menos descampeinizada.

5.7 O uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICS)

A ciência e a tecnologia têm ao longo da história da sociedade modificado hábitos, formas de fazer, de compreender o espaço e, atualmente são percebidas como atores na transformação das relações humanas. Segundo Wanderley (2000) nas sociedades tradicionais o contato do campo com a cidade era considerado, especialmente, pelas relações isoladas, onde o meio rural era marcado pela agricultura e a cidade por tudo que representasse o meio técnico. Após muitas transformações, a sociedade rural tradicional se integrou à economia, à cultura e à sociedade “englobante”. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm sido apontadas como grandes potencializadores da transformação da sociedade (VEIRO & SILVEIRA, 2011). Por isso se fez importante identificar os principais meios de tecnologias de comunicação doméstica no cotidiano dos moradores rurais.

As inovações e as mudanças advindas são interpretadas de diferentes formas de acordo com as necessidades vividas de cada época. A enxada ou outros instrumentos mais rústicos como ferramentas cortantes, por exemplo, é resultado das necessidades sentidas do homem. Havia uma preocupação em trabalhar a terra de modo mais concreto, por isso criaram instrumentos que pudessem reduzir o esforço físico e

melhorar o manejo. A partir destas e de várias outras experiências, inclusive muito anteriores ao exemplo dado²⁹, o homem passou a desenvolver comportamentos baseados na racionalidade³⁰. Mais recentemente os produtores agrícolas de diferentes perfis têm quebrado o isolamento físico dado por estradas ruins (Assad & Panacetti, 2009). Não foi investigado o uso de TICs como fator competitivo no mercado como softwares de controles agronômicos, zootécnicos e administrativos, mas as TICs de uso domésticos como celular e internet mais comuns na realidade estudada.

Além dos meios de transporte, o acesso às TICs, com destaque para a telefonia móvel, internet e softwares, tem sido inserido nas atividades rurais. A consequência disto é um aumento na racionalização da produção impulsionada pelo baixo volume de mão-de-obra, pelas crises de financeiras, pela diminuição dos custos de produção e dos desperdícios e pelo melhor escoamento de produção, etc. Ainda que não diretamente destas formas, as TICs não são incorporadas e disseminadas de forma idêntica, visto que cada artefato pode condicionar uma nova ação que abre ou até mesmo fecha caminhos, ou seja, podem facilitar a troca de informações e culturas com o meio urbano ou o oposto. Por isso, o uso de TICs também representa nesta pesquisa um indicador de aproximação do rural com um modo de vida mais citadino distinto do modo de vida tradicional no campo, o qual não seria marcado por atividades não rurais, presença de meios de locomoção automotores e uso de TICs.

Na cidade e no campo, mas especialmente no campo em comunidades rurais mais isoladas a falta de acesso às TICs devido à menor infraestrutura como oferta de serviços de banda larga, por exemplo, é muito comum. Além deste fator estrutural, vários autores como Assad & Pancetti (2009), Simões et. al. (2011) e Felisberto (2012) chamam a atenção para três tipos principais de barreiras de acesso à informação e à comunicação, os quais podem ser estendidos ao campo, de modo a tentar compreender as disparidades do acesso às TICs. De acordo com os autores, as dificuldades encontradas, portanto pelos rurais se dariam, primeiramente, em torno do acesso aos computadores e às redes digitais; o segundo aspecto, de foro emocional, seria explicado pelo receio aos computadores e estaria ligado a fatores culturais, e por último, estaria a falta de competências para utilizá-los.

²⁹ O homem nu tinha nos instrumentos técnicos um armamento, um amparo que trazia mais segurança.

³⁰ O conceito de racionalidade, introduzido pelo sociólogo Marx Weber, explica o fenômeno de ampliação dos setores sociais submetidos a padrões de decisão racionais, padrões provenientes da transformação do trabalho social por meio da industrialização. O modo de pensar e fazer racional, ligado à comprovação, experimentação e contabilidade dos recursos e resultados está intimamente ligado ao processo de industrialização do processo científico e técnico (HABERMAS, 2007).

Neste estudo foram investigados os principais meios de comunicação e de informação relacionado às TICs encontrados no campo visitado durante o trabalho empírico e as informações coletadas dizem respeito ao acesso e à forma de utilização, visando compreender se o uso de tecnologia influenciava no processo de deslocamento campo-cidade. Em outras palavras, se o uso do telefone móvel, fixo ou da internet reduz o deslocamento pendular pela diminuição das distâncias físicas. A tabela 35 apresenta as TICs utilizadas pelos rurais em faixas etárias.

Uso das TICs no campo					
Faixas etárias	Celular	Internet	Telefone fixo, celular e internet	Telefone Fixo	Total
15- 19 anos	9 (82%)	2 (18%)	0 (0%)	0 (0%)	11(100%)
20 – 29 anos	12 (75%)	4 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	16 (100%)
30 – 39 anos	11 (73%)	1 (7%)	3(20%)	0 (0%)	15 (100%)
40 – 49 anos	8 (67%)	4 (33%)	0 (0%)	0 (0%)	12 (100%)
50 – 59 anos	10 (90%)	1 (10%)	0 (0%)	0 (0%)	11 (100%)
>60 anos	7 (87,5%)	0 (0 %)	0 (0%)	1(12,5%)	8 (100%)
Total	57 (78%)	12 (16,4%)	3 (4,1%)	1 (1,3%)	73 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 36: Uso das tecnologias de informação e comunicação em faixas etárias.

Percebeu-se que o celular era o meio de comunicação mais utilizado pelos rurais: 78% deles o usavam, e, de forma expressiva, na faixa etária entre 20 e 59 anos. Já o uso de internet foi muito menor do que o celular, tendo ficado restrito a 25% dos entrevistados, entre 20 e 49 anos. Quando se observou o uso dentro de cada faixa etária notou-se a tendência a padrões diferenciados no uso do celular e da internet. No que diz respeito ao celular, este foi mais usado pelos estratos dos mais jovens, entre 15 e 19 anos, e pelos estratos dos mais velhos, acima de 50 anos. Já a internet era mais utilizada pelos indivíduos pertencente aos estratos intermediários, entre 20 e 49 anos.

O uso do telefone celular é mais comum, pois é o meio mais acessível para os rurais. Em algumas localidades visitadas quando não havia sinal de operadora os proprietários faziam investimento no celular fixo (celular rural com antena). Em localidades mais próximas ao centro dos municípios, ou onde o sinal de banda larga era presente os rurais que possuíam computadores e faziam uso da internet. Nas comunidades onde não havia acesso à internet as pessoas se mostraram desejosas por

este serviço. Assad & Pancett (2011) afirmaram que as propriedades com maior nível tecnológico, onde os produtores possuem maior nível de escolaridade e os administradores são mais jovens, o uso da tecnologia é mais comum. Este fato pode explicar o baixo uso da internet, - além da falta de acesso ao serviço-, a baixa escolaridade atinge a maioria dos rurais entrevistados. Em relação ao gênero a tabela 36 aponta que 77,6%³¹ dos rurais fazem uso de algum dos itens: celular, internet e celular, telefone, celular e internet, ou apenas telefone fixo.

Uso das TICs no campo					
Sexo	Celular	Internet e celular	Telefone fixo, celular e internet	Telefone fixo	Total
Mulher	29 (80%)	5 (14%)	2 (6%)	0 (0%)	36 (100%)
Homem	28 (75%)	7 (19%)	1 (3%)	1 (3%)	37 (100%)
Total	57 (78%)	12 (16,4%)	3 (4,1%)	1 (1.3%)	73 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 37: Uso das tecnologias de informação e comunicação por sexo.

O uso do celular é predominante entre os sexos, com 78%, não variando significativamente entre os gêneros, sendo 80% para as mulheres e 75% para os homens. O sexo masculino faz mais uso do celular concomitante com a internet e o uso do telefone fixo (ou celular fixo) em comparação às mulheres. O trabalho de Felisberto (2012) intitulado “TIC e as Desigualdades de Gênero: Reprodução Social e Mudança nos Percursos Profissionais” pode ajudar a refletir possíveis respostas para esta distinção, visto que no estudo, ele constatou que os homens usam mais a internet em tempo e frequência. Isto se dá pelo fato de as mulheres estarem cada vez mais inseridas no mercado de trabalho e ao mesmo tempo se dedicarem às atividades domésticas resultando em um menor tempo de lazer. A exceção foi identificada nas mulheres que exercem atividades profissionais técnicas intermediárias.

O uso doméstico das TICs marca práticas diferenciadas em gênero, especialmente para as mulheres que têm tarefas domésticas e profissionais sobrepostas. No trabalho de campo verificou-se que as mulheres valorizam o celular por poderem fazer compras para a casa pelo telefone, conversar com algum membro da escola sobre os filhos, comprar medicamentos e ainda marcar consultas médicas. Os homens se

³¹ Apenas foram computados aqueles que afirmaram utilizar alguma das TICs.

mostraram satisfeitos ao poder encomendar insumos agrícolas e compras remédios. Quando interrogados se os meios de comunicação diminuem a necessidade de deslocamento até a cidade os participantes declaram:

Sim, porque dá pra eu me comunicar com minha mãe, minha irmã e com os colegas da escola pra fazer trabalho, aí é desnecessário eu vir pra rua. (Participante, mulher, 17 anos).

Com certeza sim, muita coisa, produtos agropecuários, por exemplo, compro em Coimbra, aí eu ligo lá e eles trazem (Participante homem, 23 anos).

Sim, bastante, nosso Deus demais. Ainda mais pra gente que mexe com tomate, pra pedir adubo, saber do preço. Eu quero é colocar internet (Participante, mulher 30 anos).

Sim, resolve bem, a comunicação é muito mais fácil (Participante, homem 33 anos).

Sim, com certeza, por exemplo preciso fazer uma encomenda, conversar com alguém, se não teria que ir na rua umas cinco vezes por dia (Participante mulher, 40 anos).

Tanto os homens quanto as mulheres afirmaram em 62,7% das respostas que o uso das tecnologias diminui a necessidade do deslocamento até a cidade, ainda que as diferenças condicionadas pelos papéis de gênero prevaleçam. Em relação à ocupação, a tabela 37, mostra que 78% dos entrevistados em geral fazem uso das TICs, e a diferença entre os que apenas são produtores e os produtores pluriativos foi pequena, demonstrando que o uso de telefone celular, internet ou telefone fixo é predominante no modo de vida rural, não havendo grandes disparidades entre os grupos.

	Utiliza TICs	Não utiliza TICs	Total
Não produtores rurais	32 (80%)	8 (20%)	40 (100%)
Apenas produtores rurais	28 (76%)	9 (24%)	37 (100%)
Produtores pluriativos	13 (77%)	4 (23%)	17 (100%)
Total	73 (78%)	21 (22%)	94 (100%)

Fonte: Mobilidade Cotidiana, 2014.

Tabela 38: Uso das tecnologias da informação e comunicação segundo a relação estabelecida com o campo

Em resumo percebeu-se que além dos meios de transporte, o contato e as trocas com a cidade por meio das TICs propiciam aos rurais maiores facilidades de interação e consumo com o modo de vida urbano. Assim o campo se insere em uma dinâmica onde as TICs reforçam a difusão das fronteiras espaço-temporais entre o campo e a cidade. Também é fato que a inclusão digital por meio das TICs, ainda que lentamente e de forma diferenciada, está promovendo mudanças significativas no campo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendia-se com esta pesquisa analisar os deslocamentos cotidianos que ocorrem do campo em direção à cidade de modo a ingressar em um contexto de mobilidade espacial pouco explorado e muito rico para as pesquisas que versam sobre a relação campo-cidade e sobre as pequenas cidades. A compreensão dos fluxos do campo pode servir não somente para extrapolar os estudos acerca do próprio fenômeno da mobilidade, como também contribuir para compreensão da relação das mudanças no campo.

Buscou-se averiguar a partir dos deslocamentos cotidianos rurais a forma como as relações de interdependência entre campo e cidade se incorporam na vida das pessoas que moram no campo. Retomando as questões que nortearam a pesquisa procurou-se levantar, também, as demandas sociais que estes pequenos municípios vêm satisfazendo junto aos rurais que os têm mantido em nível local, e ainda se os deslocamentos nestas localidades têm aspectos distintivos quando se consideram as variáveis gênero e a faixa etária. Para isso apresentou-se nos capítulos anteriores a caracterização do ambiente empírico da pesquisa, o perfil socioeconômico dos rurais, bem como os dados e interpretações acerca dos deslocamentos. Perante as questões elencadas construiu-se o primeiro objetivo desta pesquisa: identificar as finalidades que orientam os deslocamentos cotidianos entre campo-cidade dos moradores do campo, a partir de uma perspectiva de gênero e de faixa etária. Feita uma revisão bibliográfica sobre a temática da mobilidade cotidiana revelou-se uma preponderância dos fatores: estudo e trabalho como causas primeiras na mobilidade cotidiana (pendularidade) metropolitana. Diante desta constatação confirmou-se em parte a primeira hipótese: o trabalho e o estudo não se configuram como os determinantes principais para os movimentos cotidianos entre o campo e a cidade quando se observa o cotidiano e os modos de vida dos moradores do campo, independente do sexo e da faixa etária.

Foi observado que as finalidades relacionadas aos deslocamentos dos rurais estavam voltadas, principalmente, para a realização de compras pessoais e domésticas. Entre as mulheres, os fatores secundários para os deslocamentos se davam para receber a aposentadoria e realizar transações bancárias. Já para os homens, as principais demandas para irem à cidade era realizar compras pessoais/domésticas e compras para a propriedade. Eles listaram, ainda, como outras finalidades a necessidade de ir retirar o benefício da aposentadoria, levar outra pessoa à cidade e ir namorar. As diferenças

relativas às causas envolvidas nos deslocamentos de homens e mulheres revelam atribuições sociais que hora coincidem, - como a necessidade de fazer compras pessoais e para a casa, além de ir receber a aposentadoria-, entretanto ora se distinguem, como no caso das mulheres com as motivações ligadas ao serviço de saúde e à religião, que se mostraram mais frequentes, que nos homens.

Quando se considerou o recorte por faixas etárias as finalidades apresentaram distinções importantes nos deslocamentos. As faixas etárias de 20 a 59 anos apresentaram como finalidades: realizar compras pessoais/domésticas, sendo que o estudo foi classificado como último, em termos das finalidades envolvidas no deslocamento. Os jovens se deslocavam prioritariamente para estudar e em último caso para trabalhar. Enquanto os idosos se deslocavam mais por motivos de saúde. Desta forma, alcançou-se o primeiro objetivo de se identificar as finalidades que orientam os deslocamentos cotidianos entre campo-cidade dos moradores do campo, a partir de uma perspectiva de gênero e faixa etária. Ao mesmo tempo, confirmou-se parte da primeira hipótese afirmando que o deslocamento para o trabalho e para o estudo não se configuraram com relação ao gênero como as principais finalidades envolvidas nos deslocamentos cotidianos dos rurais entre campo e cidade. Todavia, quando se considerou os grupos etários, as idas à cidade somente para os jovens de 15 a 19 anos se comprovaram viagens destinadas para o estudo. Isto se justifica pela idade escolar e pelo fato de não haver escolas rurais que atendam a esta faixa etária.

O segundo objetivo se propôs identificar os locais campo ou cidade procurados pelos rurais nos pequenos municípios. Apesar deste estudo se voltar para o deslocamento campo-cidade, procurou-se identificar também outros espaços cotidianos dos rurais, por isso além de contabilizar os fluxos campo-cidade para o próprio município e para outro município, foi efetuado o Teste de Friedman para incluir os deslocamentos do campo para o campo. O teste revelou, a partir do ranqueamento realizado, que os rurais deslocam-se com maior frequência dentro do próprio campo, ou seja, nos arredores de sua propriedade, posteriormente para a própria cidade, em seguida para outra cidade e em último caso para o campo em outro município. Ao analisar a mobilidade campo-cidade, os resultados confirmaram por meio do ranqueamento a predominância dos fluxos campo para a própria cidade, com média de 11,80 deslocamentos e para outra cidade com média de 6,61, demonstrando que os rurais mantêm uma média mensal de fluxos campo-cidade não esporádica, relativamente frequente.

As características socioeconômicas dos rurais revelaram que 58% eram produtores rurais, os demais apenas residentes no campo, ou seja, a ocupação agrícola predominava sobre a não agrícola. Isto mostra o quanto a atividade agrícola vem perdendo espaço no campo atualmente. Entre os produtores rurais 17% exerciam outra atividade remunerada como forma de complementar a renda, e 37% eram apenas produtores rurais. Percebe-se, que a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas apresenta-se como uma alternativa frente à baixa rentabilidade do trabalho no campo, visto que a renda agrícola era inferior a não agrícola e entre as três categorias estudadas os produtores pluriativos possuíam maior renda. Dentre os produtores rurais 79,8% tinham a posse da propriedade, a qual possuía em média 21 hectares, o seja a grande maioria dos produtores se reproduzem em pequenas extensões de terra. No que diz respeito ao estado civil 52,1% eram casados. E em geral possuíam baixa escolaridade em média 6,38 anos e o tempo de residência na propriedade foi entorno de 33,54 anos.

Os dados socioeconômicos foram pesquisados, principalmente na prefeitura, IBGE, EMATER e INCRA. Percebeu-se que para ambos os municípios, o PIB de serviços se sobressai, todavia em Cajuri a presença de pequenas empresas eleva o PIB industrial ao contrário de Coimbra, onde o PIB agropecuário se sobressaiu. A partir dos relatos obtidos na pesquisa constatou-se que Cajuri e Coimbra, em um período curto de tempo, cerca de três a oito anos, apresentou melhorias no comércio em nível local, a começar pelo número de estabelecimentos. Atualmente, já se encontram produtos mais elaborados e determinados serviços antes não existentes, ainda que em alguns casos de menor qualidade que nas de cidades maiores. Isto mostra as mudanças nos hábitos locais a partir das funções nas pequenas cidades em relação à mudança nos hábitos de consumo da população seja ela rural ou urbana. Como observado, a cidade de Viçosa, de porte médio, exerce maior centralidade entre os municípios circunvizinhos, sendo o destino principal dos rurais quando se deslocavam para outra cidade. O campo em ambos os municípios pesquisados é marcado pela pequena produção familiar. Coimbra se destaca por possuir maior número de estabelecimentos e produtores rurais, e segundo a EMATER local, os agricultores têm relações mais estreitas com sistemas de empréstimos e orientações técnicas, o que por sua vez tem contribuído para maior incorporação de mudanças voltadas para uma produção mais marcada por práticas racionalizadas.

Esta caracterização foi importante para responder aos questionamentos quanto à influência do município na mobilidade campo-cidade, tomando-se em conta a dinâmica socioeconômica. A ida para a cidade de maneira geral se dava dentro do próprio

município, o que indica que, em termos gerais, um percentual significativo das demandas dos rurais de Coimbra eram atendidas nas próprias fronteiras municipais. Como a renda rural geral mensal declarada foi em média de R\$417,50 e a renda não rural de R\$395,49 estando abaixo do salário mínimo, este pode ser um fator que explica que parcela significativa dos rurais não pode custear gastos e viagens muito frequentes para outros municípios fomentando o comércio local. Assim, as demandas primordiais seriam sanadas no próprio comércio local e nos serviços ofertados em nível local, como postos de saúde e as escolas presentes nos municípios. Os exames de saúde mais complexos ou as consultas especiais, os quais demandam maior especialização, por exemplo, seriam propiciados em municípios com maior estrutura e oferta de bens e serviços, como Viçosa e Ervália, atingindo o terceiro objetivo desta pesquisa, que buscou compreender de que forma a dinâmica socioeconômica dos municípios pesquisados afetava os deslocamentos cotidianos das pessoas que vivem no campo na sua relação com a cidade. Confirmou-se também a segunda hipótese: o deslocamento cotidiano entre campo e cidade sofre a influência das possibilidades abertas aos habitantes do campo pela dinâmica socioeconômica gerada nos municípios de residência. Estes dados salientam também a importância de se pensar e executar políticas públicas para a população do campo que é carente de serviços públicos básicos concentrados no ambiente urbano.

Considera-se difícil a definição do modo de vida em uma noção uniforme, visto que ele sofre influência do espaço geográfico local, das experiências individuais e coletivas em um determinado período histórico. Os dados mostraram que há uma diversidade quanto às atividades presentes nos espaços estudados, principalmente no que tange à ocupação dos rurais, dos quais 58% são produtores. Desse total, 39% são produtores rurais, 19% pluriativos e os demais somente residentes do campo. Esta heterogeneidade é expressa nas diferenças de intensidade dos deslocamentos e na absorção de TICs, visto que a identidade do morador é afetada pelas transformações tecnológicas e sociais que o retiram de seu relativo isolamento.

Acredita-se que as TICs são importantes fontes nos processos de aculturação e, por isso, influenciam os modos de vida. Embora 77,6% as utilizem, somente é possível afirmar que esse acesso e uso no campo têm se manifestado com maior vigor para algumas ações como, por exemplo: marcar consultas, comprar remédios, pedir gás, fazer pesquisas, ver as notícias, encomendar insumos agrícolas, dentre outras atividades citadas pelos rurais. Evidencia-se que as formas de apropriação destes artefatos

tecnológicos são diferenciadas, entretanto, ainda assim, não foi possível perceber se a utilização era plena, sendo precipitado aferir maiores conclusões sobre tal processo.

Os deslocamentos campo-cidade em pequenos municípios em uma perspectiva cotidiana não se dá mesma forma que nas metrópoles, visto que ele não se manifesta de uma forma diária, ainda que cotidiana e com finalidades diversas. Verificou-se também uma abertura ao consumo urbano tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo a partir da maior diversidade de produtos ligados aos meios de locomoção e objetos relativos às fontes de informação e tecnologia, o que revela demandas de um campo que outrora era marcado pela produção voltada para o próprio consumo. Assim, tendo em vista os fatores supracitados, confirmou-se a terceira hipótese: os deslocamentos cotidianos do campo para a cidade que foram realizados por homens e mulheres apresentam peculiaridades relativas ao gênero e à faixa etária. Pode-se dizer que os rurais têm apresentado atualmente maior predisposição ao consumo de bens e serviços urbanos desmanchando um suposto isolamento cultural, visto que os modos de vida urbano e rural permeiam-se, atualmente, com mais facilidade no campo. Perceberam-se ainda peculiaridades relativas aos deslocamentos tanto em relação às faixas etárias quanto ao gênero.

Tendo em vista os limites deste trabalho, dado o recorte analítico utilizado, percebe-se que pesquisas que versem sobre os deslocamentos cotidianos de forma mais aprofundada ainda são um desafio. Trata-se de uma temática complexa e multidisciplinar que apontou para a demanda de outros estudos e contribuiu para os debates sobre mobilidade e, modos de vida nas Ciências Humanas. Investigou-se a mobilidade rural em pequenas cidades valorizando este espaço ainda pouco retratado pelos pesquisadores e pelas Universidades. Para a Extensão Rural, esta pesquisa agrega informações sobre o modo de vida rural, pois se debruça sobre os deslocamentos campo-cidade que são pouco estudados nas Ciências Humanas e nas Ciências Agrárias, vindo trazer informações novas sobre o campo e sobre as demandas dos rurais frente ao processo de transformação do meio rural brasileiro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento Contemporâneo**. Rio de Janeiro, janeiro de 2000. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf>>. Acesso em: 10/09/213.

ARAGÓN, Luis E. (org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BACELAR, Winston Kleiber de A. **Pequena cidade: caracterização e conceituação pelo ponto de vista político-administrativo**. XVI Encontro Nacional de geógrafos (ENG). Porto Alegre, 2010.

BECKER, Olga M. S. Deslocamentos populacionais pendulares em áreas ligadas à indústria petrolífera no estado do rio de janeiro. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011. Costa Rica. pp. 1-15

BERNADELLI, M. L. F. da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 347 f. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

BERNADELLI, Mara L. F. da H. **Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural**. In: **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. Maria da Encarnação Sposito & Arthur Magon Whitacker (org.). 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Madri: Akal, 2010.

CADERNO DE CAMPO. Anotações. 2014.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro. **IPEA**. 1999. 28p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em 11 mar. de 2014.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida**. 8ª Ed. Ed 34. São Paulo, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Nº 11, outubro, 1998: pp.53-75.

CASTELO, Branco, M.L & FIRKWSKI, O.L.C. de F. & MOURA, R. **Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador**. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Salvador, 2005. 19 p. Disponível

em:<<http://www.anpur.org.br/anais/ena11/253.pdf>>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2012.

CORRÊA, Lobato Roberto. Interações espaciais. In: **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (Org.), 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil: 2012. p. 279-318.

CORRÊA, Roberto L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre pequenas cidades. **Território/Lajet**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53. jan./jun. 1999.

CUNHA, José m. Pinto da. **Migração e urbanização no Brasil alguns desafios metodológicos para análise**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez. 2005.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **Retratos da mobilidade espacial no brasil: os censos demográficos como fonte de dados**. Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 29-50, jul./dez. 2012.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização**. Apontamentos bibliográficos. Enpublicacion: América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemons/08damiani.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

DELGADO, G C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Ícone Editora, São Paulo, 1983.

DURHAM, Eunice R. A. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973. Editora IGLU, 2007.

EMATER DE CAJURI. Número de produtores rurais cadastrados. Documentos, 2014.

EMATER DE COIMBRA. Número de produtores rurais cadastrados. Documentos 2014.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006. 505p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**.

Presidente Prudente: Editora UNESP, 2009.

_____. **Perspectivas sobre o urbano e o rural**. In: Sposito, M.E.B. WHITACKER, A.M. (org.). **Cidade e campo: relações e Contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2010, 11-31p.

FARIA, V.E. (1976). “O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes”. Estudos CEBRAP, 18. ROSA, Lucelina. R.; FERREIRA, Darlene Ap. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Artur M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular,

2010. p. 187 – 204.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.

FELISBERTO, Patrícia Alexandra dos S.V. **TIC e as Desigualdades de Género: Reprodução Social e Mudança nos Percursos Profissionais**. Covilhã/PO, 2012. (Dissertação) Programa de Pós Pós-Graduação em Empreendedorismo e Serviço Social, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, Portugal.

FRESCA, Tânia Maria. **Em Defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino de Geografia**. Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. 2001.

GERRA, Isabel. Modos de vida, novos percursos e novos conceitos. Sociologia – Problemas e Práticas. N 13, 1993, pp. 59-74.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIL, Ana Helena C. de F & FILHO, Sylvio F. G. **Geografia do cotidiano: uma leitura da metodologia sócio-interacionista de Erving Goffman**. Revista eletrônica Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 2, n. 4 agos/2008 p.102-118 página 103.

GOETTERT, Jones D. **Paradoxos do Lugar no Mundo: brasileiros e identidades**. In: **Geografia e Migração: Movimentos, territórios e territorialidades**. Eliseu S. Sposito, Denise C. Bomtempo, Adriano A. de Souza (org.). 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 15-36p.

SILVA, JoséGraziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 239 p.

SILVA, JoséGraziano da. O novo rural brasileiro. **Nova economia**. Belo Horizonte: v.7, n.1, p.43-81, maio, 1997.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 2007, 147p.

HAIR, Jr. & JOSEPH, F. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Tradução Lene B. Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HALL, Stuart. O global e o local e o retorno da etnia. In: **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciaba Lopes Louro – 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 77- 100p.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Ed. Loyola, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Informações sobre os imóveis rurais. Documentos. Cajuri e Coimbra/MG, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Luiz Antônio Pinto de Oliveira e Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira (Org.). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> >. Acesso em várias datas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela: Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/estimativa_2013_do_u.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2103.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **A educação no Brasil rural**. BOF, Alvana Maria (org.). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 236 p.

JARDIM, Antônio de Ponte & ERVATTI, Leila Regina. **Migração pendular intrametropolitana no rio de janeiro: a condição de renda das pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência em 1980 e 2000**. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. Caxambu –MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

KAGEYAMA, Ângela. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras**. Agric. São Paulo, SP, 48 (2): 57: 69, 2001.

_____. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 15-50.

KAYSER, B. *Ilontchoisilacampagne*. Paris: Editions de L’aube, 1996.

LANDIM, F. L. et al. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **RBPS**, 19 (1): 53-58, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. Centauro, São Paulo, 2001. 141p.

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. 250 p. il. (Série estudos e pesquisas, 87).

MACIEL, Lidiane M. & FAVORETTO Thaís Mesquita. Migração e mobilidade pendular entre famílias de trabalhadores rurais no interior de São Paulo. **ABEP**, São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER\[304\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[304]ABEP2012.pdf)> Acesso em: 10 de dez de 2013.

MACIEL, Lidiane Maria. **O Sentido de Melhorar de Vida: Arranjos Familiares na Migração Rural-Urbana para o interior de São Paulo**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013. 147 páginas.

MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **O senso comum e a vida cotidiana**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10 (1): 1-8, maio de 1998.

_____. **O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil**: In: MARTINS, MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar este verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MENDONÇA, Magno José Távora de. **Transformações e permanências socioeconômicas do município de Pracuúba (AP) (1992-2008)**. 2009. (Dissertação) Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional. UNIFAP, Macapá, 2009.

MOURA, Rosa & BRANCO, Maria L. G. C. & FIRKOWSKI, Olga L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo Perspec.** Vol. 19, nº4. São Paulo, Oct./Dez, 2005. NAEA/UFPA, 2009.336p.

NEY, Marlon Gomes & HOFFMANN, Rodolfo. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **RESR**. Piracicaba, SP, vol. 47, nº 01, p. 147-182, jan/mar 2009.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. IN: **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Luiz Antônio Pinto de Oliveira e Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira (Org.). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2011.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano Ultrapassando barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos**. 2009.

PEDRA, Joyce de Lima & NOGUEIRA, Marly. Breves considerações sobre as **pequenas cidades**. 2011. Disponível em: l<<<http://www.xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/dfe2a8867a6cca875315e0bd5b841776.pdf>>>. Acesso em 08 de jan de 2014.

PEGORETTI, M.S.; SANCHES, S.P. (2005). **Dicotomia rural x urbano e segregação sócio-espacial: uma análise da acessibilidade ligada à problemática do transporte dos estudantes do campo**. Em Anais do VXI Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, BA.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. **Estrutura Urbana e Deslocamentos Pendulares: localização relativa de empregos e trabalhadores na Região Metropolitana de Campinas**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

PEREIRA, Rafael. H. M.; HERRERO, Veronica. **Mobilidade Pendular: Uma Proposta Teórico-Metodológica**. In: Tirza Aidar; Enrique Pelaez. (Org.). **Estudos demográficos na Argentina e Brasil: resultados de cooperação entre estudantes e docentes da Unicamp e UNC**. Campinas: SPU/AR e CAPES/BR, 2011, v. 1, p. 106-127.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Do rural e do urbano no Brasil**. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

RAMBAUD, Placide. **Société rurale et urbanization**. Paris; Editions Du Seuil, 1973.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. & PASTERNAK, Suzana (coord.). **Movimento pendular da população na região Sul** – Relatório de atividades 4. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2009. UFRJ. 75p.

RUA, João. **Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades**. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. **Tempo Social**. São Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1ed. 2reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 170 p.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Espaço e sociedade: ensaios**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. SP: Hucitec, 1979b.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 3ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008. 221p.

_____. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979a.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHWARZER, Helmut. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil — evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. 2000.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0729.pdf> Acesso em 5 de jan. de 2014.

SCIRÉ, Claudia. **Consumo popular, fluxos globais: práticas e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2012. p. 53-74.

SETUBAL, M. A. **Vivências caipiras: pluralidade cultural e diferentes temporalidades na terra paulista.** São Paulo: CENPEC, 2005.144p.

SILVEIRA, José Mauro Pires. **Revista de Ciências Humanas.** Vol. 9, Nº 1, p. 107-117, Jan./Jun. 2009.

SIMÕES, Maria João, HERAS SoledadLas e AUGUSTO, Amélia. **Gênero e tecnologias da informação e da comunicação no espaço doméstico: não chega ter, é preciso saber, querer e poder usar.** », Configurações [Online],Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/configuracoes-831-8-document-sans-titre%20(1).pdf>>. Acesso em 10/01/14.

SOTO, Willian Héctor Gómez. **A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de Jose de Souza Martins e José Graziano da Silva.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, 324 páginas.

SILVA, José Graziano da.. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Belo Horizonte:bv.7, n.1,p.43-81, maio, 1997.

SOUZA, José de Souza. **Frenteira: a degradação do ouro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2009. 187 p.SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 384f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente,2004.

STAMM, Cristiano; STADUTO Jefferson A. Ramundo. Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais.** São Paulo, v. 25, n. 1, p. 131-149, jan./jun. 2008.

TOLEDO, Gilson Soares. **Produtores integrados na zona da mata mineira: uma análise sobre as novas formas de sociabilidade rural.** Viçosa. 2012. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2012. Disponível em:<http://www.extensao-rural.ufv.br/dissertacoes/2012/Gilson%20Soares%20Toledo.pdf.> Acesso em 22 de nov 2013.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística.** Rio de Janeiro: LTC, 2005.

VAINER, Carlos B. **Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório.** Disponível em:<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a153.pdf>>. Acesso em: 02 de dez de 2013.

VEIGA, José Eli da.**Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** In: **¿Una nuevaruralidad em América Latina?.** NORMA, Giarracca. CLACSO, ConsejoLatinoamericano de CienciasSociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acessado em: 12 jun/2012.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Vol 15, out. 2000, pp. 87-145.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

WIRTH, L. **O urbanismo como modo de vida**. In: VELHO, O. G. O. **Fenômeno urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

APENDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

TÍTULO DO PROJETO: Deslocamentos pendulares e circulares entre campo-cidade e a sua relação com a vida cotidiana dos habitantes rurais dos pequenos municípios de Cajuri e Coimbra/MG.

Coordenador da pesquisa (pesquisador responsável):

Nome: Ana Louise de Carvalho Fiúza

Departamento: Economia Rural tel: (31) 3899-1313 e-mail: lousiefiúza@gmail.com

Equipe de pesquisa

Nome: Elenice Aparecida Coutinho

Departamento: Economia Rural tel: (31)3899 – 2214 e-mail: eleniceufv2004@yahoo.com.br

Você está sendo convidado (a) para participar do projeto de pesquisa acima identificado. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo e caso existam dúvidas, favor esclarecê-las antes da assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA (VOLUNTÁRIO)

Nome:

Endereço:

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa chamada **Deslocamentos pendulares e circulares entre campo-cidade e a sua relação com a vida cotidiana dos habitantes rurais dos pequenos municípios de Cajuri e Coimbra/MG**. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo. Em caso de dúvidas, favor esclarecê-las antes da assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Este trabalho de responsabilidade da professora Ana Louise de Carvalho Fiúza do Departamento Economia Rural e da estudante de mestrado Elenice Aparecida Coutinho do mesmo departamento.

A pesquisa é importante para observarmos as finalidades das pessoas do campo ao se deslocarem para a cidade e tem como objetivo identificar as causas dos deslocamentos e os lugares de modo a compreender se o município residente atende às necessidades dos moradores rurais. Para chegarmos aos dados precisamos que o Senhor (a) responda algumas perguntas relacionadas à sua família, às suas atividades de rotina, aos deslocamentos que realiza para a cidade, principalmente. Os dados que o (a) senhor (a) informar na entrevista poderão ser utilizados em pesquisas futuras, mas seus dados pessoais (nome e endereço) não serão de forma alguma divulgados. Quando se fizer necessário na elaboração do trabalho escrito desta pesquisa o seu nome será identificado com número e ou nome falso. A pesquisa não oferece grandes riscos ao participante, mas incômodo em relação ao tempo de duração da entrevista ou algum eventual constrangimento em relação a alguma pergunta, como por exemplo, condições de renda, sobre o tipo de trabalho que exerce ou as condições de deslocamento. Nestes casos, de

modo a evitar qualquer tipo de risco ligado a possível constrangimento você poderá deixar de responder à pergunta ou ainda desistir de participar da entrevista a qualquer momento sem a necessidade de justificativa. Caso o (a) senhor (a) tenha alguma necessidade de assistência médica durante a entrevista será comunicado ao serviço de emergência local de modo imediato. A pesquisa tem como benefício gerar dados e conhecimentos sobre a sua realidade e poderá ser utilizada pelos moradores rurais deste município, bem como pelo poder público local para auxiliar na construção de políticas públicas. A sua participação é voluntária e não resultará em qualquer despesa. Também não será efetuado nenhum tipo de pagamento pelas informações dadas, isto é a pesquisa é voluntária. O registro e divulgação de imagens por meio de máquina fotográfica só serão realizados se o Senhor (a) permitir.

Declaro que fui informado (a) dos objetivos do estudo “**Deslocamentos pendulares e circulares entre campo-cidade e a sua relação com a vida cotidiana dos habitantes rurais dos pequenos municípios de Cajuri e Coimbra/MG**”, de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas. Estou informado de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar deste estudo.

Também fui informado (a) que em caso de dúvidas não esclarecidas de maneira adequada pelo pesquisador responsável, de discordância com procedimentos ou irregularidade de natureza ética posso buscar auxílio junto ao **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa – CEP/UFV** no seguinte endereço e contatos:

Prédio Arthur Bernardes, sala 04, campus da Universidade Federal de Viçosa-UFV
 Telefone: (31) 3899-2492
 e-mail: cep@ufv.br
 site: www.cep.ufv.br

_____, ___, _____ e 2013.

Pesquisador Responsável pelo Projeto

Participante da pesquisa

APENDICE B – MODELO DE TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE ASSENTIMENTO (MENOR DE IDADE)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Você está sendo convidado (a) a autorizar a participação do(a) menor de idade a participar do projeto de pesquisa chamado **Deslocamentos pendulares e circulares entre campo-cidade e a sua relação com a vida cotidiana dos habitantes rurais dos pequenos municípios de Cajuri e Coimbra/MG**. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo. Em caso de dúvidas, favor esclarecê-las antes da assinatura do presente Termo Assentimento. Este trabalho de responsabilidade da professora Ana Louise de Carvalho Fiúza do Departamento Economia Rural e da estudante de mestrado Elenice Aparecida Coutinho do mesmo departamento.

Contatos: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Tel: (31) 3899-1313. E-mail: louisefiúza@gmail.com

Elenice A. Coutinho tel: (31) 3899-2214 E-mail: eleniceufv2004@yahoo.com.br

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA (VOLUNTÁRIO)

Nome:

Endereço:

A pesquisa é importante para observamos as finalidades das pessoas do campo ao se deslocarem para a cidade e tem como objetivo identificar as causas dos deslocamentos e os lugares de modo a compreender se o município residente atende às necessidades dos moradores rurais. Para chegarmos aos dados precisamos que o Senhor (a) autorize o (a) menor de idade sob sua responsabilidade a responder perguntas relacionadas à família, às atividades praticadas por ele (a), aos deslocamentos para a cidade, principalmente. Os dados que o (a) menor de idade informar na entrevista poderão ser utilizados em pesquisas futuras e não serão utilizados o nome e nem o endereço do (a) menor ou responsável. Quando se fizer necessário na elaboração do trabalho escrito desta pesquisa o nome do (a) participante será identificado com número e ou nome falso. A pesquisa não oferece grandes riscos ao participante, mas incômodo em relação ao tempo de duração da entrevista ou algum eventual constrangimento em relação a alguma pergunta, como por exemplo, condições de renda, sobre o tipo de trabalho que exerce ou as condições de deslocamento. Neste caso, a pergunta poderá deixar de ser respondida ou o (a) participante se assim preferir interromper a entrevista a qualquer momento sem nenhuma justificativa. A pesquisa tem como benefício gerar dados e conhecimentos sobre a sua realidade e poderá ser utilizada pelos moradores rurais deste município, bem como pelo poder público local para auxiliar na construção de políticas públicas. Caso o (a) menor tenha alguma necessidade de assistência médica durante a entrevista será comunicado ao serviço de emergência local de imediato. A participação do (a) menor é voluntária e não resultará qualquer despesa a você ou ao ele (a). Também não será efetuado nenhum tipo de pagamento pelas informações dadas, isto é a pesquisa é voluntária. O registro e divulgação de imagens por meio de máquina fotográfica só

serão realizados se o Senhor (a) e o (a) menor de idade permitir. É importante dizer que o (a) responsável e o (a) participante tem a garantia de se recusar, desistir ou interromper a colaboração na pesquisa a qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo.

Eu, menor de idade, declaro que fui informado (a) dos objetivos do estudo “**Deslocamentos pendulares e circulares entre campo-cidade e a sua relação com a vida cotidiana dos habitantes rurais dos pequenos municípios de Cajuri e Coimbra/MG**”, de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas. Estou informado de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de autorizar o (a) menor a participar se assim o desejar.

Declaro que concordo que o (a) menor de idade sob minha responsabilidade está autorizado (a) a participar deste estudo, declaro também que recebi uma cópia do Termo de Assentimento e em caso de dúvidas não esclarecidas de maneira adequada pelo pesquisador responsável, de discordância com procedimentos ou irregularidade de natureza ética posso buscar auxílio junto ao **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa – CEP/UFV** no seguinte endereço e contatos:

Prédio Arthur Bernardes, sala 04, campus da Universidade Federal de Viçosa-UFV
 Telefone: (31) 3899-2492 e-mail: cep@ufv.br
 site: www.cep.ufv.br

_____, ___, _____ e 2013.

Responsáveis pelo participante menor de idade:

Pai ou responsável

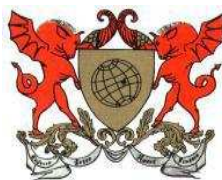
Mãe ou responsável

Observação: No caso de ser outro parente responsável, favor informar por escrito na frente da assinatura o grau de parentesco.

**Pesquisador Responsável pelo
 Projeto**

Participante da pesquisa

APENDICE C – Roteiro do Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

PROJETO: “Deslocamentos pendulares entre campo-cidade e a sua relação com a vida cotidiana dos habitantes rurais dos pequenos municípios de Cajuri e Coimbra/MG.

Esta é uma pesquisa vinculada ao Programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, sob responsabilidade da mestranda **ELENICE A COUTINHO** (bolsista CAPES) e sob a orientação da Profa. Ana Louise de Carvalho Fiúza.

APRESENTAÇÃO: Olá meu nome Elenice sou estudante da UFV (Universidade Federal de Viçosa). Estamos realizando uma breve pesquisa para a minha dissertação de mestrado no departamento de Economia Rural. A pesquisa é sobre os deslocamentos do dia a dia que moradores do campo fazem para a cidade. A pesquisa levará em torno de 20 minutos e todas as respostas são confidenciais e sua participação é voluntária. Você se interessa em participar?

Pré-requisito: ser morador rural: Esta casa é de uso diário da família? () Sim () Não

Em caso negativo agradecer e não prosseguir com a entrevista.

Município: Cajuri() Coimbra ()

Local:_____Data:_____

Número do questionário____/ Código da residência_____

O respondente é () residente na mesma residência () residente em casas diferentes () apenas um respondente da residência

1. Qual é a sua idade: _____

2. Qual é o seu sexo: () F () M

3. Qual é o seu estado civil: () não-casado () casado

Se não casado:_____

4. Quantos anos de estudo você tem?_____

5. Qual é a sua profissão: () não-produtor () produtor

5.1 Se produtor exerce outra atividade remunerada? () não () sim

Se sim, qual?_____

5.2 Se não produtor qual atividade remunerada

exerce?_____

6. Qual é o tamanho da família (número de pessoas residentes na casa)? _____

Descrição _____

7. Há quanto anos residem nesta moradia? _____

8. A propriedade da terra é: () própria () de terceiros

9. Qual é o tamanho em hectares da propriedade? _____

10. Qual é a renda adquirida a partir das atividades da propriedade?

11. Qual é a renda adquirida a partir de atividades fora da propriedade? _____

12. Quais são os motivos para viverem na zona rural?

13. Em um futuro próximo (5/10 anos) onde você imagina que estará morando e trabalhando?

14. Em relação às atividades praticadas por você e ou sua família antigamente, você considera que o período atual:

() melhorou totalmente () melhorou pouco () não mudou () piorou pouco
() piorou totalmente

15. Você poderia explicar por quê?

16. Quantas vezes você se desloca para a sua cidade por mês?

16.1 Qual é o tempo habitual em minutos de deslocamento do campo para a sua cidade? _____

16.2 Qual é a distância média em quilômetros percorrida do campo para a sua cidade? _____

17. Quantas vezes por mês você se desloca para outra cidade que não a sede do seu município? _____

Descrição(nome da cidade): _____

17.1 Qual é o tempo habitual em minutos de deslocamento do campo para a outra cidade? _____

17.2 Qual é a distância média em quilômetros percorrida do campo para a outra cidade? _____

18. Enumere, em prioridade (de 1 a 10), a finalidade do seu deslocamento do campo para a cidade. Para:

- ☐ () trabalhar
- ☐ () Estudar
- ☐ () Compras gerais domésticas e pessoais
- ☐ () Compras para a propriedade (produtos agropecuários)
- ☐ () Serviços de saúde
- ☐ () Visitar parentes e amigos
- ☐ () Prática religiosa
- ☐ () Lazer/ Praticar esporte
- ☐ () Frequentar reuniões sindicato, igreja, ir a Emater/Prefeitura
- ☐ () outra: _____

19. Qual é o grau de satisfação de utilização do meio de transporte habitual no seu deslocamento do campo para a cidade?

- ☐ () Muito satisfeito ☐ () satisfeito ☐ () médio ☐ () pouco satisfeito ☐ () muito insatisfeito

Descrição: meio de transporte/ Porque da resposta _____

20. Enumere, em prioridade, os locais que você mais se desloca:

- ☐ () do campo para cidade do mesmo município.
- ☐ () do campo para a cidade em outro município. Qual: _____
- ☐ () do campo para o campo do mesmo município.
- ☐ () do campo para o campo em outro município.

21. Você utiliza internet, telefone fixo ou celular? ☐ () não ☐ () sim

22. Você acha que a utilização dos meios de comunicação diminuem a sua necessidade de deslocamento até a cidade? ☐ () não ☐ () sim

Descrição: _____

Obrigada pela participação!

**APENDICE D – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA
PESQUISA DE CAMPO ENCAMINHADO AOS PREFEITOS DOS
MUNICÍPIOS PESQUISADOS**



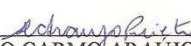
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Autorização

Eu, Maria do Carmo Araújo Prieto, na condição de prefeita do município de Cajuri no estado de Minas Gerais, declaro para os devidos fins que autorizo a realização da pesquisa com o objetivo de levantar dados para o estudo desenvolvido pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, intitulado: "Deslocamentos pendulares e circulares entre campo-cidade e a sua relação com a vida cotidiana dos habitantes rurais dos pequenos municípios de Cajuri e Coimbra/MG. Tenho ciência de que se trata de um trabalho acadêmico sério e que contribuirá para o conhecimento da realidade de nossa região.

Para todos os fins de direito, firmo a presente.

Cajuri, 14 de maio de 2013.



MARIA DO CARMO ARAÚJO PRIETO
Prefeita Municipal de Cajuri/MG

Maria do Carmo Araújo Prieto
PREFEITA MUNICIPAL
CAJURI - MG
CPF 284334406-91



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Autorização

Eu, Antônio José Cunha, na condição de prefeito do município de Coimbra no estado de Minas Gerais, declaro para os devidos fins que autorizo a realização da pesquisa com o objetivo de levantar dados para o estudo desenvolvido pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, intitulado: "Deslocamentos pendulares entre campo-cidade e a sua relação com a vida cotidiana dos habitantes rurais dos pequenos municípios de Cajuri e Coimbra/MG. Tenho ciência de que se trata de um trabalho acadêmico sério e que contribuirá para o conhecimento da realidade de nossa região.

Para todos os fins de direito, firmo a presente.

Coimbra, 04 de junho de 2013.

ANTÔNIO JOSÉ CUNHA
Prefeito Municipal de Coimbra/MG



